



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

CAMILA MELO MENEZES

**URBANIZAÇÃO, DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E RELAÇÕES REGIONAIS DA
PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO-RS**

Santa Cruz do Sul
2024

Camila Melo Menezes

**URBANIZAÇÃO, DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E RELAÇÕES REGIONAIS DA
PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Santa Cruz do Sul

2024

Camila Melo Menezes

**URBANIZAÇÃO, DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E RELAÇÕES REGIONAIS DA
PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO-RS**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Professor Orientador - UNISC

Dr. José Antônio Moraes do Nascimento

Professor examinador - UNISC

Dra. Margarete Panerai Araújo

Professora examinadora - FACCAT

Santa Cruz do Sul

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Menezes, Camila Melo

Urbanização, Dinâmica Socioeconômica e Relações Regionais da
Pequena Cidade de Rio Pardo- RS / Camila Melo Menezes. – 2024.
163 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –
Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

1. Rede Urbana. 2. Pequenas Cidades. 3. Rio Pardo. 4.
Transformações Urbanas. 5. Relações Regionais. I. Lima da
Silveira, Rogério Leandro. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Início esta página com o coração apertado e cheio de gratidão. Realizar esta formação foi o resultado de uma longa preparação, que envolveu esforços financeiros, emocionais e acadêmicos. Apesar de todo o planejamento, a trajetória não foi tão tranquila quanto imaginei. Logo no primeiro ano, enfrentei o adeus mais difícil da minha vida, e, a partir daí, o caminho foi cercado de desafios que testaram minha resiliência e determinação.

Preciso, antes de tudo, evidenciar minha profunda gratidão a todos que me permitiram chegar até aqui, mesmo diante de tantas adversidades emocionais.

Em especial, agradeço com admiração ao meu orientador, Rogério Silveira. Sua dedicação ao ensino, paciência e compromisso em compartilhar conhecimento foram verdadeiramente transformadores. Sua orientação foi essencial para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional, e sou imensamente grata por ter aprendido com um educador tão inspirador e generoso.

Minha gratidão se estende a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, cujo empenho, dedicação e excelência no ensino foram fundamentais para a construção de um olhar crítico e transformador, que levarei comigo para além dos muros acadêmicos.

Agradeço também aos colegas e amigos que enriqueceram esse processo com suas trocas e companheirismo. Cada conversa, desafio compartilhado e momento de apoio fizeram a diferença na minha jornada.

À minha família, dedico um agradecimento especial por sempre me impulsionar e acreditar em mim. Ao meu irmão, Carlos Eduardo Menezes, pelo apoio constante, e aos meus pais, minha eterna gratidão. À minha mãe, Vera Lúcia, uma mulher de força incomparável, que dedicou sua vida para nos proporcionar oportunidades que ela mesma não teve. E ao meu amado pai, Santos Menezes (in memoriam), cuja dedicação e esforço para que eu realizasse meus sonhos nunca serão esquecidos. Pai, esta vitória não é só minha; ela é nossa. A caminhada tornou-se mais difícil sem você, e, em muitos momentos, o desânimo foi quase insuportável. Mas sei que foi a força que você me transmitiu que me trouxe até aqui. Esse sonho sempre foi seu também, e eu o dedico a você, com todo o meu amor e saudade.

Agradeço ainda à segunda família que a vida me deu, com a chegada do meu companheiro, Vinícius Machado. Obrigada por segurar minha mão em cada passo

desta jornada, por me apoiar nos dias mais difíceis e por ser meu porto seguro. Gratidão por tudo, te amo imensamente.

Por fim, meu reconhecimento aos entrevistados que gentilmente cederam parte de seu tempo para contribuir com este trabalho. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, que foi essencial para a realização desta formação.

A todos, meu sincero **obrigada**. Cada um de vocês foi parte indispensável deste sonho que agora se realiza.



Ao meu amado pai Santos Menezes (in memoriam).

“O saber não nos torna melhores nem mais felizes.”

Mas a educação pode ajudar a nos tornarmos melhores, se não mais felizes, e nos ensinar a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas.

A cabeça Bem-Feita
Edgar Morin

RESUMO

Esta pesquisa realiza inicialmente um resgate conceitual sobre cidades, urbanização e rede urbana, com ênfase para a abordagem relacionada às pequenas cidades. Diante do contexto em que as pequenas cidades desempenham um papel estratégico na formação da rede urbana brasileira e no desenvolvimento regional, torna-se essencial investigar como essas dinâmicas se manifestam em espaços específicos. Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, com sua rica história e contribuição para a ocupação territorial, apresenta uma trajetória que reflete tanto as permanências quanto às transformações urbanas e socioeconômicas recentes. Assim, esta pesquisa propõe analisar os processos de urbanização e desenvolvimento socioeconômico da pequena cidade nos últimos trinta anos, buscando compreender sua relevância regional e as relações espaciais que estabelece no contexto do Vale do Rio Pardo. A problematização central está em explorar como Rio Pardo tem se adaptado às mudanças contemporâneas e qual é seu papel na rede urbana regional, considerando as interações sociais, econômicas e territoriais que a caracterizam. O método adotado nesta pesquisa é o materialismo histórico, que se fundamenta na análise das relações sociais e econômicas a partir de seu processo histórico, compreendendo a realidade como um produto dinâmico e dialético. Essa abordagem permite interpretar o objeto de estudo por meio de categorias analíticas específicas: a totalidade, que busca entender o processo de urbanização da pequena cidade de Rio Pardo em seu contexto amplo; a historicidade, que resgata os processos históricos que moldaram a configuração urbana da cidade nos últimos 30 anos; as contradições, que analisam os impactos do capitalismo no território, conectando a realidade local aos processos globais; e a mediação, que identifica as origens e as dinâmicas que influenciam as transformações urbanas atuais. Essa perspectiva teórico-metodológica guia a pesquisa, permitindo um diálogo entre os aspectos históricos e as estruturas socioeconômicas que constituem a cidade e sua região. Desta forma, ao explorar a trajetória de Rio Pardo, são evidenciados os processos históricos e contemporâneos que moldaram sua configuração urbana, oferecendo subsídios para futuras discussões sobre planejamento territorial, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional.

Palavras-chaves: Rede Urbana. Pequenas Cidades. Rio Pardo. Transformações Urbanas. Relações Regionais.

ABSTRACT

This research initially provides a conceptual overview of cities, urbanization and urban networks, with an emphasis on the approach related to small cities. Given the context in which small cities play a strategic role in the formation of the Brazilian urban network and regional development, it is essential to investigate how these dynamics manifest themselves in specific spaces. The city of Rio Pardo, in Rio Grande do Sul, with its rich history and contribution to territorial occupation, has a trajectory that reflects both permanence and recent urban and socioeconomic transformations. Thus, this research proposes to analyze the processes of urbanization and socioeconomic development of the small city over the last thirty years, seeking to understand its regional relevance and the spatial relations it establishes in the context of the Rio Pardo Valley. The central problematization is to explore how Rio Pardo has adapted to contemporary changes and what its role is in the regional urban network, considering the social, economic and territorial interactions that characterize it. The method adopted in this research is historical materialism, which is based on the analysis of social and economic relations based on their historical process, understanding reality as a dynamic and dialectical product. This approach allows the object of study to be interpreted through specific analytical categories: totality, which seeks to understand the urbanization process of the small city of Rio Pardo in its broad context; historicity, which recovers the historical processes that shaped the urban configuration of the city over the last 30 years; contradictions, which analyze the impacts of capitalism on the territory, connecting local reality to global processes; and mediation, which identifies the origins and dynamics that influence current urban transformations. This theoretical-methodological perspective guides the research, allowing a dialogue between the historical aspects and the socioeconomic structures that constitute the city and its region. Thus, by exploring the trajectory of Rio Pardo, the historical and contemporary processes that shaped its urban configuration are highlighted, offering support for future discussions on territorial planning, public policies, and regional development strategies.

Keywords: Urban Network. Small Cities. Rio Pardo. Urban Transformations. Regional Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul - 1809	35
Figura 2 - Evolução administrativa RS 1860	40
Figura 3 - Processo de Ocupação do território do Rio Grande do Sul	42
Figura 4 - Divisão municipal RS 2013	44
Figura 6 - Traçado da Linha do Tratado de Madri no Rio Grande do Sul	52
Figura 7 - Localização da planta esquemática do Forte Jesus Maria José 175	54
Figura 8 - Rua da Ladeira- Primeira rua calçada do Rio Grande do Sul	55
Figura 9 - Planta da Villa N ^a S ^a do Rosário- Rio Pardo 1829	57
Figura 10 - Centro Regional de Cultura de Rio Pardo- Antiga Escola Militar ..	59
Figura 11 - Rio Pardo através da história da divisão administrativa do Rio Grande do Sul	61
Figura 12 - Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1822	62
Figura 13 - Malha ferroviária do Rio Grande do Sul- 1898	65
Figura 14 - Estação Férrea de Rio Pardo	66
Figura 15 - Caixa d'água da Estação Férrea de Rio Pardo	67
Figura 16 - Estação Férrea de Ramiz Galvão	68
Figura 17 - Estação Férrea do Bexiga (1883- 1973)	69
Figura 18 - Mapa Centro Histórico de Rio Pardo	73
Figura 19 - Teatro Apolo em 1940	74
Figura 20 - Teatro Apolo 2024	75
Figura 21 - Ponte do Couto	76
Figura 22 - Solar Panatieri após sua restauração em 2024	77

Figura 23 - Clube Literário Recreativo- 2024	78
Figura 24 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.....	79
Figura 25 - Remanescentes da arquitetura colonial.....	81
Figura 26 - Solar do Almirante	82
Figura 27 - Acervo de vestidos da Igreja São Francisco de Assis.....	84
Figura 28 - Igreja São Francisco de Assis	84
Figura 29 - Incêndio atinge a Estação Férrea de Rio Pardo (2020)	86
Figura 30 - Troca de pavimentação da Rua Andrade Neves	88
Figura 31 - Planta Urbana de Rio Pardo 1986	92
Figura 32 - Mapa urbano bairros- Rio Pardo 2006.....	93
Figura 33 - Projeto de revitalização do Largo do Almirante Alexandrino	96
Figura 34 - Número de domicílios Rio Pardo	100
Figura 35 - Bistex Alimentos Ltda.....	108
Figura 36 - Superpan.....	109
Figura 37 - Helfrig Meat Group Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	109
Figura 38 - Número de pessoas de Rio Pardo entre 1991 a 2022.....	114
Figura 39 - Loteamento Lispenz.....	117
Figura 40 - Pirâmide etária de Rio Pardo	119
Figura 41 - Comunidade Quilombola Rincão dos Negros	121
Figura 42 - Rede urbana da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado (2018)	122
Figura 43 - Tipologia para pequenas cidades na Regint de Santa Cruz do Sul- Lajeado.....	123
Figura 44 - Principais rodovias de ligação a Rio Pardo (2024)	124
Figura 45 - Fluxos pendulares para trabalho e estudo na região dos vales do Rio pardo e Taquari-RS - 2010	126

Figura 46 - Hospital Regional do Vale do Rio Pardo	127
Figura 47 - Cotribá.....	129
Figura 48 - Cotriel.....	129
Figura 49 - Primeira sede da Coparroz.....	130
Figura 50 - Sede atual da Coparroz	131
Figura 51 - Engenho de Arroz Líder do Sul em Rio Pardo.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões - 1960/1980	26
Quadro 2 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões - 1991/2010	27
Quadro 3 - População da Capitania do Rio Grande de São Pedro em 1814 ...	38
Quadro 4 - Características geográficas e socioeconômicas do Rio Grande do Sul.....	43
Quadro 5 - PIB e VAB Setorial de Rio Pardo entre 1990 e 2020	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população do RS (1990 - 2022)	45
Gráfico 2 - Evolução da população do RS por situação de domicílio - 1940 - 2010	46
Gráfico 3 - População por municípios no RS entre 2000 e 2022	48
Gráfico 4 - Área Plantada entre 1990 e 2020- Rio Pardo	103
Gráfico 5 - Valor de Produção entre 1990 e 2020- Rio Pardo	105
Gráfico 6 - Efetivo de rebanho entre 1990 e 2020- Rio Pardo	106
Gráfico 7 - População total de Rio Pardo entre 1980 a 2022	112
Gráfico 8 - Rio Pardo: Distribuição da população por bairros	116
Gráfico 9 - Distribuição da população por distritos de Rio Pardo	118

LISTA DE ABREVIACÕES

AASA	Amigos do Solar do Almirante
ACIS	Associação Comercial e Industrial de Rio Pardo
ALL	América Latina Logística
APROMILK	Associação dos Produtores de Leite do Passo da Areia
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DATAPEDIA	Inteligência de Dados para o Brasil
DEE	Departamento de Economia e Estatística
DEPHARP	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de Rio Pardo
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FUNDOPEM-RS	Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul
IAHCS	Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRGA	Instituto Rio Grandense de Arroz
MP	Ministério Público
PIB	Produto Interno Bruto
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
TJ	Tribunal de Justiça
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	URBANIZAÇÃO, PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	21
2.1	Cidade, Urbanização, Rede Urbana e Pequenas Cidades	21
2.2	Urbanização Brasileira, Cidades Pequenas e Desenvolvimento Regional	25
2.3	Formação socioespacial, urbanização e pequenas cidades no Rio Grande do Sul	30
2.3.1	Formação Socioespacial do Rio Grande do Sul	32
2.3.2	Urbanização e as pequenas cidades do Rio Grande do Sul	44
3	A PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO - RS: FORMAÇÃO TERRITORIAL, FUNÇÕES, E CENTRALIDADE REGIONAL	50
3.1	A formação da vila e sua função militar e comercial no Rio Grande do Sul	51
3.2	As emancipações municipais, a perda de centralidade no território, e a chegada da ferrovia.	60
3.3	A função histórica e patrimonial da cidade de Rio Pardo na região do Vale do Rio Pardo e no Rio Grande do Sul	70
4	AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS RECENTES E AS RELAÇÕES REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO	90
4.1	Dinâmicas urbanas e econômicas recentes	90
4.2	As dinâmicas demográficas	112
4.3	As relações e interações regionais da cidade de Rio Pardo	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	142
	APÊNDICE A.....	151
	APÊNDICE B	155

1 INTRODUÇÃO

A cidade, enquanto realização humana, é um fazer-se intenso, ininterrupto. No Brasil, este "fazer-se" aniquila o que já está produzido a fim de criar mais e infinitamente, formas novas. Isso nos leva a associar a ideia da cidade com as imagens do inacabado. Em última análise, pode-se dizer que as metamorfoses da cidade produzem as imagens de ruínas e devastações modernas. Por isso, muitos falam da cidade associando-a à ideia de caos. Trata-se, no entanto, de analisar a cidade, "por dentro", e refletir sobre sua natureza. Deve-se aqui lembrar que a cidade tem a dimensão do humano refletindo e reproduzindo-se através do movimento da vida, de um modo de vida, de um tempo específico, que tem na base o processo de constituição do humano (Carlos, 1992, p 67).

A cidade é o principal espaço de concentração da população, onde se desenvolvem as mais diversas dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Ela reflete a organização e o modelo de ocupação do território, sendo um centro de serviços, comércio, cultura e, muitas vezes, de poder político. Para pensar sobre a verdadeira natureza destes espaços, é necessário analisá-la de maneira profunda, refletindo sobre seu papel como um reflexo da vida humana. A cidade não é apenas um conjunto de edifícios e infraestrutura, mas uma representação do modo de vida de seus habitantes e de um tempo específico, que se constrói continuamente a partir das interações humanas e sociais.

A partir de 1970 os estudos urbanos e regionais ganham espaço no Brasil, evidenciando-se o papel não apenas das metrópoles e grandes cidades, mas também das médias e pequenas cidades no processo de urbanização e a necessidade dos estudos voltados ao planejamento territorial e ao desenvolvimento regional, buscando compreender a totalidade e as singularidades das cidades.

As pequenas cidades brasileiras desempenham um papel fundamental na configuração da estrutura territorial do país, sendo responsáveis por uma parcela significativa do território e da população. Elas são peças chave na dinâmica regional, refletindo a diversidade e a complexidade das relações de urbanização e desenvolvimento. Cada pequena cidade possui características próprias que influenciam a forma como se integra à rede urbana e contribui para o progresso de sua região.

Diferenciar e conceituar as cidades pequenas ainda é um desafio, uma vez que hoje grande gama de pesquisadores e estudiosos na área ainda dialogam sobre quais seriam os melhores critérios de classificação das mesmas. Para Vieira, Roma e

Myazaki (2007), os critérios mais relevantes para especificação das cidades seriam o contingente populacional e a importância regional na oferta de serviços, produção, emprego e direcionamento de fluxos para outros centros. O que pode ser comprovado a partir da REGIC (Regiões de Influência das Cidades), estudo realizado pelo IBGE fundamental para compreender a hierarquia urbana e os papéis desempenhados pelas cidades no território brasileiro. Este levantamento considera critérios como o contingente populacional e a importância regional de cada cidade na oferta de serviços, produção econômica, geração de emprego e dinamização dos fluxos de pessoas, bens e informações.

Compreender o processo recente de urbanização exige uma análise detalhada das dinâmicas demográficas, sociais e econômicas que marcam esses espaços, além de investigar como elas interagem com as áreas ao seu redor.

O território do Rio Grande do Sul é formado por 497 municípios, sendo o município de Rio Pardo uma das primeiras quatro vilas/municípios que conformaram originalmente o território do estado. Rio Pardo como objeto de estudo deste trabalho foi um dos primeiros núcleos urbanos do estado do qual outros municípios ao longo dos anos vieram a desmembrar-se de seu território tornando-se independentes. Durante boa parte do século XIX e primeiras décadas do século XX ela desempenhou importante papel no processo de ocupação e povoamento da região central do estado em geral e do Vale do Rio Pardo, em particular, bem como na formação da rede urbana regional e estadual, exercendo centralidade no território regional (Silveira, 2008).

A geografia do município durante os primeiros anos de ocupação foi fator importante para o surgimento da cidade com suas funções: comercial e militar. Neste período a hidrografia e o relevo favoreceram a distribuição de mercadorias através do porto que vinham de Porto Alegre e abasteciam a região das Missões. Assim, com a edificação estratégica do antigo Forte Jesus-Maria-José em 1756, a cidade cresceu no entorno da fortaleza, construída e ocupada por portugueses. Esta, possuía como principal objetivo proteger as fronteiras do Império das tropas espanholas, e assim o fez, cumpriu seu papel e jamais foi invadida pelas tropas inimigas, trazendo à cidade o título de *Tranqueira Invicta* (Meister 2017).

Intrinsecamente ligada à história do Ibero América, a jovem, mas porém bicentenária cidade de Rio Pardo / RS / Brasil mantém até hoje, diversos e significativos registros materiais do passado que, muito mais que simples

edificações – sobreviventes ao impetuoso tempo, são marcos que contemporizam informações, regem relações sociais e (re)escrevem a história e a identidade local (Costa; Louzado, 2015, p.43).

O patrimônio histórico e arquitetônico da cidade reúne elementos culturais de grande importância para a história e a memória regional do Vale do Rio Pardo e do Rio Grande do Sul, cuja preservação é de vital importância para o desenvolvimento não só do município e da região, mas também do estado. Um conjunto de transformações socioespaciais ocorreram no Brasil após 1950, este processo não foi diferente o município cresceu envolvida por sua história, traçada ao longo dos seus mais de duzentos anos de existência.

Ao longo das últimas três décadas é possível perceber de maneira significativa a expansão da cidade em termos de desenvolvimento populacional, urbano e econômico, que acontece entrelaçado ao notável conjunto de patrimônio arquitetônico que evidenciam marcas da memória e identidade local.

Diante desse contexto, que nos leva a refletir sobre o papel das pequenas cidades no processo de construção da rede urbana brasileira, especialmente na escala regional, e sua importância para o desenvolvimento regional, esta pesquisa busca compreender como ocorreram os processos de urbanização e desenvolvimento socioeconômico da pequena cidade de Rio Pardo nos últimos trinta anos, bem como sua relevância regional?

A partir da problematização do tema e da pergunta central, surgem algumas questões norteadoras para guiar esta investigação: Como se apresenta o processo histórico de urbanização do município de Rio Pardo? De que forma se constituem sua estrutura econômica, social e a economia urbana, e quais permanências e mudanças marcaram sua dinâmica de desenvolvimento nas últimas três décadas? Qual é a relevância regional do município e como se caracterizam as relações espaciais, fluxos de pessoas, gestão pública e privada que Rio Pardo estabelece na rede urbana regional do Vale do Rio Pardo, decorrentes de seus processos recentes de urbanização e desenvolvimento econômico?

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é analisar como ocorreram os processos de urbanização e de desenvolvimento socioeconômico na pequena cidade de Rio Pardo nos últimos trinta anos e as decorrentes relações espaciais que a cidade estabelece com a região. Para isso, foram definidos objetivos específicos que buscam responder aos questionamentos propostos:

- Examinar a origem e as principais etapas do processo de urbanização do município de Rio Pardo;
- Analisar os processos de desenvolvimento econômico e social municipal nos últimos trinta anos;
- Verificar as relações espaciais da cidade de Rio Pardo com a região, através dos fluxos de pessoas, da centralidade empresarial e dos serviços públicos.

O trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, fundamentada nos princípios do materialismo dialético e do materialismo histórico. O materialismo dialético e o materialismo histórico, conceitos centrais no pensamento marxista, fornecem ferramentas para compreender as transformações da sociedade e da história a partir de uma perspectiva materialista. O materialismo dialético baseia-se na ideia de que tudo está em constante mudança devido às contradições internas dos fenômenos, sendo essas mudanças influenciadas por processos interdependentes e desenvolvidas de forma não linear. Já o materialismo histórico aplica esses princípios à análise da história, destacando a importância da base material, como as relações de produção e as forças produtivas, na organização social e nos conflitos de classes que impulsionam mudanças históricas. Juntos, esses métodos buscam não apenas explicar a realidade, mas compreender seus movimentos para transformá-la.

Esses referenciais teóricos permitiram a análise crítica das transformações sociais e econômicas em nível municipal, enfocando a relação entre as estruturas históricas e os processos contemporâneos.

Tal pesquisa foi classificada como qualitativa, pois buscou compreender um fenômeno social em sua profundidade, explorando não apenas os dados empíricos disponíveis, mas também as relações de causalidade e interdependência presentes no contexto local. Tal abordagem possibilitou investigar os impactos das dinâmicas municipais sobre a realidade da população, considerando elementos como desigualdade social, políticas públicas e transformações urbanas.

A etapa bibliográfica do trabalho envolveu a consulta a livros, artigos científicos, relatórios técnicos e fontes documentais que abordassem as especificidades do fenômeno em questão. O material coletado foi analisado à luz das categorias teóricas do materialismo dialético, que busca compreender a realidade em sua totalidade e em constante transformação, e do materialismo histórico, que destaca o papel das relações de produção e dos processos históricos na constituição da sociedade.

A coleta de dados para esta pesquisa combinou métodos de documentação indireta e direta, visando alcançar uma compreensão aprofundada do tema em análise. A documentação direta foi realizada por meio de conversações face a face com fontes fidedignas, utilizando a entrevista semiestruturada como principal técnica. Para a condução das entrevistas, foi elaborado um roteiro específico, detalhado no Apêndice 1 junto ao termo de consentimento, contendo questões direcionadas que orientaram a interação com os entrevistados. Esse instrumento garantiu a obtenção de informações relevantes e estruturadas, fundamentais para a análise dos dados coletados.

Os critérios para a escolha dos entrevistados basearam-se na relevância de suas funções no contexto de pesquisa da Rede MIKRIPOLI do qual esta pesquisa está vinculada, assegurando uma visão abrangente e qualificada do fenômeno estudado. Os participantes foram: o Secretário Municipal de Planejamento, que trouxe contribuições relacionadas às políticas públicas e planejamento urbano; o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Rio Pardo (ACIS), com uma visão voltada para o impacto econômico e comercial; um Engenheiro Civil da prefeitura, responsável por abordar aspectos técnicos e urbanísticos; e uma Corretora de Imóveis, que ofereceu uma perspectiva do mercado imobiliário e suas dinâmicas. Essa diversidade de perfis permitiu uma análise ampla e aprofundada sobre os impactos e as dinâmicas da realidade municipal.

A documentação indireta envolveu a consulta a fontes secundárias, como acesso às bases de dados de instituições de pesquisas estatísticas como o Departamento de Economia e Estatística (DEE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Inteligência de Dados para o Brasil (Datapedia) e através do portal do ObservaDR, projeto que visa fornecer fontes e dados atualizados através da integração de grupos de pesquisa de diferentes instituições voltadas ao tema em análise.

Esta dissertação propõe a analisar a urbanização, o desenvolvimento regional e as transformações recentes na pequena cidade de Rio Pardo, localizada no Rio Grande do Sul, na porção central do território gaúcho. Fazendo fronteira com os municípios de Pantano Grande, ao Sul, de Santa Cruz do Sul, Candelária, Vera Cruz e Passo do Sobrado, ao Norte, de Cachoeira do Sul a Oeste, e de Minas do Leão e Vale Verde a Leste. Localizado a uma distância de aproximadamente 145 km² da

capital Porto Alegre, Rio Pardo pertence em sua organização político-administrativa à região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio Pardo.

A estrutura do trabalho está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro a abordagem apresentada nesta introdução.

No segundo capítulo denominado "Urbanização, Pequenas Cidades e Desenvolvimento Regional", são discutidos os conceitos centrais de urbanização e a importância das cidades pequenas no contexto da rede urbana e do desenvolvimento regional. Este capítulo é subdividido em três seções: a primeira explora a relação entre cidade, urbanização e rede urbana, com ênfase nas características das cidades pequenas. A segunda seção examina a urbanização brasileira e o impacto das pequenas cidades no processo de desenvolvimento regional. A última seção aborda a formação socioespacial, a urbanização e as pequenas cidades especificamente no Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo intitulado "A Pequena Cidade de Rio Pardo - RS: Formação, Funções, Centralidade Regional e Urbanização", oferece uma análise detalhada da cidade de Rio Pardo, abordando a formação da vila e suas funções iniciais de conteúdo militar e comercial. A seguir, é discutida a perda de centralidade da cidade no território, especialmente após as emancipações municipais e o impacto da ferrovia na sua estrutura. O capítulo também explora a função histórica e patrimonial de Rio Pardo na região do Vale do Rio Pardo.

Por fim, no último capítulo nomeado "As Transformações Urbanas Recentes e as Relações Regionais da Pequena Cidade de Rio Pardo", são abordadas as dinâmicas urbanas e econômicas recentes, bem como as mudanças demográficas observadas na cidade. A última seção do capítulo enfoca as relações regionais de Rio Pardo, com destaque para os movimentos pendulares e as interações da cidade com outras localidades da região.

Dessa forma, a dissertação busca entender a transformação da pequena cidade de Rio Pardo dentro do contexto mais amplo de urbanização e desenvolvimento regional, analisando as suas dinâmicas históricas, sociais e econômicas e as relações com o entorno regional.

2 URBANIZAÇÃO, PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A análise dos processos de urbanização e desenvolvimento social e econômico das pequenas cidades, bem como de suas relações com as regiões em que estão inseridas, é essencial para entender as dinâmicas contemporâneas de desenvolvimento urbano e regional. As pequenas cidades desempenham um papel fundamental, tanto na organização do espaço quanto na promoção de redes econômicas e sociais, influenciando o crescimento regional de maneira única. Essas localidades não apenas abrigam uma parcela significativa da população, mas também atuam como pontos de conexão entre áreas rurais e centros urbanos maiores, sendo cruciais para a articulação territorial.

Neste capítulo, discutiremos as relações entre as pequenas cidades e o desenvolvimento regional, destacando sua importância na estruturação e dinamização dos territórios. Por fim, abordaremos o conceito de formação socioespacial e sua conexão com o processo de urbanização, oferecendo uma visão panorâmica do processo de formação socioespacial do Rio Grande do Sul e analisando os fatores históricos e geográficos que influenciaram a urbanização e a constituição das pequenas cidades nesse estado.

2.1 Cidade, Urbanização, Rede Urbana e Pequenas Cidades

As cidades possuem um papel central para a compreensão da organização social e territorial, sendo marcadas pela distinção entre campo e cidade, com espaços evidenciados de maneira bastante distinta. Com o processo de industrialização, as relações rural-urbano passaram a adquirir características de complementaridade, onde a cidade se tornou polo de atividades industriais e urbanas, enquanto o campo assumiu o papel de “alimentar” a cidade. Essa dinâmica consolidou percepções que associavam o campo a práticas tradicionais e a cidade ao progresso. Essas transformações também alteraram as formas de interação humana com o meio e impactaram profundamente as relações de trabalho, acompanhadas pela modernização agrícola e pela crescente integração entre ciência, técnica e informação, que estruturam a produção contemporânea.

Para pensar as transformações ocorridas, Sposito (2006) usa três atributos que sempre foram relacionados às cidades: a concentração demográfica usada

frequentemente para distinguir campo e cidade, associado muitas vezes à urbanização que é um processo mais complexo que não pode ser reduzido apenas ao contingente populacional. O segundo atributo refere-se a diferenciação social sendo importante compreender e analisar as relações políticas, econômicas, sociais e principalmente a divisão territorial do trabalho em ambos os espaços, o terceiro atributo refere-se a unidade espacial sendo utilizado desde a antiguidade para separar as áreas urbanas das cidades através das grandes muralhas e partir daí sendo lhe atribuída distintas formas e funções a partir do uso e organização do solo.

Retornar ao conceito de cidade é necessário para compreender toda dinâmica que envolve o conceito de urbanização e concomitantemente o processo de urbanização.

Da idéia grega de pólis vem o conceito de política, enquanto do latim civis e civitas vêm cidadão, cidadania, cidade e mesmo civilização. Também se origina do latim o sentido de urbano, com dupla conotação: de urbanum (arado) vem o sentido de povoação, a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco do arado dos bois sagrados que marcava o território da produção e de vida dos romanos; da sua simplificação semântica originaram-se urbe e urbs, este último termo referindo-se a Roma, cidade-império, centro do mundo e, assim, desaparecido até as grandes cidades da era moderna (Monte-Mór, 2006, p.11).

Monte-Mór (2006) refere-se à urbanização contemporânea como um terceiro tecido que se expande por todo o território criado sobre as discussões entre cidade-campo, materializando no espaço as relações socioespaciais da sociedade urbano-industrial. Incorporado a esta sociedade urbana está a essência da cidade como um espaço social. Essa consolidação do espaço urbano formada com bases nas práticas industriais e incorporada ao longo dos anos as práticas políticas evidencia a necessidade de pensar sobre o espaço de forma heterogênea, levando em consideração suas particularidades com propósito de fornecer qualidade de vida para um número crescente de pessoas.

Analisar as transformações do espaço geográfico ao longo dos anos é pensar sobre os agentes que fazem parte e que são responsáveis por tamanha modificação. Segundo Furini (2014), o urbano constitui um fenômeno social e espacial de particular temporalidade. Enquanto conceito remete a uma dinâmica que pode ser observada em períodos, regiões e situações diferenciadas, de acordo com as teorias envolvidas, assim “tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das relações sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação” (Lencioni, 2008 *apud* Furini, 2014, p.15).

Segundo Sorre, geógrafo francês (apud Santos, 1982, p. 70), existe uma cidade quando há coalescência de funções em uma aglomeração. Esta expressão significa que as funções chegam a depender uma das outras, tornando-se assim independentes da atividade primária que deu origem a sua aglomeração.

A cidade é um objeto muito complexo e, por isso mesmo, muito difícil de se definir. Como não estou falando de um determinado tipo de cidade, em um momento histórico particular, é preciso ter em mente aquilo que uma cidade da mais remota antiguidade e cidades contemporâneas como, digamos, Cairo, Nova Iorque e Tóquio, mas também uma pequena cidade do interior brasileiro tem em comum, para encontrar uma definição que dê conta dessa imensa variação de casos concretos (Souza, 1963, p. 24).

É desafiador definir o que constitui uma cidade devido à grande diversidade de características encontradas em diferentes cidades ao longo da história e em diferentes partes do mundo. O mais recomendável para se poder conceituar e compreender verdadeiramente o que é uma cidade, é considerar elementos compartilhados por todas elas, desde as mais antigas até as contemporâneas, como destacado anteriormente por Souza (1963).

Por sua vez, pensar a cidade e a sua urbanização, nos leva também a considerar as posições que ocupam e as relações e interações que tais cidades estabelecem no âmbito da rede urbana.

A rede urbana é definida como um conjunto de centros funcionalmente articulados que determinam os fixos e fluxos e refletem as características sociais e econômicas de uma região sendo consequência de um ou mais produto social (Corrêa 1989).

Seja no interior de um país, seja em escala planetária, nenhuma cidade existe totalmente isolada, sem trocar informações e bens com o mundo exterior, caso contrário, não seria uma cidade. De maneira muitíssimo variável no que concerne ao tipo de fluxo e, sobretudo, à intensidade dos fluxos, todas as cidades se acham ligadas entre si no interior de uma rede urbana (Souza, 1963, p.50).

A complexidade com a qual a Rede Urbana pode ser compreendida permite classificá-la a partir das diferentes funções exercidas pelas cidades e não são eliminatórias, mas atuam de forma mútua. Essa classificação funcional permite conhecer como a cidade está organizada de acordo com as atividades desenvolvidas, uso e ocupação do solo nas áreas urbanas.

Atualmente o IBGE, com base em pesquisa sobre as Regiões de Influência das

Cidades (REGIC), estabelece a hierarquia dos centros urbanos brasileiros de acordo com seu grau de influência e desenvolvimento, classificando assim as cidades na rede urbana brasileira. O relatório apresentado em 2018 organiza as cidades de acordo com suas dimensões da seguinte maneira: hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis principais (Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais); e as regiões de influências, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana.

Segundo dados da REGIC 2018, o município de Rio Pardo o qual servirá como base para obtenção de dados e informações se classifica como sendo um Centro de Zona A, classificado na categoria de nível quatro na rede de hierarquia urbana brasileira que utiliza como critério de regionalização a abrangência das atividades desenvolvidas, as áreas de influência e o contingente populacional.

Para Fresca (2010), classificar uma cidade de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas e o contingente populacional é de extrema complexidade, uma vez que as atividades urbanas praticadas na mesma podem extrapolar os limites que as classifica como uma cidade local ou uma pequena cidade. Sendo assim, a autora destaca que para caracterizar uma cidade como sendo pequena é necessário entender o seu grau de relevância em uma região.

Segundo Corrêa (2011) a pequena cidade pode ter diferentes origens como os motivos que os levaram para sua criação, as questões locacionais e os agentes sociais responsáveis pela sua construção. O povoamento ao seu entorno possui como principal objetivo desenvolver atividades que favorecem a transformação e a circulação de bens e serviços, e ao mesmo tempo o seu núcleo central terá a função de administrar e gerir determinado território. Assim a pequena cidade será definida não apenas por seu contingente populacional, mas por sua centralidade.

Endlich (2006), questiona-se sobre o por que estudar as pequenas cidades? Neste caso, a pesquisadora e geógrafa direciona seus estudos às pequenas cidades do noroeste do Paraná, mas suas reflexões sobre o tema servem também para pensar a importância destes núcleos urbanos em outras regiões do país.

Uma das primeiras inquietações de Endlich (2006), de forma geral sobre o tema, refere-se justamente a falta de interesse por parte de estudiosos na área da Geografia Urbana uma vez que seus estudos na grande maioria direcionam-se ao entendimento aos fenômenos de segregação, centralidade e fluxos relacionados a metropolização e ao crescimento urbano. Para a autora:

Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira, como também esta falta de estudo compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana, até mesmo das questões tratadas no domínio dos centros urbanos maiores, bem como das possibilidades de intervenção (Endlich, 2006, p. 31).

Ignorar essas comunidades não apenas resulta na falta de compreensão de uma parte significativa da paisagem urbana brasileira, mas também compromete a visão geral da rede urbana como um todo. Ao negligenciar o estudo das pequenas cidades, há uma perda de insights importantes que poderiam contribuir para uma compreensão mais abrangente dos problemas e dinâmicas urbanas, inclusive nas grandes cidades.

O estudo das pequenas cidades como mencionado anteriormente ainda é assunto de pouco debate no Brasil, mas que aos poucos começa a ganhar destaque na academia visto as dinâmicas socioespaciais que envolvem estas regiões.

Atualmente, no Brasil, um grupo de 26 pesquisadores se reúne periodicamente para debater e fomentar projetos relacionados aos estudos das pequenas cidades. Esta rede, denominada MIKRIPOLI, tem como principal objetivo ampliar as pesquisas sobre as pequenas cidades e localidades, levando em consideração a diversidade urbana do Brasil, com enfoque para estas localidades que compõem grande parte da rede urbana brasileira. Além disso, essa rede de pesquisa busca compreender as relações existentes entre essas pequenas cidades e a interface que envolve o campo e as relações regionais, observando aspectos relacionados às questões demográficas, territoriais e econômicas.

O grupo formado por pesquisadores de diferentes regiões do país, por meio IBGE de seus estudos e análises relacionados às respectivas localidades, enaltece o papel fundamental das pequenas cidades na rede urbana brasileira, evidenciando suas funções e contribuições para a interação entre diferentes espaços e para o desenvolvimento regional.

2.2 Urbanização Brasileira, Cidades Pequenas e Desenvolvimento Regional

As vilas e cidades brasileiras surgiram como resultado da ocupação e colonização portuguesa do território, mas o país passou a vivenciar um processo mais

intenso de urbanização e expansão para o interior apenas em etapas posteriores de seu desenvolvimento.

Alguns dados permitem identificar que no Brasil até meados de 1960 o maior contingente populacional estava localizado nas áreas rurais e a partir de 1970, e com grande expressividade desde 1980, constatou-se um aumento significativo da população urbana com relação à população rural, como é possível observar no quadro abaixo.

Quadro 1 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões - 1960/1980

Grandes Regiões	1960 ¹ Urbana	1960 ¹ Rural	1970 ¹ Urbana	1970 ¹ Rural	1980 ¹ Urbana	1980 ¹ Rural
BRASIL	32.004.817	38.987.526	52.904.744	41.603.839	82.013.375	39.137.198
Região Norte	1.041.213	1.888.792	1.784.223	2.404.090	3.398.897	3.368.352
Região Nordeste	7.680.681	14.748.192	11.980.937	16.694.173	17.959.640	17.459.516
Região Sudeste	17.818.649	13.244.329	29.347.170	10.984.799	43.550.664	9.029.863
Região Sul	4.469.103	7.423.004	7.434.196	9.249.355	12.153.971	7.226.155
Região Centro-Oeste	995.171	1.683.209	2.358.218	2.271.422	4.950.203	2.053.312

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970 e 1980.

(1) População recenseada.

A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento no número da população respectiva dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização não concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos depois o estágio da metropolização (Santos, 1963, p. 69).

Ao observar os censos demográficos entre 1960 a 1980, outra importante característica chama atenção no que se refere à distribuição da população por regiões. Evidenciando que o processo de urbanização no Brasil ocorre de forma bastante desigual, com destaque para a região Sudeste do país que por uma série de fatores no qual se podem destacar os ciclos econômicos da mineração do café e posteriormente a instalação das primeiras fábricas sendo responsáveis pela formação dos primeiros grandes núcleos urbanos.

Na região Sul do país é possível constatar um crescimento significativo a partir de 1970 da população urbana com relação a rural, no Centro-Oeste este movimento acontece desde 1980. Nas regiões Norte e Nordeste a partir da década de 1980 o contingente populacional alcança equilíbrio entre as áreas urbanas e rurais, possibilitando constatar a partir destes indicadores demográficos a forma heterogênea com a qual as regiões vivenciam o processo de urbanização.

Quadro 2 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões - 1991/2010

Grandes Regiões	1991² Urbana	1991² Rural	2000² Urbana	2000² Rural	2010² Urbana	2010² Rural
BRASIL	110.875.826	36.041.633	137.755.550	31.835.143	160.925.792	29.830.007
Região Norte	5.931.567	4.325.699	9.002.962	3.890.599	11.664.509	4.199.945
Região Nordeste	25.753.355	16.716.870	32.929.318	14.763.935	38.821.246	14.260.704
Região Sudeste	55.149.437	7.511.263	65.441.516	6.855.835	74.696.178	5.668.232
Região Sul	16.392.710	5.724.316	20.306.542	4.783.241	23.260.896	4.125.995
Região Centro-Oeste	7.648.757	1.763.485	10.075.212	1.541.533	12.482.963	1.575.131

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010).

(2) População residente.

A análise dos dados demográficos entre 1991 a 2010 permite observar em comparativo com o Quadro 1 o crescimento significativo da população entre 1960 a 2010, com expressivo aumento de 75,4% na taxa de urbanização a partir de 1991. Em 2010 a taxa de urbanização do país aumenta expressivamente para 84,36% sendo possível realizar um comparativo entre os dados de 1960 a 2010 e constatar o crescimento acelerado da população urbana com relação à rural.

Santos (1963) destaca a forma que o espaço urbano brasileiro toma a partir da década de 50, com um crescimento acelerado das regiões metropolitanas e por consequência uma forte tendência ao desenvolvimento das médias e pequenas cidades, tema central para esta discussão.

No Brasil este debate sobre a relevância das pequenas cidades se torna extremamente necessário quando observamos a forma como a rede urbana brasileira

está constituída. Endlich (2021) faz um levantamento fundamental a partir de dados disponibilizados pelo IBGE para exemplificar esta situação.

Olhando para os números de 2010, dos 5.561 municípios existentes naquele ano, 4.954 tinham até 50 mil habitantes. De 50 a 100 mil habitantes são mais 324 municípios. Acima desse patamar estavam os 245 municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes e os 38 municípios com mais de 500 mil habitantes. Nesse amplo conjunto de mais de quatro mil localidades com até 50 mil habitantes está uma ampla diversidade quanto a questão demográfica (não só a população total, como as taxas de crescimento e outros), mas também diversidade quanto a situação geográfica, econômica e cultural, por exemplo (Endlich, 2021, p. 104).

Dos 5.561 municípios brasileiros, 4.954 possuía uma população de até 50 mil habitantes, embora o contingente populacional não seja a principal referência para análise das pequenas cidades, este recorte que indica a quantidade de municípios brasileiros com até 50.000 mil habitantes expressa a necessidade de se debruçar sobre este tema e observar as distintas características geográficas, econômicas, culturais e sociais que influenciam as realidades locais e que excedem a questão demográfica.

Os dados apresentados nos quadros 1 e 2 evidenciam que o Brasil a partir da década de 1960 inicia um processo de transição demográfica, para Corrêa (2011) estava prestes a estourar no país um processo de industrialização e urbanização que iria impactar de forma desigual o território. Os eixos ferroviários eram regionais e até então articulavam as grandes cidades.

Neste contexto, as pequenas cidades desempenhavam um papel central nas atividades econômicas, na interação social e nas dinâmicas políticas, em contraste com os centros urbanos maiores.

No Brasil, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, coletados no censo demográfico de 2022 61% da população se concentra nas áreas urbanas, processo evidenciado ao longo dos anos através dos movimentos migratórios que ganharam força a partir da década de 1960 influenciado por diferentes fatores de expulsão de trabalhadores do campo para a cidade. Dando início ao processo de urbanização, que ocorreu de forma acelerada e que hoje é responsável pelas raízes da atual configuração urbana brasileira.

Outro aspecto da urbanização brasileira é a importância das pequenas cidades. No Censo demográfico de 2010, 91% das sedes municipais possuíam menos de 50

mil habitantes, com uma ampla diversidade urbana, populacional, ambiental, econômica e cultural. As cidades pequenas são espaços aparentemente simples, que devem ser estudados para que possam ser compreendidos na sua multiplicidade.

As pequenas cidades brasileiras correspondem a um importante parcela da estrutura territorial do país, evidenciando a necessidade de conhecer a diversidade e particularidade que apresentam as dinâmicas de urbanização e as relações que se estabeleceram nas regiões onde estas estão inseridas e contribuem para o desenvolvimento regional a partir da heterogeneidade desses espaços.

Pensar e compreender o processo recente de urbanização dessas pequenas cidades implica em analisar sobre a atual dinâmica demográfica, social, econômica, de cada um desses espaços, e o modo como tem se relacionado com suas regiões.

Segundo Fresca (2010), para caracterizar uma cidade como sendo pequena, é necessário entender sua inserção em uma dada rede urbana ou região. Além disso, é necessário o entendimento do contexto socioeconômico de sua inserção como eixo norteador de sua caracterização.

Aprofundar os estudos sobre pequenas cidades através do estudo de caso do município de Rio Pardo, na região do Vale do Rio Pardo-RS, tem a ver com o desejo de entender o atual papel da mesma na rede urbana regional, visto a importância histórica do município na formação dos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul.

É oportuno analisar como se caracterizam os processos de urbanização nas cidades pequenas, seus papéis, funções e suas interações com os espaços rurais, e suas relações espaciais no âmbito das regiões onde se localizam e no das redes urbanas regionais que participam e eventualmente centralizam (Silveira *et al*, 2017).

O Brasil tem apresentado nos últimos 20 anos um progressivo processo de urbanização, acompanhado da diminuição do ritmo de metropolização e da constituição de uma rede urbana relativamente melhor distribuída no território. As pequenas e médias cidades são de extrema importância para articular os espaços urbanos e rurais, através da sua centralidade e funções administrativas e econômicas; na intermediação de fluxos de intensidade e conteúdo variados, oriundos dos grandes centros urbanos do país e do exterior, e também aqueles provenientes de suas áreas regiões imediatas de influência (Silveira; Faccin; Detoni, 2024).

Na escala regional, esses processos adquirem particularidades e diferenças e expressam de um lado dinâmicas de desenvolvimento regional específicas, com

diferentes graus de integração à economia nacional e global, e de outro lado, revelam modos de organização, de interação e de complementaridade espacial que, simultaneamente, refletem e condicionam a divisão territorial do trabalho existente, e influenciam os processos de coesão e desenvolvimento territorial.

2.3 Formação socioespacial, urbanização e pequenas cidades no Rio Grande do Sul

A Geografia Social enquanto objeto de compreensão entre as relações sociais e espaciais desenvolveu-se vagarosamente, uma vez que o seu principal interesse conforme Santos (1982) estava relacionado “a forma das coisas e não a sua formação”. O processo de construção e organização do espaço geográfico se faz por meio das relações sociais, econômicas, políticas e culturais dos indivíduos e dos grupos que o habitam e constroem sua interação local associada às relações globais, assim o espaço é uma dimensão fundamental da construção histórica e organização social de um determinado grupo.

Buscando uma abordagem crítica da ciência geográfica, Santos (1982) com o objetivo de explicar as transformações ocorridas no espaço a partir da interação humana, desenvolve uma de suas mais significativas contribuições para as Ciências Humanas, o conceito de Formação Socioespacial. Partindo das discussões desenvolvidas por Marx (1983) em sua obra “O Capital” referente a Formação Econômica e Social.

Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Do meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas (Marx, 1983, p.116).

Nesta perspectiva Marx concentra-se em ver as pessoas não apenas como indivíduos isolados, mas como representantes de categorias econômicas. Marx ainda considera a Formação Econômica e Social como um processo que se desenvolve ao longo do tempo, influenciado por fatores históricos e naturais. Sendo o indivíduo um produto das relações sociais que o permeiam.

Santos (1982) tem na teoria da Formação Econômica e Social o ponto de partida para análise das transformações espaciais, segundo ele a teoria desenvolvida por Marx permite compreender o desenvolvimento das sociedades a partir das forças externas que proporcionam as condições necessárias para a ampliação da força produtiva, tornando o trabalho o principal responsável pelas transformações ocorridas no espaço.

Segundo Santos (1982) não existe sociedade a-espacial, todos os grupos escrevem sua trajetória no espaço, inserir esta nova categoria de análise a uma teoria já existente é fazer uma outra interpretação direcionando sua percepção a compreensão do espaço como uma totalidade.

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função dos modos de produção e seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (Santos, 1982, p. 18).

Existe uma complexa relação entre o espaço e a sociedade, sendo relevante destacar como ambos se influenciam mutuamente e são interdependentes, sendo que o espaço desempenha um papel significativo na configuração da sociedade, suas instituições e seu desenvolvimento ao longo do tempo permitindo perceber as singularidades na construção de uma totalidade.

Segundo Silveira (2011) a formação socioespacial é uma totalidade que explica processos. Partindo desta concepção o conceito pode ser aplicado no entendimento das particularidades da urbanização brasileira, levando em consideração a origem histórica deste processo até os dias atuais e sua constituição enquanto rede urbana.

Observar a forma como a população brasileira ocupou e transformou o espaço geográfico ao longo do tempo, vai além do estudo relacionado à organização territorial das cidades, é necessário identificar os processos associados à origem, construção das relações sociais, econômicas, culturais, políticas e principalmente dos aspectos que envolvem a identidade regional.

O processo de colonização e exploração do território brasileiro iniciado pelos colonizadores europeus é marcado por ciclos econômicos que determinaram ao longo dos anos a forma de uso e ocupação do solo, com destaque para a organização inicial das terras então “descobertas” caracterizado pela concessão de grandes lotes de

terras que se estendiam do litoral até a linha do Tratado de Tordesilhas destinadas a donatários com o objetivo de descentralizar o processo de colonização e promover a ocupação e exploração, as chamadas Capitanias Hereditárias.

Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da cana) vêm trazer novo impulso e nova lógica ao processo (Santos, 1963, p. 20).

As diferentes relações econômicas e sociais que ocorreram durante o período colonial foram responsáveis por moldar os princípios da sociedade brasileira. Para Santos (2005) é a partir das heranças que deixaram marcas nas diferentes instâncias do país, sejam elas econômicas, demográficas ou políticas que se produz o que o autor denomina de mosaico de regiões, responsável pela constituição da formação socioterritorial brasileira.

As transformações advindas com o processo de Globalização são fatores de extrema importância para compreender o processo de urbanização e construção da rede urbana brasileira.

2.3.1 Formação Socioespacial do Rio Grande do Sul

As significativas mudanças sociais a partir do século XIX acompanhadas das constantes transformações espaciais que intensificaram o processo de urbanização constituem as raízes que abordam a relevância de se compreender a complexidade que envolve a rede urbana brasileira, evidenciando um processo constituído por desigualdades socioespaciais significativas.

Estas desigualdades podem ser observadas na forma como outras regiões do país foram sendo ocupadas ao longo dos anos. Durante o período de ocupação do território brasileiro a região do atual estado do Rio Grande do Sul não despertou de imediato interesse dos colonizadores europeus.

O Rio Grande do Sul foi, pode-se dizer, a derradeira parte do Brasil a ser povoada. Não deixa de ser significativo o fato de que, ao findar a quarta década do século XVIII, quando em todas as regiões que futuramente constituiriam os estados da federação já germinavam as “células mater” do

povoamento, o território rio-grandense era ainda uma vasta terra de ninguém. Estavam em pleno funcionamento os centros de mineração que originaram a expansão demográfica para o interior do país, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, enquanto o Rio Grande ainda permanecia uma região remota e pouco conhecida na qual a fronteira, em disputa, se diluía por centenas de quilômetros (Bernardes, 1997, p. 53).

De fato neste período a principal atividade da Coroa Portuguesa se dava a exploração das minas na região sudeste do país onde localizava-se também o maior contingente populacional, o principal interesse estava nas tropas de burros e mulas que seguiam dos campos sulinos para auxiliar na extração de minérios.

Na região noroeste do estado, em meados de 1632 os padres jesuítas estabeleceram na margem leste do Rio Uruguai as missões ou reduções jesuíticas onde formavam-se aldeamentos indígenas com a principal finalidade de catequizar os índios.

Em janeiro de 1680 estrategicamente os portugueses fundaram às margens do Rio da Prata a Colônia do Sacramento¹, importante entreposto para o comércio marítimo na América do Sul, permitindo aos portugueses controle das rotas comerciais e a consolidação de interesses econômicos. Com a Colônia do Sacramento estabelecida inicia-se o deslocamento pela faixa litorânea, estabelecendo segundo Bernardes (1997) o velho caminho de Laguna para a Colônia. A costa litorânea era caracterizada por praias extensas e áreas costeiras de planície interrompidas apenas pelo canal de escoamento da Lagoa dos Patos, o que dificultava o estabelecimento de abrigos aos navegantes devido à intensidade com que o mar se arrebenta ao longo da costa.

Segundo Bernardes (1997) até por volta de 1737 o Rio Grande do Sul era no litoral apenas uma área de passagem e no interior constituído por extensas áreas de campo por onde vagavam tropas de gado e viviam tribos indígenas.

É às margens do canal de deságue da Lagoa dos Patos que os portugueses iniciaram a construção do Presídio Jesus Maria José e constitui-se a Vila do Rio Grande de São Pedro, atualmente cidade de Rio Grande. Os lagunistas que andavam por aquela vasta região de planície estabeleciam as estâncias para reunir o gado que

¹ Colônia do Sacramento: cidade localizada às margens do Rio da Prata atual território Uruguai, fundado por portugueses em 1680 em uma região de disputas entre Portugal e Espanha. A Colônia do Sacramento testemunhou uma série de conflitos armados ao longo dos anos, com a cidade alternando entre domínio português e espanhol em diferentes momentos. O Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, estabeleceu a cedência definitiva da Colônia do Sacramento para a Espanha (Prado, 2003).

vagava pelos campos e se reproduzia livremente, nesta época os produtos advindos da pecuária se tornaram lucrativos devido a atividade mineradora desenvolvida na região de Minas Gerais.

Nessa época, teve seu auge no Sudeste o “ciclo da mineração”, que provocou mudança no centro político-econômico colonial do Nordeste (Salvador) para Minas - Rio de Janeiro. Em consequência, as terras gaúchas, ainda em disputa entre lusos e espanhóis, foram requisitadas a desempenhar a função econômica, estruturando seu espaço com base nos processos de intercâmbio com os núcleos mineiros, especialmente a exportação de muars de bovinos para transporte e alimentação (Moreira, 1995, p. 59-61).

Este período marcado por significativas transformações no Brasil colonial, evidencia que as riquezas produzidas pelo ciclo da mineração no Sudeste tiveram impactos profundos na configuração política e econômica do país, influenciando até mesmo regiões distantes, como as terras gaúchas no sul.

Para Bernardes (1997) tais transformações foram responsáveis na segunda metade do século XVIII pela propagação das estâncias de criação de gado pelo interior do território gaúcho e a instalação de guarnições militares na região da Depressão central costeando o Baixo Jacuí onde se inicia a partir de 1753 a edificação do Forte Jesus Maria José na atual cidade de Rio Pardo.

Foi neste contexto de ocupação do vale do Jacuí que surgiu Rio Pardo, a partir da fundação da Fortaleza Jesus, Maria e José (1753), consequência do Tratado de Madri. Com isso, Rio Pardo passou a ser centro logístico de operações militares portuguesas no processo que se iniciava de delimitação de fronteiras e da ocupação da área das Missões (Hortêncio; Luz, 2011, s.p.).

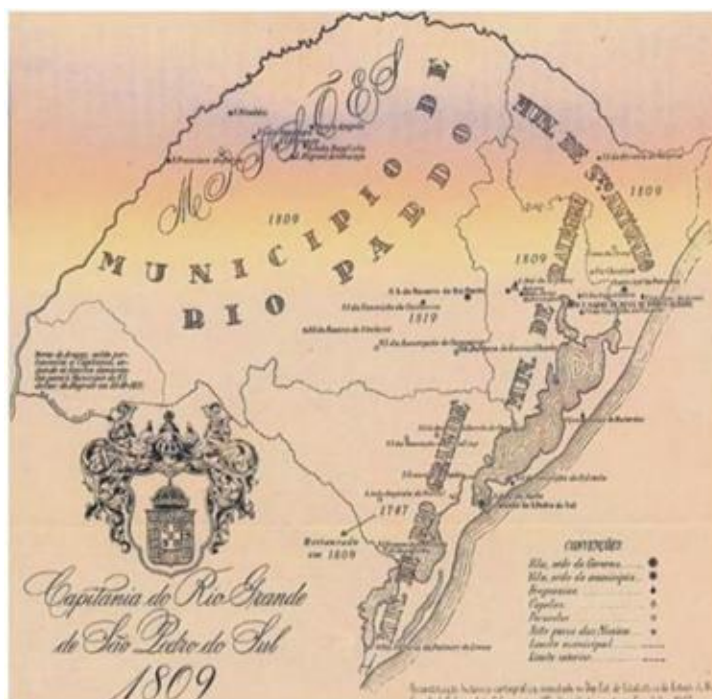
Após a assinatura do Tratado de Madri entre Portugueses e Espanhóis para reconhecimento e definição das fronteiras marítimas e terrestres pertencentes a cada uma das colônias, diversos conflitos sucedem-se no território gaúcho.

Segundo Barroso (2009) o início do processo de ocidentalização do povoamento pode ser caracterizado por quatro fatores cruciais que contribuíram para o desenvolvimento do território. Podendo destacar em um primeiro momento a pecuária, na forma extensiva, que desempenhou um papel importante ao promover a expansão dos núcleos de povoamento a partir do eixo Pelotas - Rio Grande, a distribuição das sesmarias, prática comum desenvolvida pela Coroa Portuguesa com o objetivo de povoar e ocupar terras incentivando o povoamento para o oeste do território gaúcho.

Outro ponto importante foi a estratégia militar para garantir a ocupação, envolvendo a criação de fortes e presídios que serviam como núcleos iniciais para muitos povoados. Por fim, a colonização açoriana que foi responsável por povoar de forma intensa a região com o estabelecimento de propriedades que forneciam o abastecimento de alimentos. De forma geral, esses quatro fatores revelam uma abordagem abrangente e estratégica por parte dos colonizadores na promoção e expansão do povoamento, incorporando aspectos econômicos, militares e culturais.

De acordo com Bernardes (1997) a ocupação do Rio Grande do Sul iniciou-se pelo litoral e adentrado o território na região central se estendeu para os chamados campos de Viamão e campos de Cima da Serra viajando por uma trilha que se erguia na encosta entre Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula. Os núcleos de povoamento que se originaram nestes lugares de passagem formaram as primeiras vilas da chamada Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul como no princípio foi chamado o atual estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul - 1809



Fonte: Barroso (2012, p. S213).

Segundo Barroso (2009) inicialmente, a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul estava subordinada ao Rio de Janeiro. Sua primeira sede foi estabelecida na Vila de Rio Grande, fundada em 1737, que gerenciava uma câmara e administrava

todo o território gaúcho, em 1753 iniciou o povoamento em torno do Forte Jesus Maria José na Vila de Rio Pardo com o objetivo de garantir o domínio português na região. Devido à invasão espanhola em 1763, a população foi forçada a abandonar a Vila de Rio Grande, dirigindo-se à Lagoa dos Patos e buscando refúgio em Viamão. A câmara foi transferida para Viamão, e posteriormente, em 1773, mudou-se para Porto Alegre. Em 1807 a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul é elevada a Capitania Geral promovendo em 1809 os quatro primeiros núcleos de povoamento a categoria de vila.

Essas localidades, Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre não apenas eram as mais populosas, mas também contribuíram significativamente para a arrecadação e funcionavam como cruciais entrepostos comerciais, formando uma rede vital de defesa militar. Adicionalmente, Santo Antônio da Patrulha exercia sua influência polarizadora sobre as freguesias do nordeste, consolidando-se como um importante centro de ação na dinâmica de expansão regional.

Para Barroso (2009) na medida em que ocupavam o interior do estado iniciava-se um processo de recuperação da economia gaúcha com a exploração de áreas agrícolas assim como desenvolvia-se próximo a Pelotas, as charqueadas. A partir desse ponto, a dicotomia entre a "pequena propriedade" associada à agricultura açoriana e a "grande propriedade," ligada à pecuária, criação de gado e charqueadas tornou-se um traço distintivo na configuração socioeconômica da região sul.

De acordo com Moreira (1995) "O Rio Grande do Sul nasceu com as estâncias e cresceu com as charqueadas". A primeira charqueada fundada no Rio Grande do Sul teve sua sede próximo ao arroio Pelotas em 1780; a prática de charqueamento expandiu-se rapidamente, sendo estabelecida em diversas fazendas da região. O estado tornou-se um importante vendedor de charque, atraindo uma significativa migração de pessoas em busca de oportunidades econômicas. A prosperidade da indústria de charqueamento foi impulsionada, em parte, pela utilização de grandes lavas de escravos na atividade saladeril, destacando o papel crucial da mão de obra escrava na economia dessa época no Rio Grande do Sul.

A concessão das sesmarias foi crucial para que o território gaúcho fosse de fato ocupado pelos portugueses, as estâncias expandiram-se pela região de forma desordenada.

Enquanto os espanhóis promovendo uma ocupação dispersiva se preocupavam em fundar grandes cidades, os portugueses, ao concederem grandes extensões de terras, promoviam um povoamento extensivo, de maior

domínio estratégico. Assim, as terras foram sendo povoadas na direção sudoeste. Nessa área em disputa, palco de muitas lutas fronteiriças, a classe de estancieiros-soldados que se formou pelo privilégio de ocupar os campos lentamente ganhou do "inimigo", ao resguardar os seus interesses, os seus bens, estava automaticamente garantindo o controle, o domínio da área lusitana (Barroso, 2009, s.p.).

Conforme Barroso (2009) a estratégia utilizada pela Coroa Portuguesa de legalizar as terras ocupadas pelos estancieiros-soldados foi o que possibilitou a expansão da fronteira até o rio Uruguai. As estâncias se tornaram legítimas fortalezas a partir do momento que seus proprietários mantinham a manutenção da terra, assegurando e protegendo espontaneamente seus territórios no extremo-sul brasileiro.

Segundo Bernardes (1997) na primeira década do século XIX todo o interior do território gaúcho já havia sido ocupado, a densidade demográfica era relativamente baixa visto que a população de fazendeiros se distribuía de forma irregular. Podia se observar um contingente populacional mais expressivo nos núcleos de povoamento próximos da Depressão Central e nas proximidades do eixo Rio Grande e Pelotas. A região da Campanha e os campos do Planalto passam a ser mais densamente povoados após a execução do Tratado de Santo Ildefonso² quando a Coroa Portuguesa concedeu lotes de terra para ampliação de estâncias nesta região.

Com base nos dados fornecidos por Lima (1882) com a contribuição mais precisa da localização realizado por Bernardes (1997) é possível observar concomitantemente ao surgimento dos primeiros povoados a construção de capelas religiosas assim que a comunidade se sentia pertencente àquele espaço, evidenciando uma reorganização do espaço.

Posteriormente o quadro 3 apresenta a população da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1814 e a data de fundação das primeiras capelas que deram origem a muitas igrejas atualmente.

² Tratado de Santo Ildefonso: assinado em 1777 tem por objetivo pôr fim nas disputas territoriais entre Portugal e Espanha na região próxima ao Rio da Prata.

Quadro 3 - População da Capitania do Rio Grande de São Pedro em 1814

Localidade	População	Igrejas	Ano de Fundação
Rio Pardo (Interior norte-ocidental)	10.445 Hab.	N.S. do Rosário	1750
		S. Nicolau	1772
		S. Francisco	1785
		N. S. dos Passos	1815
Cachoeira (Somados os ocupantes da área Sudeste das Missões)	8.255 Hab.	N. S. da Cachoeira	1772
Porto Alegre (Depressão Central)	6.111 Hab.	N. S. Madre de Deus	1772
		N. S. das Dores	1800
		N. S. do Rosário	1817
		N. S. dos Passos	1818
Viamão (Depressão Central)	2.815 Hab.	N. S. da Conceição	1750
		N. S. de Belem	1832
Nossa Senhora dos Anjos (atualmente Gravataí)	2.635 Hab.	N. S. dos Anjos	1761
Triunfo (Depressão Central)	3.450 Hab.	S. Bom Jesus do Triunfo	1754
Santo Amaro (atualmente General Câmara/ Depressão Central)	1884 Hab.	Santo Amaro	1768
Taquari (Depressão Central)	1.714 Hab.	S. José do Taquari	1764
Santo Antônio da Patrulha (Noroeste do Planalto)	3.103 Hab.	S. Antônio da Patrulha	1725
Vacaria (Campos do Noroeste do Planalto)	1.101 Hab.	S. S. do Oliveira da Vacaria	1761
		S. Francisco de Paula	1793
Canguçu (Serra do Sudeste)	3.808 Hab.	N. S. da Conceição	1800
Piratini (Serra do Sudeste)	3.673 Hab.	N. S. da Conceição	1791
Serrito (Serra do Sudeste)	3609 Hab.	N. S. do Rosário	1822
Pelotas (Encosta da Serra do Sudeste)	2.419 Hab.	S. Francisco de Paula	1812
		N. S. da Luz	1821
Rio Grande (Litoral)	3.590 Hab.	S. Pedro	1737
		N. S. do Carmo	1780
		S. Francisco	1781
Estreito (Litoral)	1.758 hab.	N. S. da Conceição	1765
Mostardas (Litoral)	1.151 Hab.	S. Luiz das Mostardas	1773
Conceição do Arroio (Atualmente Osório/Litoral)	1.648 Hab.	N. S. Conceição do Arroio	1742

Fonte: Elaborada pela autora, segundo Lima (1882) e Bernardes (1997).

Se observamos a partir do quadro 3 a distribuição da população pelo território gaúcho é possível perceber que dos 70.656 habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1814, 50,17% estavam localizados no eixo que se estende desde os arredores de Porto Alegre, abrangendo Viamão, Nossa Senhora dos Anjos, Triunfo e Taquari e segue costeando a região do Baixo Jacuí passando pela Vila de Rio Pardo a mais populosa em 1814, até Cachoeira.

Até a terceira década do século XIX, as numerosas cidades e povoações que se originaram no Rio Grande do Sul situavam-se todas em campo aberto ou, quando muito, na borda da mata. As grandes áreas de terras florestais eram, sem nenhuma força de expressão, regiões anecumênicas (Bernardes, 1997. p. 65).

As áreas de campo ocupadas para a criação de gado foram todas anexadas aos grandes latifundiários que se formaram através da distribuição de sesmarias pelo governo colonial nas bordas das florestas, onde desenvolvia-se o cultivo da erva mate e pequenas roças de agricultura rudimentar, como destaca Bernardes (1997). Os portugueses tinham interesse pelas áreas de campo aberto. Já as áreas de mata e floresta passaram a ser desbravadas por outros grupos colonizadores que aos poucos começaram a chegar ao território. Desta forma, se iniciou a abertura das matas com uma nova fase de povoamento em curso.

As novas ocupações a partir de 1820 foram fundadas por colonos alemães imigrantes dispostos a recomeçar a vida longe das disputas territoriais e batalhas que o continente Europeu enfrentava nos últimos anos. Essa leva de imigrantes ao chegar à Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul se fixou a norte de Porto Alegre às margens do rio dos Sinos. Em 1824 teve origem a colônia de São Leopoldo, que nos primeiros anos mesmo com dificuldades devido ao processo de adaptação por parte dos colonizadores e os constantes conflitos que abalaram a região, conseguiu prosperar tendo como fatores positivos a proximidade com Porto Alegre e as vias para transporte fluvial de mercadorias.

Os imigrantes ocuparam áreas de mata até então despovoadas, por este motivo segundo Moreira (1995) foram chamados de colonos e as áreas então ocupadas por eles ficaram conhecidas como zonas coloniais. O Governo Imperial distribuiu a cada colono um lote de terra para que pudessem desenvolver a agricultura e estes introduziram a prática da policultura.

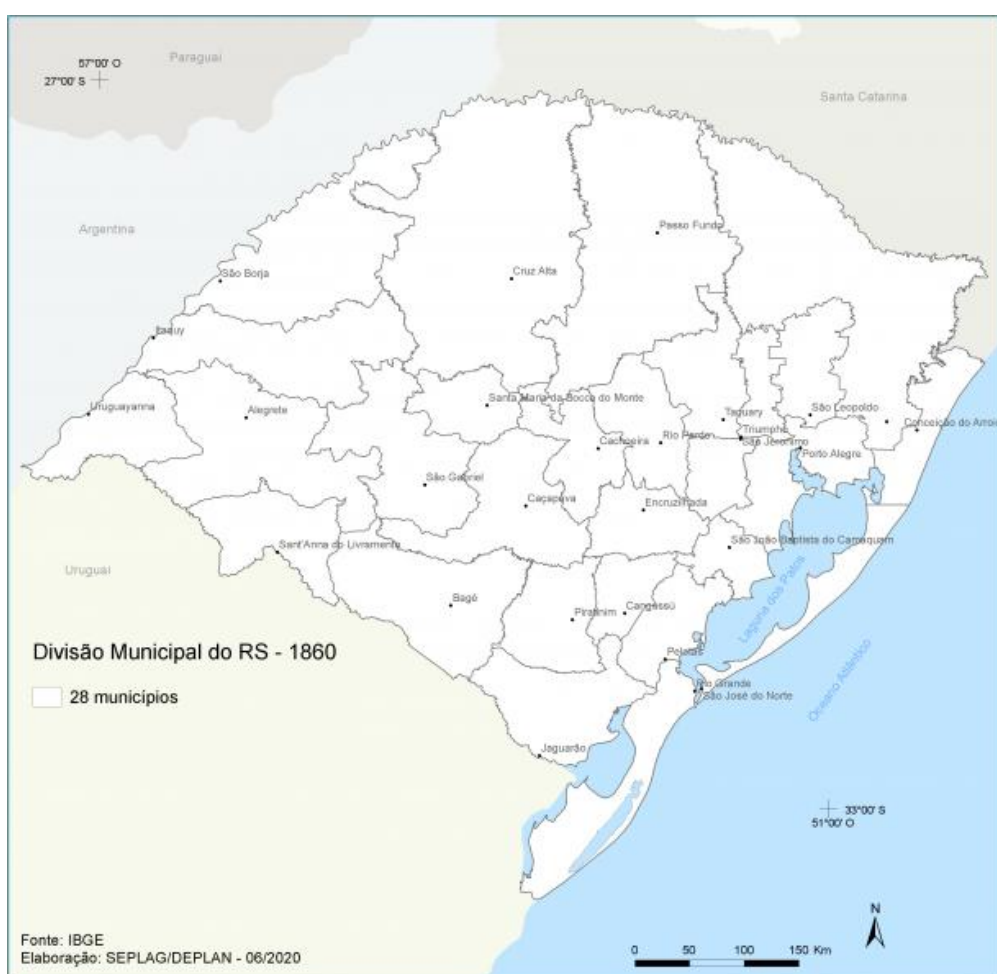
De acordo com dados disponibilizados por Amado (1976) a população de imigrantes alemães na colônia de São Leopoldo no ano de 1824 era de 126 habitantes, sendo em 1830 de 5.024 habitantes. Subsequente, no ano de 1850 era de 9.462 habitantes e em 1875 composta por 14.103 habitantes. Este significativo crescimento populacional deu origem a novas colônias próximas a São Leopoldo como Novo Hamburgo e São Sebastião do Caí.

Além das colônias já mencionadas o povoamento se estendeu ao longo da encosta com o objetivo de assegurar a comunicação desta área com os campos do

Planalto, assim surgiram colônias de alemães dispersas pelo território gaúcho como Santa Cruz do Sul (1849), Conventos (1853), Estrela (1853), Santo Ângelo (1857), Nova Petrópolis (1858), Teutônia (1858) e Arroio do Meio (1869)

Em termos de organização administrativa o estado do Rio Grande do Sul em 1860 possuía 28 municípios já desmembrados das quatro primeiras vilas originárias de 1809, a maior parte deles foram emancipados da Vila de Rio Pardo e de Porto Alegre como é possível observar posteriormente.

Figura 2 - Evolução administrativa RS 1860



Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul (2020).

A devoluta de terras aumenta significativamente por volta de 1876 na região do planalto próxima à encosta superior, segundo Moreira (1995) neste mesmo período chegam ao estado os primeiros italianos que colonizaram esta região e fundaram as três primeiras colônias que futuramente dariam origem a outros povoados: Caxias, Conde D'Eu (atualmente a cidade de Garibaldi) e Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves.

A região escolhida foi a grande secção do Planalto (Encosta Superior) recortada pelo Caí e pelo Taquari, a altitude variando entre 650 e 800 metros, recortada pela mata de araucária. O volume da corrente migratória italiana entre 1874 e 1890 para o Rio Grande do Sul, foi assombroso: somente entre 1876 e 1877 entraram cerca de 7.800 indivíduos. Os peninsulares, deste modo, conquistaram a região da araucária em ritmo muito mais acelerado do que os alemães na encosta inferior (Bernardes, 1997. p. 76).

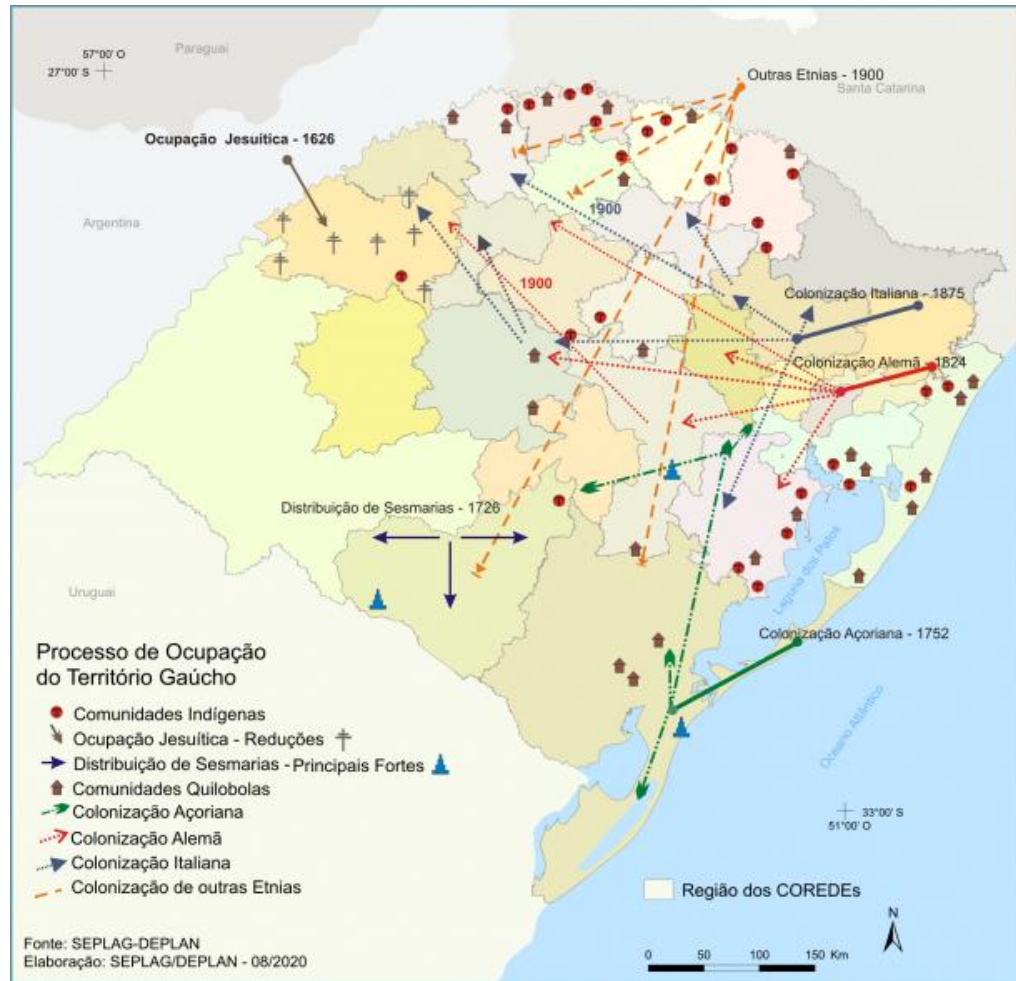
Os italianos desenvolveram nesta região a policultura utilizando suas habilidades agrícolas para estabelecer propriedades e plantações. Eles trouxeram consigo técnicas de cultivo avançadas, como viticultura e olivicultura, contribuindo para a diversificação da economia agrícola na região da colônia.

Como aponta Bernardes (1997) o governo ainda com a intenção de desbravar e ocupar toda a zona florestal entre os campos da Depressão Central e os campos de Cima da Serra, fundou na região a oeste de Santa Maria povoados mistos com colonizadores alemães, italianos e uma nova leva de imigrantes, os poloneses.

Entre 1890 e 1891 chegaram ao estado em torno de 40.226 imigrantes, entre eles alemães, italianos, poloneses e russos. Nesta fase o povoamento se estendeu em direção à escarpa, fundando colônias como Ijuí (1890) e Guarani (1891) às margens do rio Ijuí, no Alto Uruguai. De acordo com Bernardes (1997) esse avanço na região até então despovoada tinha como objetivo estratégico a construção da ferrovia em 1890 que ligaria o local a São Paulo. Em 1910 a ferrovia é concluída, impulsionando o desenvolvimento e o processo de ocupação na região do Alto Uruguai.

Deste modo, como aponta Bernardes (1997) a ocupação do território gaúcho estava completa por volta de 1940. É possível observar no mapa referente aos processos de formação territorial do Rio Grande do Sul as diferentes fases de ocupação e colonização do estado por distintas etnias, na medida em que se apropriaram da terra e deram origem aos povoados que ao longo dos anos foram se tornando importantes cidades.

Figura 3- Processo de Ocupação do território do Rio Grande do Sul



Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul (2020).

De acordo com a Figura 3 é possível caracterizar esta ocupação da seguinte forma: em primeiro lugar a ocupação original de grupos indígenas distribuídos na região norte do estado e as margens da Lagoa dos Patos e proximidades. Posteriormente, ocorreu a ocupação Jesuítica na região dos Sete Povos das Missões, área próxima à fronteira. Logo, a partir de 1750, realizou-se a colonização portuguesa na região Litorânea e na faixa próxima a Depressão Central e o Baixo Jacuí, caracterizada pelas instalações militares. Em seguida, a colonização alemã a partir de 1824 na região do Rio dos Sinos nas proximidades de Porto Alegre e se expandindo em direção a Encosta. Além dos alemães, mais tarde iniciou o processo de ocupação dos campos de Cima da Serra pelos colonizadores italianos que chegaram ao estado a partir de 1875.

Cabe ainda ressaltar outras etnias que chegaram ao estado e se espalharam pelo território gaúcho ao longo dos anos. Além dos imigrantes responsáveis pelo

processo de povoamento é de extrema importância evidenciar as comunidades quilombolas que se formaram no estado após se dispersarem principalmente pelos arredores da Lagoa dos Patos e na região próxima a Rio Grande e Pelotas onde a mão de obra escrava era utilizada nas charqueadas para a atividade saladeiril.

Bernardes (1997) destaca a estreita relação entre o tipo de povoamento e a distribuição geográfica do relevo e da vegetação, sendo este segundo o autor o fator preponderante para a expansão europeia no Rio Grande do Sul. O estado pode ser analisado por duas grandes características físicas determinantes para as atividades econômicas. No norte do estado, na região da Encosta e do Planalto, com predominância de áreas de mata densamente ocupadas e com desenvolvimento de atividades agrícolas. Na metade sul do estado se destaca, seja na região da Depressão Central ou na Campanha, as extensas áreas de campo destinadas em sua grande maioria para a atividade pastoril.

Moreira (1995) através de um quadro explicativo representa de forma bastante clara e objetiva a dualidade socioeconômica estruturada no estado a partir das características físicas do território.

Quadro 4 - Características geográficas e socioeconômicas do Rio Grande do Sul

	COLÔNIA	CAMPANHA
Vegetação nativa predominante	Florestas	Campos
Formas de relevo mais comum	Serras (vales, cerros)	Planícies (coxilhas)
Colonização predominante	Alemã e italiana (Séc. XIX- XX)	Luso- brasileira (Séc. XVIII- XIX)
Densidade demográfica	Médias e altas (Pop. concentrada)	Baixa (Pop. dispersa)
Rede Urbana	Melhor estruturada com predomínio de pequenos núcleos urbanos (Muitas vilas e povoados)	Mal estruturada, com predomínio de centros médios (Raros povoados e vilas)
Estrutura Fundiária	Predomínio de minifúndios	Predomínio de latifúndios
Atividade agrária dominante	Agricultura (policultura), pecuária leiteira e de pequeno porte (suínos, aves)	Pecuária de grande porte e rizicultura.

Fonte: Moreira (1995).

Esses dois processos de colonização deixaram marcas profundas na organização espacial do Rio Grande do Sul, com uma distribuição populacional e econômica diferenciada entre a campanha e a colônia, além de uma rica diversidade cultural resultante da contribuição de diferentes grupos étnicos e culturais que resistem ao tempo e ainda se fazem presentes.

2.3.2 Urbanização e as pequenas cidades do Rio Grande do Sul

Todos estes fatores foram responsáveis para que ao longo dos anos a organização espacial do território gaúcho fosse se transformando, dos 28 municípios mencionados anteriormente, o estado passou para 66 municípios em 1902, 232 municípios em 1966, 333 municípios em 1991 e 497 municípios em 2013 como é possível observar a posteriormente.

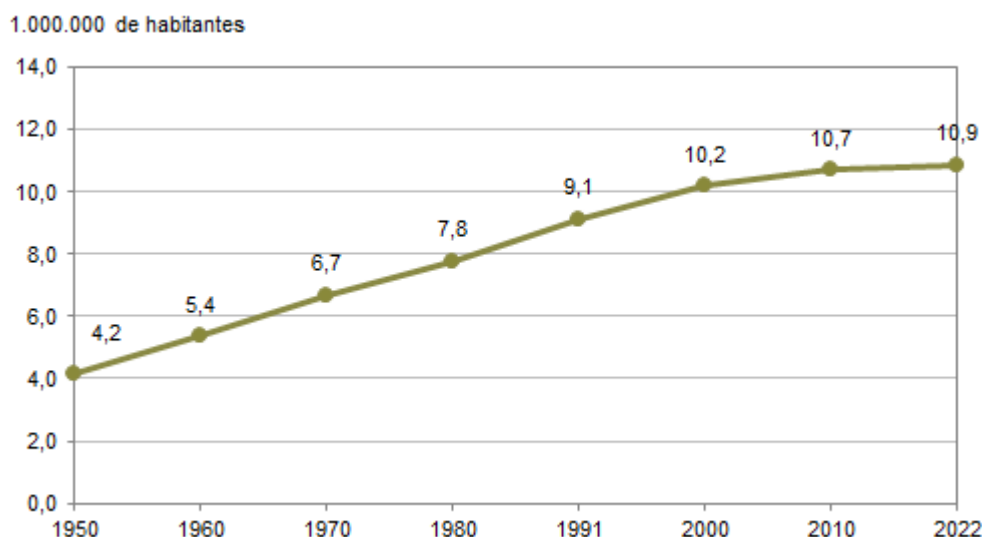
Figura 4 - Divisão municipal RS 2013



Fonte: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul (2014).

Concomitantemente a esta evolução administrativa e fragmentação territorial o estado evidencia significativo aumento no número de habitantes nos últimos anos, como é possível observar no gráfico posteriormente.

Gráfico 1 - Evolução da população do RS (1990 - 2022)

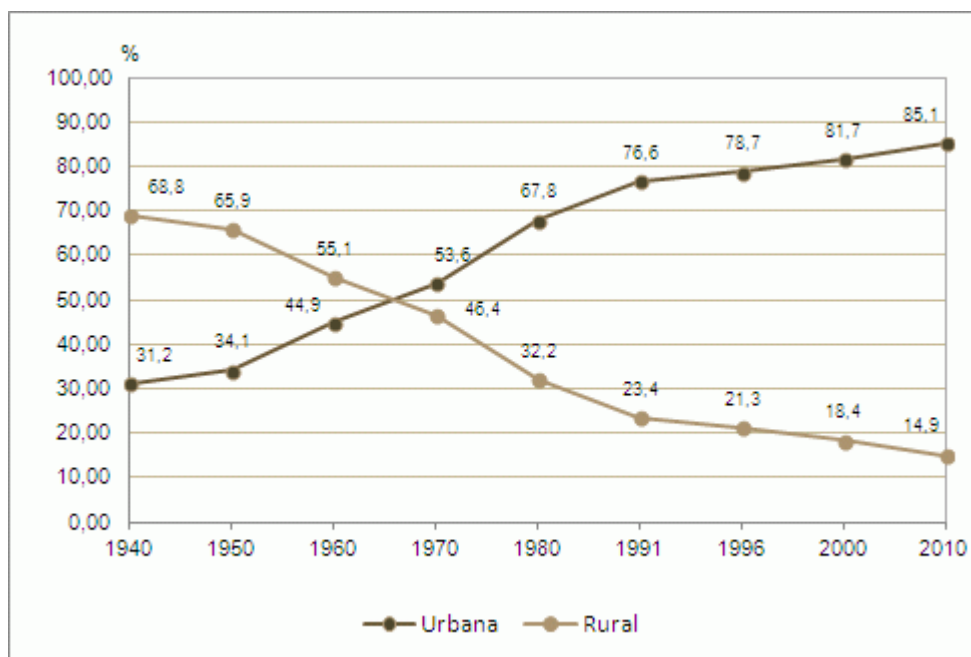


Fonte: IBGE/Censos Demográficos.

A população do Rio Grande do Sul em 1950 apresentava aproximadamente 4.000.000 de habitantes, tendo um crescimento significativo nos anos seguintes, apresentando no ano 2000 em torno de 10.200.000 de habitantes. Para Jardim (2000) os fatores que explicam o crescimento elevado da população entre 1950 e 2000 são o grande volume de imigrantes para o território e a alta taxa de fecundidade das mulheres gaúchas neste período. Já nas últimas duas décadas o estado manteve um saldo positivo com relação ao número de habitantes, porém observa-se um ritmo de crescimento cada vez menor.

A evolução da população em áreas urbanas e rurais no Rio Grande do Sul reflete uma tendência global de urbanização, onde cada vez mais pessoas estão mudando o local de residência das áreas rurais para as urbanas, por um lado, o processo de urbanização tem avançado no território, incorporando novas áreas rurais.

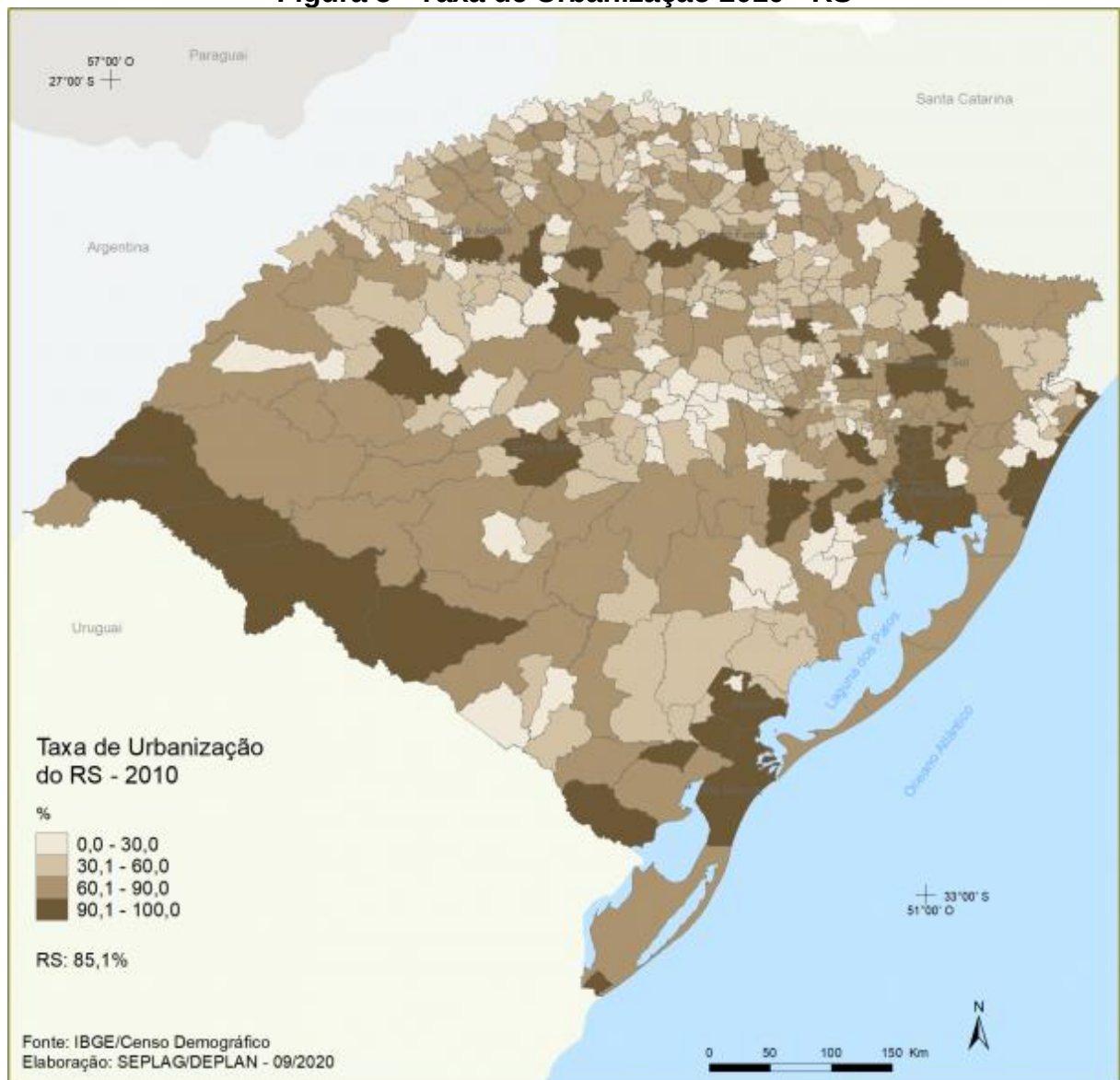
Gráfico 2 - Evolução da população do RS por situação de domicílio - 1940 - 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos.

Como é possível observar no gráfico 2, até meados de 1960, mais da metade da população vivia nas áreas rurais, a partir de 1970 a maior parte da população passou a residir nas áreas urbanas e no ano de 2010 mais de 85% da população gaúcha passou a viver nas cidades. Moreira (1995) aponta o crescimento das médias e pequenas cidades no interior do estado, como um dos principais fatores para este crescimento significativo no que diz respeito à população urbana. Posteriormente na figura 4 percebe-se o crescimento das taxas de urbanização no ano de 2010 de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE.

Figura 5 - Taxa de Urbanização 2010 - RS



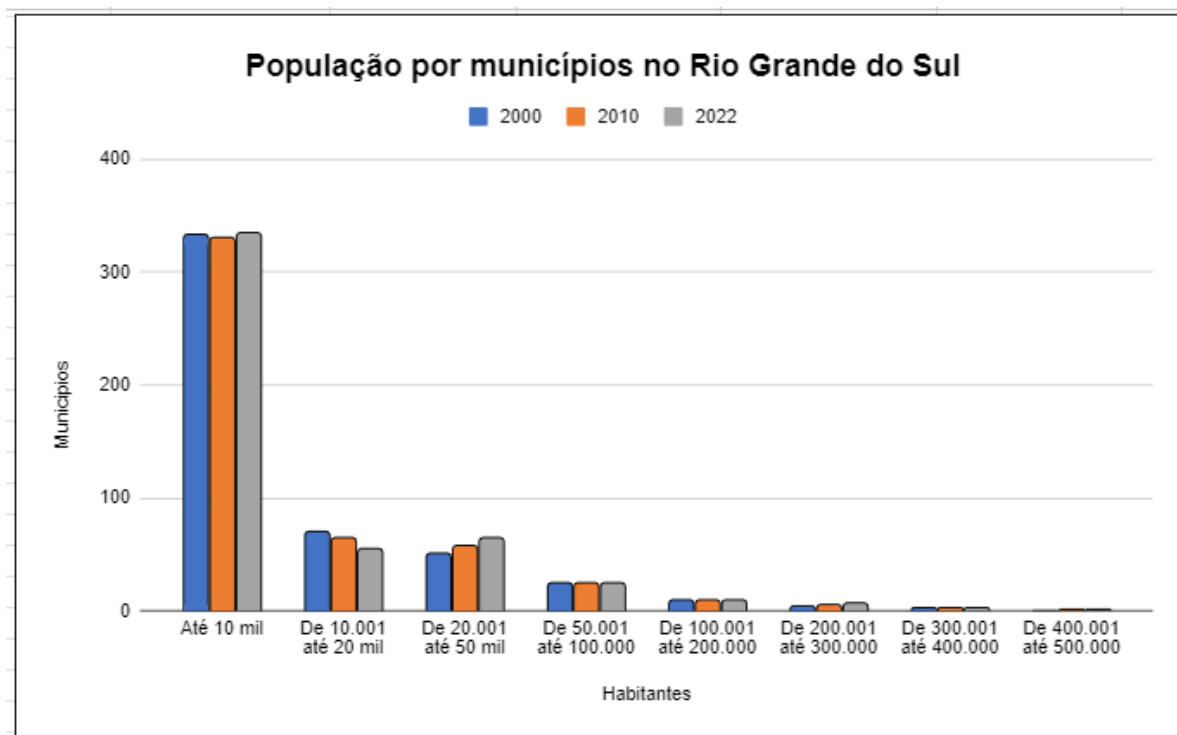
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2020).

Assim como ocorre em todo território brasileiro, as taxas de urbanização são desiguais no território gaúcho. Próximo à região metropolitana de Porto Alegre, atual capital do estado, em direção ao norte até Caxias do Sul, na região próxima a fronteira oeste e campanha entre os municípios de Uruguai e Santa do Livramento e no eixo Rio Grande e Pelotas, são os locais que apresentam taxas de urbanização superiores a 90%.

As atividades econômicas e a forma como eram desenvolvidas no passado auxiliaram no processo de desenvolvimento do estado e ainda se fazem presentes na forma como se configura a organização espacial do sul do Brasil.

Com relação à distribuição da população nos municípios do Rio Grande do Sul entre 2000, 2010 e 2022 revela tendências de crescimento populacional específicas como é possível observar no gráfico 3.

Gráfico 3 - População por municípios no RS entre 2000 e 2022



Fonte: IBGE/Censos Demográficos (2000, 2010 e 2022)

A maioria dos municípios do estado do Rio Grande do Sul possuem menos de 10 mil habitantes, faixa que se manteve relativamente estável ao longo dos anos. Houve uma redução contínua no número de municípios com população entre 10.001 e 20 mil, enquanto a faixa de 20.001 a 50 mil habitantes mostrou um aumento constante, indicando que vários municípios ultrapassaram a marca de 20 mil habitantes. As faixas entre 50.001 e 100 mil, e entre 100.001 e 200 mil habitantes permaneceram estáveis, sugerindo pouca variação demográfica significativa. Já na faixa de 200.001 até 300 mil habitantes, houve um pequeno aumento, refletindo o crescimento populacional em alguns municípios. As faixas superiores, de 300.001 até 400 mil e acima de 500 mil habitantes, apresentaram pouca variação, com um ou dois municípios atingindo esses números. Desta forma, o gráfico indica uma predominância de pequenos municípios, com crescimento demográfico mais notável em faixas intermediárias de população.

Como podemos observar a partir dos dados do censo demográfico de 2022 do IBGE, dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, 454 possuem até 50 mil habitantes. Isso evidencia o papel significativo das pequenas cidades na rede urbana estadual e, conseqüentemente, sua relevância socioeconômica no desenvolvimento do estado.

O comparativo apresentado anteriormente no gráfico 3 ressalta através dos dados demográficos dos municípios gaúchos que ampliar os estudos sobre as pequenas cidades é essencial não apenas para valorizar e compreender plenamente a diversidade e riqueza do território, mas também para promover um desenvolvimento mais equilibrado, sustentável e inclusivo. Isso contribui para a criação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento das comunidades locais, beneficiando a sociedade como um todo.

3 A PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO - RS: FORMAÇÃO TERRITORIAL, FUNÇÕES, E CENTRALIDADE REGIONAL

A definição de uma periodização é essencial para compreender o processo de formação territorial e o desenvolvimento urbano de Rio Pardo, pois permite identificar marcos históricos que influenciaram sua evolução ao longo do tempo. Ao estabelecer etapas específicas, é possível analisar as transformações da vila inicial até a cidade atual, levando em conta as mudanças nas funções sociais, econômicas e políticas que moldaram a trajetória do município. Essa abordagem facilita a análise dos fatores que contribuíram para o crescimento e declínio de sua centralidade regional, bem como para a preservação de seu patrimônio histórico.

Em 2024 o município de Rio Pardo completa segundo registros e fontes históricas 215 anos e teve como habitantes iniciais uma população formada por militares, índios, escravos e portugueses.

Para compreender melhor as singularidades como o atual estágio de urbanização e de desenvolvimento econômico do município de Rio Pardo se apresentam, bem como as particularidades que caracterizam a configuração territorial dessa cidade pequena e sua importância para a região do Vale do rio Pardo e para o estado do Rio Grande do Sul, é necessário identificar e analisar os principais momentos que constituíram o seu processo de formação territorial, de povoamento e de transformações socioespaciais.

Desta forma, o capítulo está organizado em três tópicos principais. O primeiro, "A formação da vila e sua função militar e comercial no Rio Grande do Sul", aborda o papel inicial de Rio Pardo como uma vila estratégica para defesa e comércio na região. Em seguida, o tópico "As emancipações municipais e a perda de centralidade no território, a ferrovia" discute como a criação de novos municípios e a expansão da rede ferroviária alteraram a importância econômica e política de Rio Pardo.

Por fim, "A função histórica e patrimonial da cidade na região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul" analisa a relevância do município como guardião do patrimônio cultural e histórico na região, destacando seu papel na preservação da memória local³.

³ A memória local refere-se ao conjunto de saberes, narrativas, tradições e práticas culturais que são preservados e transmitidos por uma comunidade em relação à sua história, identidade e vivências específicas. Ela está ligada ao território e às experiências coletivas que definem o pertencimento e a

3.1 A formação da vila e sua função militar e comercial no Rio Grande do Sul

Segundo Duminense (1946), os bandeirantes que abriram caminhos pelo território brasileiro cruzaram pelas proximidades de onde hoje se localiza o município de Rio Pardo por volta de 1633. Em 1724, chegaram a essas terras os primeiros moradores portugueses. Mais tarde, formou-se um aldeamento que deu origem à praça-forte, que durante os anos seguintes exerceu um papel de extrema importância frente às tentativas espanholas de invasão do território.

Geograficamente, o município de Rio Pardo fazia fronteira com os limites espanhóis, em uma posição estratégica, cercado de um lado pelo Rio Pardo e do outro pelo Rio Jacuí. As barreiras naturais foram de extrema importância para que o município recebesse o posto de "Tranqueira Invicta". Como destaca Duminense (1946) os anos de 1754, 1762, 1773, 1777, foram uma sequência de lutas para o Rio Grande do Sul e Rio Pardo foi sempre uma barreira intransponível, sobre o qual vinha quebrar-se a fúria do inimigo.

Por tais razões Rio Pardo assumia importância quase tão grande como a da Capital. Era o centro administrativo, político e econômico da maior parte do Continente de São Pedro. Sua população, durante algum tempo, teria sido superior à de Porto Alegre e durante muitos anos deve ter com ela rivalizado. (Macedo, 1984, p. 20).

Segundo Schneider (2005) a assinatura do Tratado de Madri em 1750 entre Portugal e Espanha possuía entre uma de suas cláusulas mais significativas a troca de territórios entre os dois impérios: Portugal cederia a Colônia do Santíssimo Sacramento, localizada no atual Uruguai, enquanto a Espanha cederia os Sete Povos das Missões, uma região no atual Rio Grande do Sul, que era ocupada pelos índios guaranis sob a administração dos jesuítas.

singularidade de um grupo social. Segundo Pollak (1989), a memória local é fundamental para compreender os processos de construção identitária, pois reflete tanto a diversidade cultural quanto as transformações sociais vivenciadas ao longo do tempo.

Referência: Pollak, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n.3, 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso: 10 jan. 2025.

Figura 6 - Traçado da Linha do Tratado de Madrid no Rio Grande do Sul



Fonte: Jaskulski (2016, p.21).

Após definidas as novas concessões do território com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, avançam a distribuição das sesmarias no território do atual estado do Rio Grande do Sul como aponta Schneider (2005), os militares encarregados de demarcar as novas fronteiras seguiam o curso dos rios e davam origem a novos núcleos de povoamento. Cidades como Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo estão estritamente ligadas a este processo de ocupação.

Rio Pardo constituía-se em um último ponto de acesso deste movimento fluvial. E era necessário ser estabelecido com urgência um importante centro logístico para as operações militares de delimitação das fronteiras e também povoamento da extensa região das missões. Desta maneira, com o favorecimento das condições de navegabilidade dos rios que permitiam o movimento de interiorização português, foi implementado sobre um

promontório, na confluência dos Rios Jacuí e Pardo, a fortificação Jesus Maria José, construída a mando do Capitão General Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro (Schneider, 2005. p. 89-90).

Rio Pardo passa a ser um importante ponto para a concentração das tropas portuguesas, a fortificação não só desempenhou um papel militar crucial, mas também serviu como um ponto de apoio logístico para o movimento de interiorização e colonização, contribuindo para a consolidação da presença portuguesa na região e a proteção das novas fronteiras.

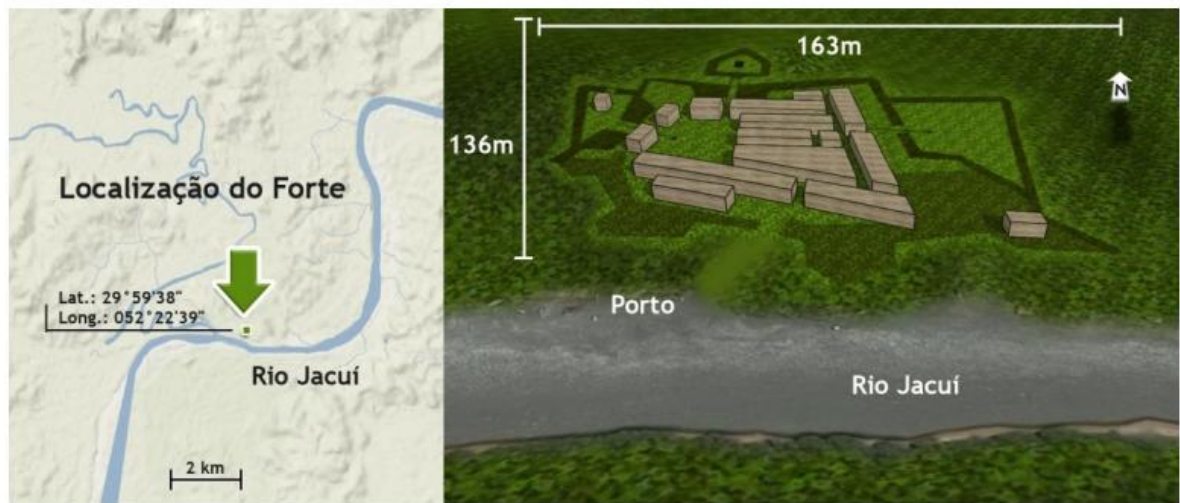
“Nasceu o município de Rio Pardo, nos meados do ano de 1751 por determinação do General Gomes Freire de Andrade, escolhido pelo rei de Portugal como chefe da expedição que iria demarcar na América do Sul os limites de posse entre Espanha e Portugal. Por ordem deste mesmo general, foram criados então dois grandes depósitos de munições e víveres em Rio Pardo e Santo Amaro. Pela excelência do depósito situado em Rio Pardo, Gomes Freire ordenou que construísse no local um forte, no ano de 1752, pelo engenheiro João Gomes de Mello, batizando-se o referido forte com o nome de Jesus-Maria-José.

Acompanhando as forças militares, empregadas na construção vieram elementos civis, que deram vida comercial a povoação nascente às margens do Rio Jacuí e seria o principal escoadouro dos produtos da fronteira de cima da serra.” (Duminiense, 1946. p. 18).

De acordo com Laytano (1979), em 1751 chega a Rio Pardo o engenheiro João Gomes de Melo, responsável pela construção do Forte Jesus, Maria e José. Neste mesmo ano os índios Tapes atacam Rio Pardo. Por volta de 1752 os limites para a construção do forte começam a ser delimitados.

Segundo Rezende (1993) com o objetivo de reforçar a segurança e consolidar a ocupação na região Gomes Freire de Andrade enviou um contingente do Regimento dos Dragões para se estabelecer nas proximidades do forte. Enquanto os portugueses se organizavam para edificar o forte, os indígenas chefiados por Sepé Tiaraju em 1754 invadem a fortaleza e são detidos pelos portugueses.

Figura 7 - Localização da planta esquemática do Forte Jesus Maria José 1754



Fonte: Silveira (2009).

A consolidação do Forte e do Regimento dos Dragões marca o início da histórica cidade de Rio Pardo, ainda segundo Rezende (1993) são distribuídas sesmarias a militares da fortaleza, o que faz com que a população comece a se ampliar em seu entorno e que aos poucos um pequeno vilarejo formado por familiares de militares agregado pelos primeiros açorianos comerciantes que chegam à região comece a se desenvolver.

Mello (2011) destaca que após a criação da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo em 1769, mesmo o pequeno vilarejo tendo origem nas necessidades militares, o desenvolvimento do comércio e das atividades agrícolas implementadas pelos colonizadores portugueses promove um crescimento acelerado de Rio Pardo, que logo é elevada à categoria de Vila em 1809 a partir de um decreto assinado por D. João VI.

Com o desenvolvimento comercial, vem o crescimento populacional e a ascensão social de muitas famílias, que construíam casarões, prédios administrativos e templos religiosos de grande magnitude e imponência para a época, com riqueza de detalhes, que demonstram a influência da colonização portuguesa, com inspiração no requinte da arquitetura clássica romana. Então em 1811 é instalada a Câmara de Vereadores, consolidando a organização administrativa. Neste ano o Quartel de Rio Pardo toma parte na Campanha do Exército Pacificador, rumo a Montevideu, para impedir que a mesma seja tomada pelos revolucionários que almejam instituir as Províncias Unidas do Prata. Nos anos subsequentes acontecem os primeiros desmembramentos, mesmo assim o núcleo urbano mantém seu crescimento, atraindo novos habitantes militares, escravos e índios, ampliando a triticultura e a pecuária e tornando-se importante ponto estratégico devido a fortificação militar e pelo porto como meio de transporte e escoamento da produção.

Certamente esta pode ser considerada a época áurea de Rio Pardo (Mello, 2011. p. 36).

Este período referido anteriormente destaca a ascensão de Rio Pardo na região. A localização da vila, às margens dos rios Jacuí e Pardo, fez com que o porto se tornasse o centro comercial da capitania. Com frequência, atracavam ali embarcações vindas de Porto Alegre, trazendo mercadorias que eram redistribuídas para outras regiões do estado com a utilização de carroças como destaca Rezende (1993).

Rezende (1993) evidencia que, após ser elevada à categoria de vila, Rio Pardo começa a receber benfeitorias, como a pavimentação de algumas de suas principais ruas, pelas quais circulavam as mercadorias que desembarcavam no porto às margens do Rio Jacuí nas proximidades do Forte Jesus Maria José.

Figura 8 - Rua da Ladeira- Primeira rua calçada do Rio Grande do Sul



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2017).

A Vila de Rio Pardo teve, em 1813, a primeira rua calçada do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com a Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2017), inicialmente a rua foi denominada Rua Direita, e sua pavimentação foi realizada por escravos que retiravam as pedras do Rio Jacuí. (Figura 7). A rua tinha como principal objetivo ligar o Alto da Fortaleza, local de origem da cidade através do forte, à área

residencial e comercial que se expandia para além das proximidades dos rios. Em 1954, a Rua da Ladeira, atual Rua Júlio de Castilhos, foi tombada como Patrimônio Histórico Nacional.

Rezende (1993) relata que em 1814 a população de Rio Pardo contava com aproximadamente 10.845 mil habitantes, sendo que muitos dos militares que vieram para formar a guarnição do forte casaram-se com índias que viviam na região. Além disso, prosperava na vila a exportação de trigo e couro, os principais produtos da época.

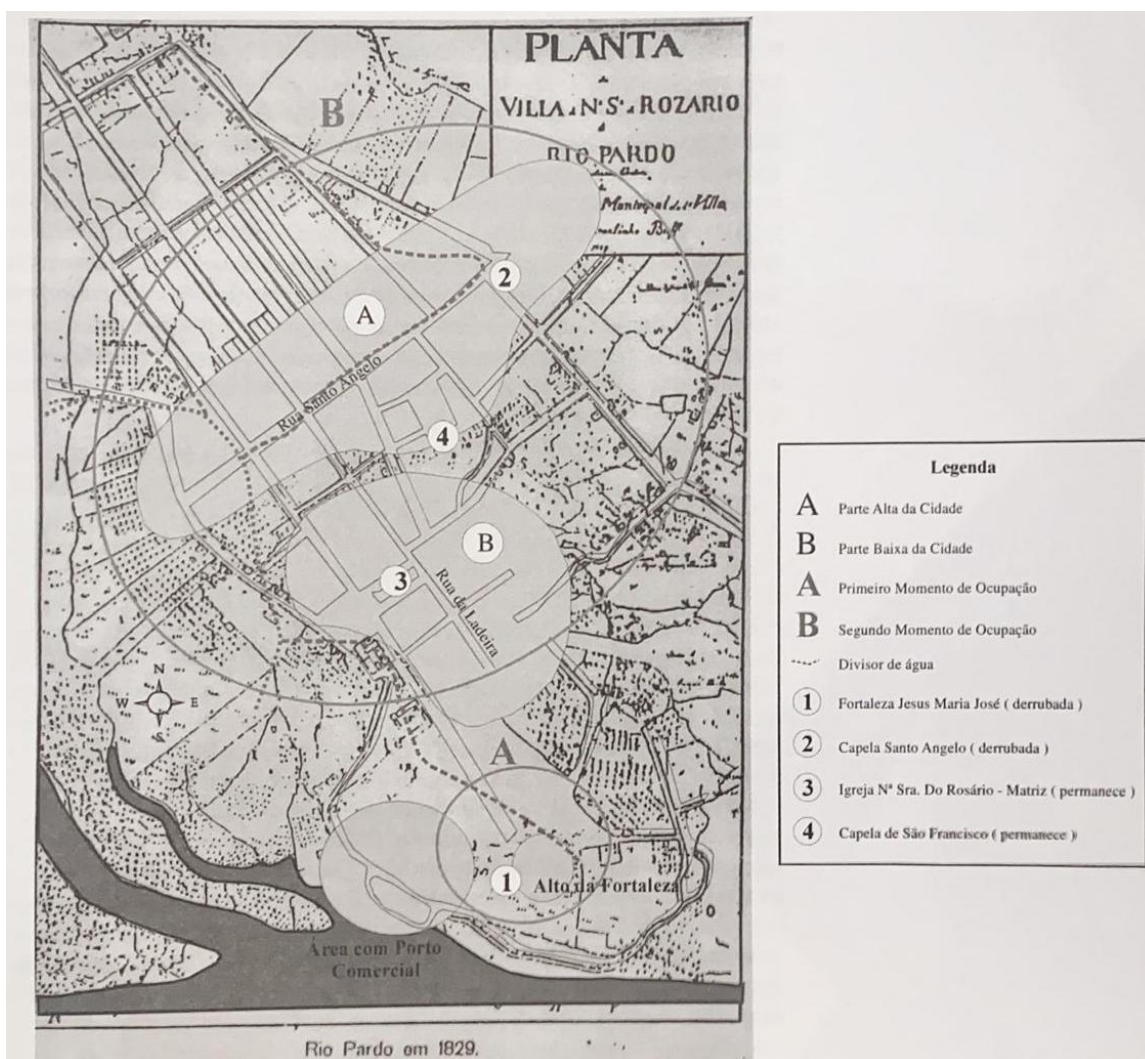
De acordo com a Figura 9, uma das primeiras plantas urbanas do município de Rio Pardo datada de 1829 é possível observar que o mapa divide a cidade em duas áreas principais, a "Parte Alta" (A) e a "Parte Baixa" (B).

A Parte Alta (A) da Vila Nossa Senhora do Rosário, em Rio Pardo, foi crucial para o início da urbanização da cidade. Como muitas cidades coloniais brasileiras, essa área elevada foi escolhida estrategicamente por questões de defesa e controle territorial. A construção do forte foi um dos primeiros marcos da urbanização na parte alta da vila.

O forte tinha a função de proteger a região contra invasões, especialmente durante os confrontos envolvendo as disputas territoriais entre os portugueses e os espanhóis na fronteira sul do Brasil. A localização no ponto mais alto da cidade permitia uma visão estratégica dos arredores e uma defesa mais eficiente. Essa fortaleza, mencionada na legenda como derrubada (número 1), foi uma das principais construções militares da época. Ela fazia parte de um sistema de defesa mais amplo, ajudando a proteger a cidade e a assegurar a presença portuguesa na região. Ao seu redor, a cidade começou a se expandir.

A Parte Alta (A) também abrigou os primeiros assentamentos civis da vila. Moradias, pequenas e estreitas ruas e algumas construções religiosas, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário, começaram a surgir ao redor do forte. A segurança oferecida pelo forte atrai moradores e possibilita que essa área se consolide como o centro inicial da vila que com o passar do tempo, na medida com que a então cidade de Rio Pardo se desenvolvia, continua a se expandir para áreas mais afastadas do núcleo central de origem, evidenciando uma outra dinâmica de urbanização.

Figura 9 - Planta da Villa N^a S^a do Rosário - Rio Pardo 1829



Fonte: Schneider (2005, p. 111).

No ano de 1834, o Regimento dos Dragões, instalado em Rio Pardo em 1754, foi transferido para a cidade de Bagé com a denominação de 5^o Cavalaria Ligeira, como aponta Rezende (1993). Nos anos seguintes, a vila foi palco de uma das mais longas e sangrentas guerras do Brasil, a Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, que durou aproximadamente dez anos. Rio Pardo foi palco de várias batalhas e mudanças de controle entre os farroupilhas (rebeldes) e as tropas imperiais. Em 1836, os farroupilhas conquistaram a cidade, mas ela foi retomada pelas forças imperiais logo depois.

Marcada por acontecimentos e fatos importantes que fazem parte da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, a Vila de Rio Pardo, de acordo com Rezende (1993), recebeu, no ano de 1846, após o término da Revolução Farroupilha, a visita do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa. Após a passagem do Imperador e

em decorrência do progresso que a Vila evidenciava, no mesmo ano de 1846, Rio Pardo foi elevada à categoria de cidade.

É de extrema importância ressaltar que a origem do município atrelada às funções militares resultou, futuramente, na instalação de diversas escolas militares em Rio Pardo.

Rio Pardo foi sede, em épocas diversas, de cinco escolas do Exército, que tiveram as seguintes denominações:

1ª- Escola Militar Preparatória da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Criada pelo Dec. nº 2416 de 01 Mar 1858, funcionou de 1859 a 1863, em casa que fora residência do Ten Gen Graduado Patrício José Corrêa da Câmara, 1º Visconde de Pelotas (1744/1827). Teve seu nome trocado, a partir de julho de 1860, para Escola Militar Auxiliar da Escola Militar Central (ou da Corte).

As quatro seguintes, que funcionaram no prédio hoje destinado ao Centro Regional de Cultura de Rio Pardo, foram:

2ª- Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo, 1885-91. 59

3ª- Escola Prática de Infantaria e Cavalaria do Rio Pardo, 1891-98, com interrupções causadas pela Guerra Civil de 1893/95 (Revolução Federalista).

4ª- Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, 1898-1903.

5ª- Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria de Rio Pardo, 1905-11 (Bento; Giorgis, 2005, p. 58-59).

Essa sequência histórica reflete a importância de Rio Pardo como um centro militar de formação e prática durante o século XIX e início do século XX. Cada escola teve um papel específico na educação e treinamento de oficiais e soldados, adaptando-se às necessidades e contextos militares da época.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2017) o prédio responsável por abrigar a Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria do Rio Pardo a Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo e a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria de Rio Pardo teve sua construção iniciada em 1848 para abrigar a Casa de Caridade em Rio Pardo. A obra só foi finalizada no ano de 1882 e a partir de 1890 passou a abrigar a segunda escola militar instalada no município.

Figura 10 - Centro Regional de Cultura de Rio Pardo- Antiga Escola Militar



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2017).

O prédio onde hoje abriga o Centro Regional de Cultura foi sede da Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo, onde importantes nomes da história política do Brasil estudaram. Segundo Bento e Giorgis (2005), entre 1900 e 1903, Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, que posteriormente se tornaram presidentes do Brasil, fizeram parte do corpo discente da escola.

A partir de 1848, são registrados os primeiros desmembramentos de municípios originários do território de Rio Pardo, fato que marca um processo de declínio sobre a influência que a cidade de Rio Pardo teve na região e no estado.

Além disso, uma série de acontecimentos ao longo deste período foi responsável pela perda gradual da hegemonia de Rio Pardo na região. Rezende (1993) destaca, entre eles, a epidemia de cólera-morbus que fez muitas vítimas na cidade no ano de 1867.

A Lei Provincial de 31 de março de 1877 cedeu parte do território de Rio Pardo para a constituição do município de Santa Cruz, que nos anos seguintes apresentou um significativo crescimento demográfico e econômico na região. Além dos constantes desmembramentos que ocorreram sucessivamente neste período, a construção da estrada de ferro entre o eixo Porto Alegre e Santa Maria impactou o escoamento de mercadorias realizado no porto de Rio Pardo, às margens do Rio Jacuí (Rezende, 1993).

Ainda segundo Rezende (1993) por muitos anos a cidade teve como pilar para sua importância regional e estadual as instalações militares, após 1911 com a transferência da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria de Rio Pardo atrelados aos demais fatores já mencionados resultaram em uma transformação significativa na posição da cidade, que passou de um centro militar e político de destaque a um papel mais modesto dentro do contexto estadual.

3.2 As emancipações municipais, a perda de centralidade no território, e a chegada da ferrovia

Compreender os efeitos do processo de fragmentação territorial de Rio Pardo, resultante das emancipações municipais, é fundamental para analisar o desenvolvimento e a urbanização dos municípios originados no Rio Grande do Sul. Esse processo de criação de novas unidades administrativas transformou a organização espacial e política da região, influenciando o crescimento urbano, a distribuição de recursos e a redefinição das centralidades econômicas. A análise das consequências dessas emancipações permite entender como as novas dinâmicas territoriais contribuíram para a diversificação econômica, o fortalecimento de identidades locais e as mudanças na configuração urbana, tanto em Rio Pardo quanto nos municípios desmembrados, influenciando o desenvolvimento regional como um todo.

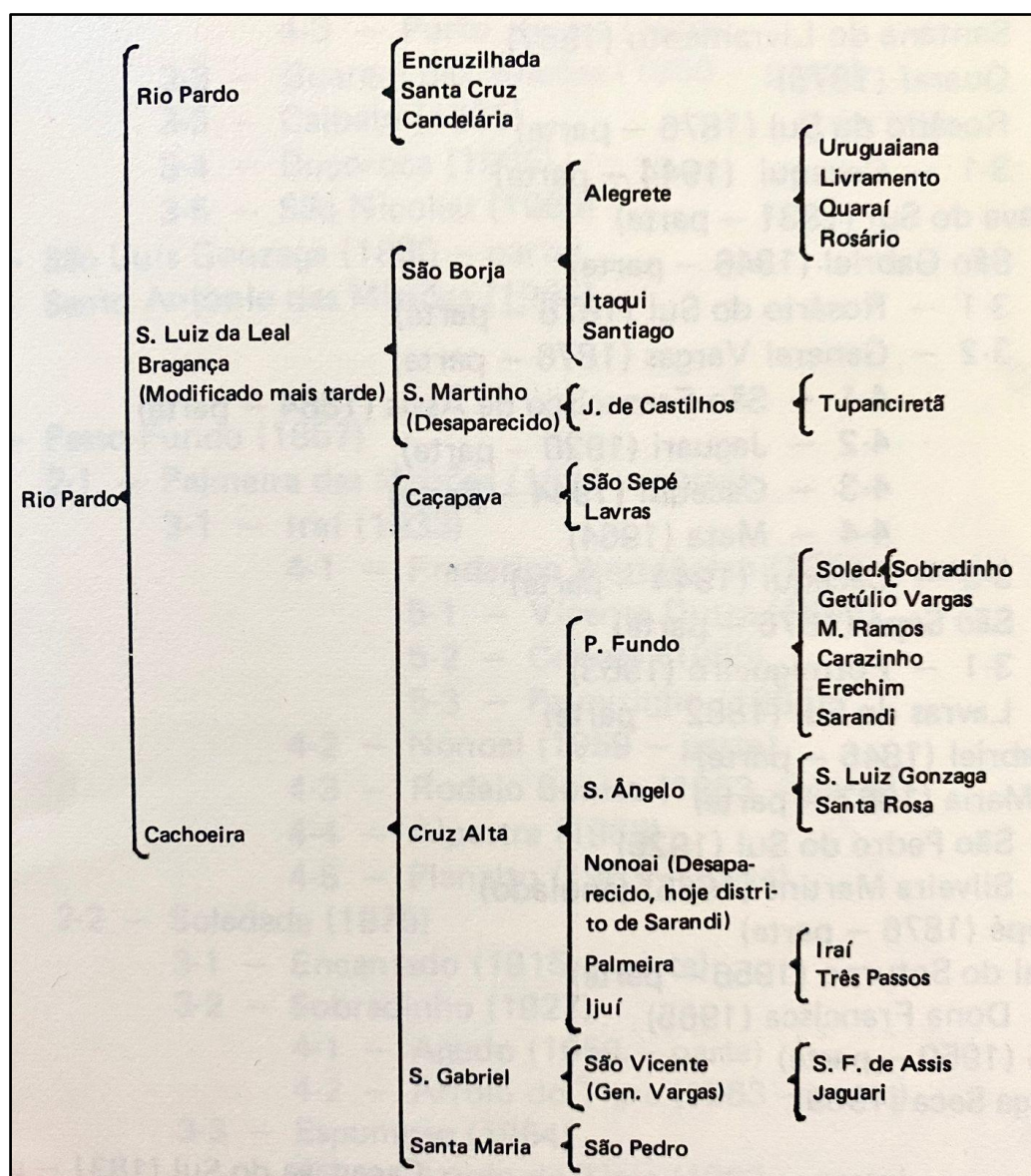
A organização do território, envolve uma complexa interação entre fatores sociais, econômicos e políticos, e isso se reflete nas transformações pelas quais passam diferentes regiões ao longo do tempo.

Tal dinâmica é observada na história do município e da cidade de Rio Pardo. A partir de 1835, com a eclosão da Revolução Farroupilha, Rio Pardo, que até então era uma cidade próspera, viu seu futuro promissor ser abalado, refletindo um período de instabilidade econômica que afetou diversos municípios do estado. Esse conflito prolongado não só enfraqueceu a economia local, mas também levou à fragmentação territorial, resultando na emancipação de vários distritos e localidades que antes faziam parte do território de Rio Pardo.

Este processo de desmembramento e criação de novos municípios ilustra como as tensões políticas e as transformações econômicas podem reconfigurar o território, alterando suas estruturas administrativas e sociais. Assim, a história de Rio Pardo

durante e após a Revolução Farroupilha exemplifica a forma como o território não é apenas um espaço físico, mas também um produto das relações de poder e das dinâmicas sociais que nele se desenrolam.

Figura 11 - Rio Pardo através da história da divisão administrativa do Rio Grande do Sul (esquema do desdobramento municipal - 1809 a 1946)



Fonte: Laytano (1979).

Ao longo dos anos o vasto território pertencente a Rio Pardo começa a se desmembrar e dar origem a outros importantes municípios do Rio Grande do Sul, como visto anteriormente no capítulo 2. O município de São Luiz da Leal Bragança tornou-se vila em 1817 de acordo com dados disponibilizados pela biblioteca do IBGE (2024) vindo a incorporar-se ao município de São Borja em 1857.

Mais tarde em 1819 segundo Laytano (1979) a Vila Nova de São João da Cachoeira é desmembrada do território de Rio Pardo segundo alvará concedido pelo rei D. João VI. A reivindicação deste desmembramento surgiu por parte dos moradores que alegavam a distância percorrida para chegar a Rio Pardo, fazendo com que suas propriedades ficassem por muitos dias desamparadas, o que vinha a causar prejuízos.

Figura 12 - Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1822



Fonte: Vogt e Romero (2010).

Do município de de Rio Pardo de acordo com Laytano (1979) nos próximos anos desmembrou-se o território de Encruzilhada do Sul em 1841 e segundo Schneider (2005) a partir de 1865 a colônia de Santa Cruz começa a se desenvolver significativamente devido a grande variedade de produtos agrícolas cultivados, com ênfase na cultura do fumo e principalmente com a chegada de colonos alemães.

A população da colônia de Santa Cruz cresceu significativamente, chegando a cerca de 6.000 habitantes em 1870. Devido ao crescimento populacional e ao desenvolvimento agrícola da colônia, sentiu-se a necessidade de criar uma nova unidade administrativa e em 31 de março de 1877, a área onde estavam os colonos alemães foi oficialmente desmembrada de Rio Pardo, e Santa Cruz do Sul foi elevada à categoria de freguesia. Esse desmembramento permitiu uma administração mais local e autônoma para a crescente comunidade.

Ainda de acordo com Schneider (2005) outras colônias também são implementadas no território de Rio Pardo, como Candelária fundada em 1863 que futuramente iria se desmembrar oficialmente em 1925.

Pela Lei Provincial de 31 de março de 1877, Rio Pardo perdeu mais um pedaço de seu território com a constituição do município de Santa Cruz, colônia alemã de grande progresso.

O desmembramento constante de territórios ricos, de grande peso na sua economia, fez com que Rio Pardo perdesse, pouco a pouco, a sua autonomia financeira, tendo de sujeitar-se à aprovação de verbas pela Assembléia Provincial (Rezende, 1993, p. 53).

Para Rezende (1993), Rio Pardo manteve seu ritmo de desenvolvimento até por volta de 1865. Nos anos seguintes, o município começou a declinar lentamente devido a uma série de fatores, como os saques sofridos durante a Revolução Farroupilha, o alto número de riopardenses mortos durante a Guerra do Paraguai, a epidemia de cólera, a retirada das escolas militares e dos batalhões, além dos desmembramentos mencionados anteriormente, e a construção da estrada de ferro.

A construção das ferrovias no estado do Rio Grande do Sul faz parte de um esforço maior para melhorar a infraestrutura de transporte no Sul do país após a segunda metade do século XIX, visto que, até o momento, todo o escoamento da produção era realizado através das estradas, mas principalmente dos portos, como no caso das mercadorias que saíam de Rio Pardo.

O ano de 1866 pode ser fixado como o início da história ferroviária no Rio Grande do Sul. Naquele ano aconteceram acirrados debates na Assembléia Provincial sobre o potencial da zona de colonização alemã, localizada no vale médio do Rio dos Sinos. O assunto predominante dizia respeito à questão dos transportes, principalmente à ligação desta zona, considerada como "celeiro da Província", com a capital. Em meio às discussões, surge a proposta de construção de uma estrada de ferro, o que divide as opiniões dos parlamentares, pois um grupo se opunha a esta idéia argumentando que o transporte fluvial pelo Rio dos Sinos era suficiente. Mesmo assim a idéia vingou e três anos depois era assinado contrato com o inglês John Mac Ginity

concedendo-lhe o direito de construção e exploração da primeira ferrovia no Rio Grande do Sul. Em 1870 é incorporada na Inglaterra a empresa "The Porto Alegre & New Hamburg Brazilian Railway Company Limited", sendo suas ações lançadas no mercado londrino. Em abril de 1874 foi inaugurada a primeira seção da estrada compreendida entre a Capital e São Leopoldo, com uma extensão de 33.756 metros. Era a primeira ferrovia do Rio Grande do Sul.(IPHAN, 2002, p.19)

Seguindo os passos do que já acontecia no restante do Brasil a partir de 1850, período em que segundo o IPHAN (2002) o império possuía como objetivo se consolidar enquanto nação após a independência de Portugal buscando implementar uma série de ações com o objetivo de alcançar o progresso e novos investimentos. Neste mesmo período em 1854 é inaugurada no Rio de Janeiro a primeira estrada de ferro construída pelo gaúcho Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como Barão do Mauá.

No mapa da Figura 12 é possível observar a Linha Porto Alegre–Uruguiana, que, de acordo com o IPHAN (2002), foi construída para ligar Porto Alegre à fronteira oeste. É neste percurso que a linha chega à cidade de Rio Pardo e a sua estação ferroviária é então construída. Além de ser um corredor econômico, a linha também teve importância estratégica, especialmente em momentos de tensão com países vizinhos, como durante a Guerra do Paraguai, quando o transporte ferroviário se tornou vital para o deslocamento de tropas e suprimentos. A construção da linha férrea foi realizada em etapas, e a conexão completa entre Porto Alegre e Uruguiana foi finalizada no início do século XX.

De acordo com registros históricos disponibilizados pelo IPHAN (2002) a construção da linha Porto Alegre–Uruguiana foi autorizada pelo Decreto Imperial nº 2.397, de 10 de setembro de 1873, que determinava a construção de uma estrada de ferro ligando o litoral e a capital às fronteiras. Ainda em 1873, as condições para exploração e estudos desta linha foram aprovadas pelo Decreto nº 5.500, resultando na assinatura de um contrato entre o Governo Imperial e os concessionários Conselheiro Cristiano Benedito Ottoni, Engenheiro Herculano Veloso Ferreira Pena e o Bacharel Caetano Furquim de Almeida.

Figura 13 - Malha ferroviária do Rio Grande do Sul- 1898



Fonte: IPHAN (2002).

Neste contrato a construção da estrada estava prevista em quatro etapas. A primeira partindo de Santo Amaro, em um local onde fosse possível a livre navegação pelo Rio Jacuí, com início das obras em 1877 na margem direita do Rio Taquari, sendo o percurso completado por transporte fluvial pelo Rio Jacuí com extensão de aproximadamente 60km.

É esta etapa do processo de construção da Linha Férrea que chama atenção da comunidade rio-pardense que, segundo IPHAN (2002), se dirige ao poder imperial para solicitar que a linha partisse de Rio Pardo, com o argumento de que seria possível aproveitar o sistema misto fazendo uso de uma extensão maior do Rio Jacuí o que consequentemente diminuiria a extensão da ferrovia. Esta reivindicação não foi atendida.

Como aponta os registros históricos do IPHAN (2002) no ano de 1883 a primeira seção da linha que estendia-se de Santo Amaro até Cachoeira do Sul, com uma extensão de 138 km, foi inaugurada com as seguintes estações: Santo Amaro, Monte Alegre, João Rodrigues, Rua Velha, Ramiz Galvão, Rio Pardo, Pederneiras, Bexiga e Cachoeira.

Desta forma, o município de Rio Pardo foi sede para três estações: a Estação Central, a Estação do Couto-Ramiz Galvão e a Estação do distrito do Bexiga.

De acordo com Vogt e Romero (2010), as estações foram construídas no mesmo período e inauguradas no dia 7 de março de 1883. A estação central de Rio Pardo recebia muitos passageiros e mercadorias, visto que no local havia sido instalado um restaurante que servia produtos típicos do município, como o sonho de Rio Pardo e o peixe frito. Ao lado da estação ficava um armazém que servia para depósito de mercadorias e uma caixa d'água de ferro que fazia parte do sítio ferroviário.

Figura 14 - Estação Férrea de Rio Pardo



Fonte: Giesbrecht (2019).

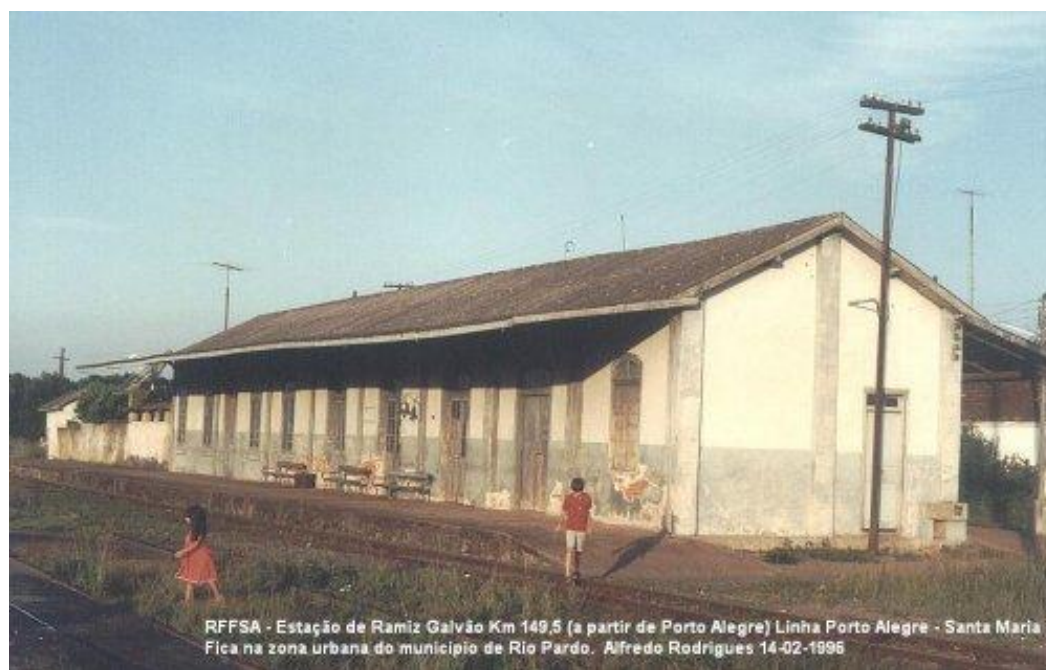
Figura 15 - Caixa d'água da Estação Férrea de Rio Pardo



Fonte: Redescobrindo Rio Pardo (2018).

A estação localizada no atual bairro de Ramiz Galvão, quando inaugurada em 1883, recebeu o nome de Estação do Couto devido à sua proximidade com o Arroio do Couto. Mais tarde, em 1939, passou a ser chamada de Estação de Ramiz Galvão em homenagem ao Barão de Ramiz Galvão. Segundo Giesbrecht (2019), após a suspensão do tráfego ferroviário no ramal de Santa Cruz do Sul, em 1965, a estação continuou atendendo apenas os trens da linha Porto Alegre–Uruguaiiana, até que os trens de passageiros deixaram de parar ali, em 2 de fevereiro de 1996.

Figura 16 - Estação Férrea de Ramiz Galvão



Fonte: Giesbrecht (2019).

Um fato de extrema importância sobre a Estação de Ramiz Galvão é que, segundo Vogt e Romero (2010), em 1904 foi assinado um contrato para interligar a estação à Vila de Santa Cruz. Esse ramal fazia parte do tronco ferroviário Porto Alegre-Uruguaiana e foi inaugurado oficialmente no dia 15 de novembro de 1905, após as autoridades estaduais realizarem uma viagem de cerca de uma hora e trinta minutos.

Como marco dessa inauguração, o então presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, elevou a Vila de Santa Cruz do Sul à categoria de cidade, e os vagões passaram a transportar, além de passageiros, mercadorias entre uma cidade e outra.

A outra estação localizada no município de Rio Pardo estava situada no distrito do Bexiga, a aproximadamente 30 quilômetros do centro da cidade. No local, foi construído e inaugurado o primeiro prédio que abrigou a estrutura de 1883 até 1973, quando o prédio atual foi erguido. Segundo relatos dos moradores que ainda residem na área, os trilhos naquela localidade já foram sinônimo de prosperidade, com a presença de uma pequena delegacia de polícia, salão de festas, cartório e lojas para a comercialização de produtos agrícolas.

Figura 17 - Estação Férrea do Bexiga (1883- 1973)



Fonte: Giesbrecht (2019).

Para Silveira (2009) a construção da ferrovia marca dois fatos importantes e distintos para a história e evolução do município de Rio Pardo. O autor destaca que para o município, o modal ferroviário passou a diminuir a importância do transporte de cargas através do modal fluvial, realizado, até então, pelo rio Jacuí, ainda que de modo não tão significativo como no início do século XIX. Em contrapartida, a chegada da ferrovia em Rio Pardo não apenas modificou a dinâmica do transporte local, mas também estimulou o crescimento urbano e econômico, transformando a estrutura e a função das áreas ao redor da estação de Ramiz Galvão e atraindo novos moradores para esse bairro do município.

Complementarmente, Schneider (2005) destaca que a construção da estrada de ferro marca efetivamente o declínio do transporte fluvial, visto que os rios estavam sujeitos a diferentes fatores que por vezes poderiam dificultar a trafegabilidade, em contrapartida as ferrovias ofereciam um transporte com maior rapidez e acessibilidade a outras regiões.

Mello (2011) ainda destaca que com a expansão da ferrovia em 1907 e sua ligação à capital em 1911, houve um redirecionamento das rotas comerciais. A nova

linha ferroviária favoreceu Santa Maria, principal entroncamento ferroviário do estado, desviando o fluxo comercial que antes passava por Rio Pardo. Além deste fato, a autora assinala também que a transferência da Escola Militar, em 1911, para o Rio de Janeiro tendo em vista que a presença militar era um fator importante para a economia e o *status* da cidade, e sua remoção contribuiu para a perda de relevância de Rio Pardo.

Mello (2011) acrescenta também um outro fator para a continuidade do declínio econômico do município, a construção da rodovia BR-290 que estabeleceu um novo núcleo em Pantano Grande, a partir de 1950, desviando ainda mais o tráfego e a atividade econômica de Rio Pardo. A nova estrada facilitou o transporte para outras regiões. Mais tarde, Pantano Grande desmembra-se de Rio Pardo em 1987.

Com o desenvolvimento das rodovias no estado, a ferrovia, cuja principal função era o transporte de cargas e passageiros, viu sua importância diminuir gradualmente. Esse processo culminou na última viagem de passageiros em 1996. De acordo com Vogt e Romero (2010) a linha foi concedida à concessionária América Latina Logística (ALL) em 1996, quando a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que administrava a maioria das ferrovias no Brasil, foi privatizada. Desde então a ALL, que mais tarde se fundiu com a Rumo Logística, passou a operar apenas trens cargueiros na linha, transportando principalmente produtos agrícolas, industriais e minerais.

Este fato marca o fim de uma era em que o transporte ferroviário desempenhava um papel central na mobilidade e economia da região. A substituição desse modal de transporte pelas rodovias reflete uma mudança nas prioridades de infraestrutura e no modelo de transporte adotado, privilegiando o transporte rodoviário sobre o ferroviário.

3.3 A função histórica e patrimonial da cidade de Rio Pardo na região do Vale do Rio Pardo e no Rio Grande do Sul

O patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Rio Pardo reúne elementos culturais de grande importância para a história e a memória local, mas também regional do Vale do Rio Pardo e do Rio Grande do Sul. Seu passado como um importante centro político, econômico e cultural do estado contribuiu para a formação da identidade gaúcha, cuja preservação é de vital importância para o desenvolvimento não só do município e da região, mas também de todo o estado.

Ao longo das últimas três décadas, é possível perceber de maneira significativa a expansão da cidade em termos de desenvolvimento populacional, urbano e econômico, que acontece entrelaçado ao notável conjunto de patrimônio arquitetônico, evidenciando as marcas da memória e da identidade local.

A preservação de bens históricos, sobretudo em cidades de grande relevância cultural, como Rio Pardo, baseia-se diretamente nos princípios estabelecidos pelo Decreto de Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, sendo um marco fundamental na legislação brasileira voltada para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse decreto estabelece as bases legais para o processo de tombamento, instrumento através do qual bens de valor histórico, artístico, arqueológico, paisagístico ou científico são reconhecidos e protegidos pelo Estado.

A partir desse decreto, foi institucionalizado o conceito de tombamento, garantindo que bens culturais considerados de interesse público pudessem ser preservados para as futuras gerações. O tombamento implica em restrições ao uso, à alteração ou à destruição desses bens, atribuindo ao IPHAN a responsabilidade pela fiscalização e pela implementação dessa proteção.

O artigo 1º do Decreto-Lei nº 25 define o patrimônio cultural como "o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico". Dessa forma, o decreto não apenas protege edifícios históricos e monumentos, mas também amplia o conceito de patrimônio para incluir elementos imateriais e artísticos.

Ao longo dos anos, esse decreto tem sido a principal referência legal para a preservação do patrimônio cultural no Brasil, sendo complementado por legislações posteriores. Posteriormente é aprovado no Rio Grande do Sul a Lei nº 12.003, de 12 de novembro de 2003, que declara a área histórica da cidade de Rio Pardo como integrante do patrimônio cultural do estado. Essa legislação é fundamental para a proteção dos bens históricos e culturais da cidade, reconhecendo a importância de preservá-los para as futuras gerações.

De acordo com esta legislação fica definido nos artigos 1º, 2º e 3º as seguintes determinações:

Art. 1º Esta Lei declara integrante do patrimônio cultural do Estado a área urbana e bens de valor histórico, no Município de Rio Pardo.

Art. 2º Na cidade de Rio Pardo, é declarada patrimônio cultural do Estado, nos termos e para os fins dos arts. 221, 222 e 223 da Constituição do Estado, sua área histórica, definida em poligonal com as seguintes delimitações:

- I - a oeste, pela rua Dr. Luciano Raul Panatieri;
- II - a noroeste, pela rua 15 de novembro;
- III - a leste, pela rua Dr. João Pessoa;
- IV - a nordeste, pela rua Senhor dos Passos;
- V - a norte, pela rua Andrade Neves;
- VI - a leste, mais uma vez, pela rua Gomes Freire de Andrade;
- VII - a sudeste, pela rua José Feliciano de Paula Ribas;
- VIII - a sudeste mais uma vez, pela rua General Godolphin;
- IX - a leste, mais uma vez, pela rua Rafael Rodrigues Pinto Bandeira;
- X - a sul, pela rua Francisco Alves;
- XI - a noroeste, mais uma vez, pela rua Coronel Franco Ferreira;
- XII - a sudeste, mais uma vez, pela rua General Câmara;
- XII - a oeste, mais uma vez, pela rua Moinhos de Vento;
- XIV - a oeste, mais uma vez, pela rua Ernesto Alves.

Parágrafo único - Consideram-se integrantes das zonas referidas neste artigo, nas delimitações por vias públicas, as glebas, os lotes e as construções que lhes sejam confrontantes.

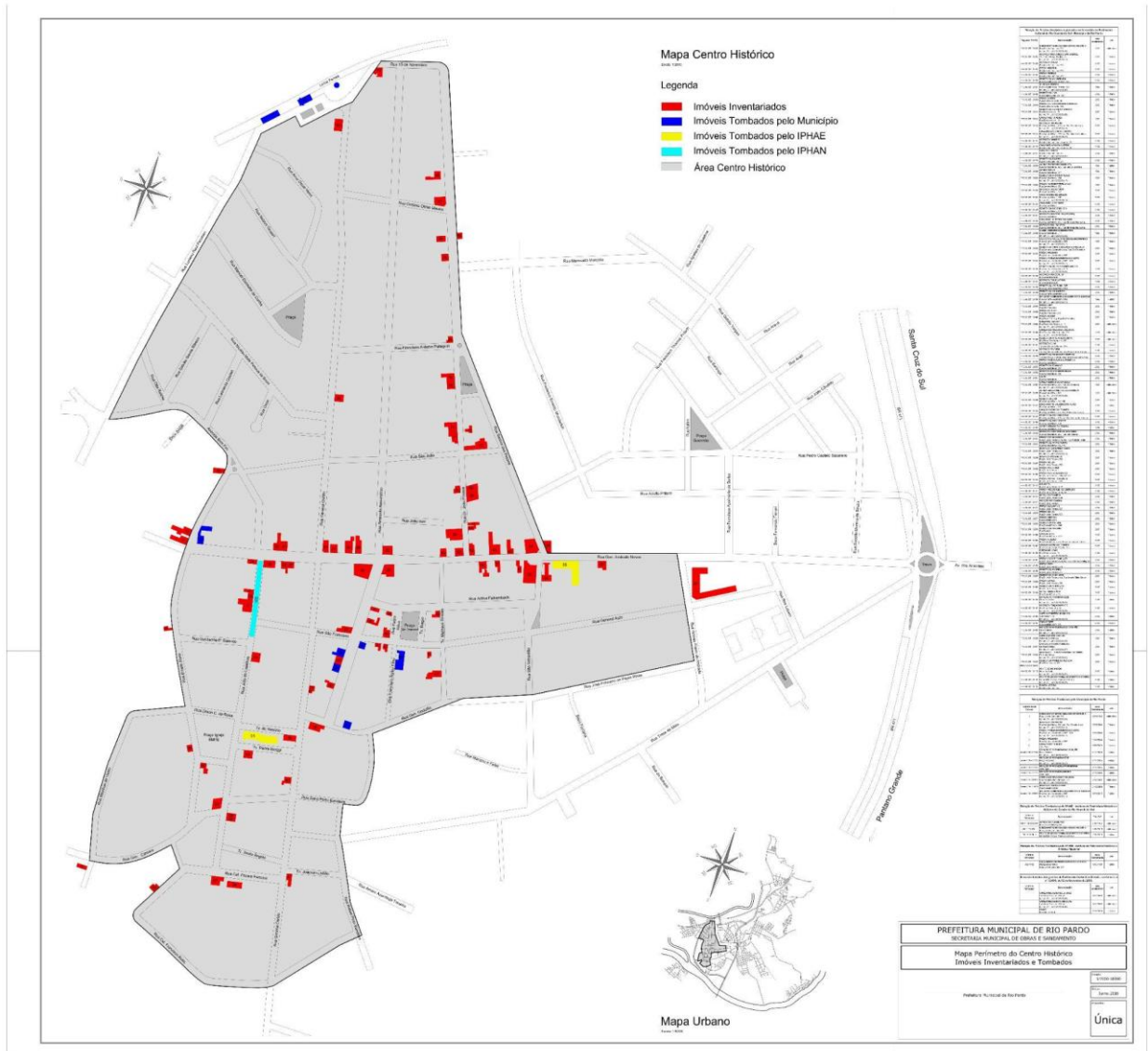
Art. 3º Também são considerados como patrimônio cultural do Estado, no Município de Rio Pardo, nos mesmos termos e para os mesmos fins do art. 2º desta Lei, os seguintes bens:

- I - a ponte sobre o Rio Pardo, situada à Praça da Ponte;
 - II - a capela do cemitério municipal, situado à Avenida Bom Fim, na cidade de Rio Pardo;
 - III - a estação ferroviária de Ramiz Galvão, situada no bairro de Ramiz Galvão;
 - IV - a casa sede da Fazenda Abelina, situada à estrada municipal que liga Rio Pardo a Cachoeira;
 - V - o sobrado conhecido como "1º Troca-Troca de Rio Pardo", situado no balneário de Porto das Mesas, no distrito de João Rodrigues;
 - VI - a ponte dos Arcos Romanos, também conhecida como "Ponte do Couto", sobre o Arroio do Couto, situada na estrada municipal para Passo do Sobrado;
 - VII - a capela "Imaculada Bela Cruz", situada na localidade de Arroio das Pedras;
 - VIII - a capela "Imaculada Conceição", situada na localidade de Arroio das Pedras;
 - IX - a estação ferroviária da Sede, situada na Praça Ferroviária, na cidade de Rio Pardo;
 - X - a capela de São Nicolau, localizada na aldeia São Nicolau, no bairro de Ramiz Galvão;
 - XI - a fonte localizada na rua Adolfo Pritsch, na sede do Município.
- (Rio Grande do Sul. Lei Ordinária nº 12.003, de 12 de novembro de 2003).

Ao ser declarada patrimônio cultural, a área histórica de Rio Pardo passa a ser protegida por normas específicas que regulamentam o uso, a conservação, e a restauração dos imóveis e espaços públicos de valor histórico, esta determinação passa a integrar o Plano Diretor de Rio Pardo, Art. 32. A lei visa garantir que as características arquitetônicas e urbanísticas da cidade, que representam parte significativa da história do Rio Grande do Sul, sejam mantidas e resguardadas contra intervenções que possam descaracterizá-las ou comprometer sua integridade.

A Figura 18 mostra o Mapa do Centro Histórico de Rio Pardo de 2016, sendo esse um documento de extrema importância que apresenta um levantamento detalhado dos prédios históricos inventariados e tombados na cidade, destacando a relevância do patrimônio cultural e arquitetônico local.

Figura 18 - Mapa Centro Histórico de Rio Pardo



Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2021).

O centro histórico de Rio Pardo conta com uma série de edificações tombadas e inventariadas que representam o valor histórico e arquitetônico da cidade. Os imóveis inventariados estão representados na cor vermelha do mapa, os imóveis tombados pelo município na cor azul escuro, imóveis tombados pelo IPHAE na cor amarela e a Rua da Ladeira tombada pelo IPHAN. Esses prédios são protegidos por

legislações de preservação, tanto no âmbito municipal quanto estadual, e seu inventário contribui para a promoção e proteção do patrimônio cultural da cidade.

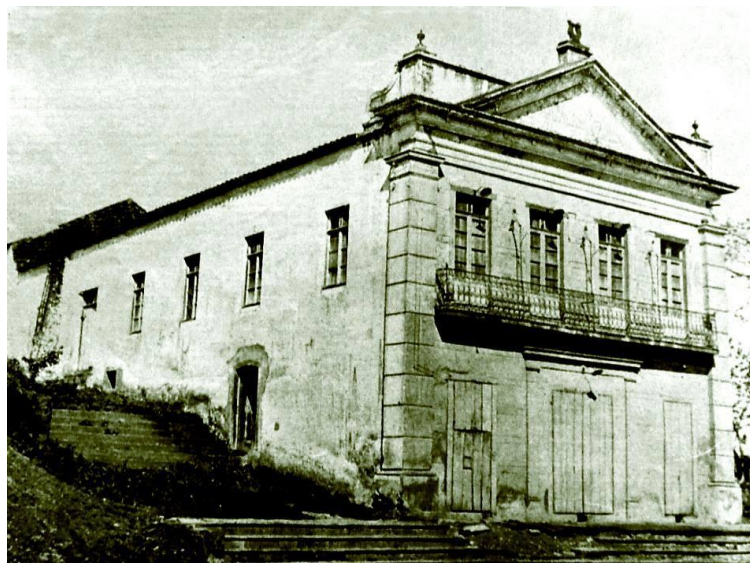
Entre os principais prédios tombados e inventariados estão:

- **Teatro Apolo**

De acordo com Vogt e Romero (2010) o Teatro Apolo foi inaugurado em 1794 na antiga Rua Assis Brasil, agora chamada Almirante Alexandrino, foi um símbolo do período de glamour de Rio Pardo, servindo como local para apresentações teatrais, bailes e recitais. Era um dos primeiros teatros do interior do Estado e até 1917 era conhecido como Teatro Sete de Setembro. Durante a era do cinema mudo, o teatro também funcionou como cinema, com um pianista tocando ao vivo durante as sessões. O edifício original contava com três camarotes e galerias. Em 1952, o teatro foi destruído por um incêndio, restando apenas a fachada e algumas paredes externas. Após ser remodelado, apenas a fachada original foi preservada, e hoje o local abriga um escritório e um prédio de apartamentos.

Como destacado por Vogt e Romero (2010) uma correspondência publicada na Gazeta de Lisboa descreve a vivacidade do local: soldados e civis, unidos na vila riograndense, assistiam a missas, sermões e apresentações musicais; usavam máscaras, praticavam equitação, acendiam fogos e luminárias; representavam comédias, dançavam e participavam de touradas e corridas de cães.

Figura 19 - Teatro Apolo em 1940



Fonte: Vogt e Romero (2010).

Figura 20 - Teatro Apolo 2024



Fonte: acervo pessoal.

- **Ponte do Couto**

Segundo a Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2021) a Ponte do Couto é uma obra histórica de grande importância, que data do século XIX. Projetada por João Martinho Buff e construída por Antônio Luiz da Costa Esteves, a ponte foi erguida durante o governo do Conselheiro Manoel Antônio Galvão, então Presidente da Província. Quando concluída estabeleceu uma comunicação vital entre os distritos do Couto, Taquary e Santo Amaro com a cidade de Rio Pardo.

A Ponte do Couto, com sua base de pedra, resistiu ao tempo e ainda se encontra em uso, servindo como um marco referencial e atrativo de grande beleza na paisagem de Rio Pardo. Reconhecendo seu valor histórico e arquitetônico, a ponte foi tombada pelo IPHAN, com a data de publicação do tombamento no Diário Oficial em 21 de maio de 2013. A preservação deste monumento é fundamental para manter viva a história de Rio Pardo e do distrito do Couto.

Figura 21 - Ponte do Couto



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo (2017).

- **Solar Panatieri**

O Sobrado, localizado na Rua da Ladeira em Rio Pardo, pertenceu à família Panatieri até 2014, quando foi colocado à venda e adquirido por empresários da região, que realizaram sua reforma, finalizada em agosto de 2024. O imóvel possui uma rica história desde sua construção em 1798.

Vogt e Romero (2010) destacam que, originalmente, o imóvel pertencia à congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Em 1865, durante a segunda visita do Imperador D. Pedro II a Rio Pardo, o sobrado foi utilizado como sua hospedagem, sendo à época propriedade do juiz Abílio Álvaro Martins e Castro.

Em 1930, o sobrado foi adquirido pelo médico Luciano Raul Panatieri, que havia se mudado para Rio Pardo após se formar em medicina em Porto Alegre, em 1922. Na época, a cidade ainda não possuía um hospital, e o Dr. Panatieri ficou conhecido por realizar o parto do filho de um importante fazendeiro da região, que, como forma de agradecimento, pagou-lhe a quantia de 40 mil réis, valor utilizado pelo médico para adquirir o sobrado.

As irmãs Panatieri, Elvira Maria Souza Panatieri Correia de Brito e Marta Maria Souza Panatieri Sittler, filhas do Dr. Luciano, passaram a administrar o Solar Panatieri, transformando-o em um espaço cultural que atrai visitantes, especialmente nos finais

de semana, quando vendiam o tradicional sonho de Rio Pardo em frente ao sobrado. Após o falecimento de Marta, a família decidiu vender o solar, que, como mencionado anteriormente, foi adquirido e restaurado.

Figura 22 - Solar Panatieri após sua restauração em 2024



Fonte: Acervo pessoal

- **Clube Literário**

O Clube Literário é uma instituição com uma longa história cultural e social. Fundado em 1886, o clube se destacou ao longo dos anos como um importante ponto de encontro para intelectuais, escritores, e pessoas interessadas na promoção da literatura e da cultura na região.

De acordo com Vogt e Romero (2010) Antônio Sena Madureira e sua esposa Constância juntamente do Deputado, Advogado e Jornalista Heráclito Americano de Oliveira foram os fundadores do clube. Heráclito foi o fundador do Jornal “O lutador” onde lutava contra a escravidão e defendia a Proclamação da República.

O clube passou a ocupar uma sede própria a partir de 1909, o prédio onde o clube está instalado é um sobrado histórico que reflete a arquitetura do século XIX, um período em que Rio Pardo era um importante centro político e econômico do Rio Grande do Sul. De acordo com a reportagem “Reforma histórica: camadas que revisitam o passado do Clube Literário de Rio Pardo” a reforma realizada durante o

ano de 2023, após um processo extremamente minucioso recuperou a cor original do sobrado.

Figura 23 - Clube Literário Recreativo- 2024



Fonte: Acervo pessoal.

- **Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário**

Com grande influência da Igreja Católica, se destaca em Rio Pardo o imponente patrimônio arquitetônico constituído por suas igrejas. De acordo com Vogt e Romero (2010), a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário está datada por volta do final do século XVII e começo do século XIX.

Segundo os pesquisadores sabe-se que antes da construção que resiste até então existia uma pequena capela que fazia parte do Forte Jesus Maria José tendo sido erguida em meados de 1753. A Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo foi criada em 8 de maio de 1769 e a nova matriz foi inaugurada em 1779

Atualmente localizada na rua Júlio de Castilhos a antiga Rua da Ladeira, Vogt e Romero (2010) destacam que a Igreja Matriz levou aproximadamente cem anos para

ser finalizada, sendo finalizada em 1885 quando arquitetos italianos concluíram a segunda torre.

Em 2010 foi emitida pelo IPHAE a Portaria de Tombamento 21/2010/SEDAC que determina a proteção do patrimônio cultural de Rio Pardo. Por meio dela, o estado reconhece a importância histórica da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, um monumento barroco cuja construção remonta ao século XVIII. Este tombamento visa preservar seus altares, imagens sacras e outros elementos arquitetônicos de valor artístico e cultural.

Figura 24 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário



Fonte: IPHAE.

- **Solar do Almirante**

Segundo a Associação de Amigos do Solar do Almirante (AASA) o edifício conhecido como Solar do Almirante localizado na rua Almirante Alexandrino foi erguido em 1790 por Mateus Simões Pires, um dos primeiros açorianos a se estabelecer na cidade. A construção, típica da arquitetura colonial, foi feita com barro e madeira e está elevada cerca de dois metros em relação ao nível da rua.

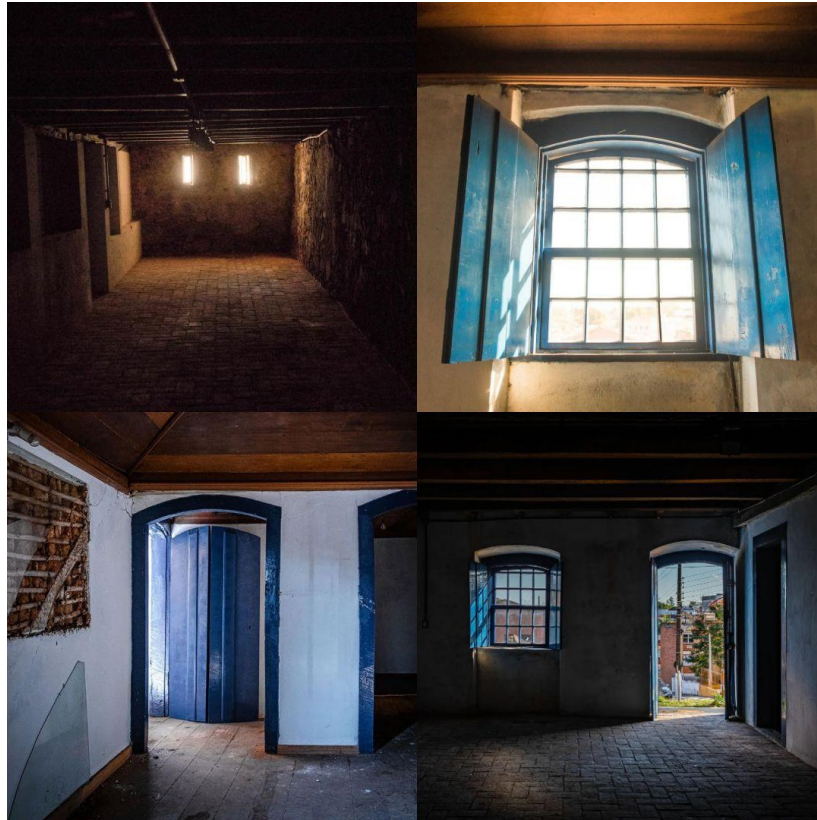
A edificação além de preservar traços marcantes da arquitetura açoriana ganhou destaque pois no ano de 1848 nasceu ali Alexandrino de Alencar, uma figura

de destaque na política e na Marinha. Ele promoveu o ideário republicano, participou da Revolta de Saldanha da Gama, atuou na esquadra brasileira em operações no Paraguai, sob o comando de Tamandaré e Barroso, e exerceu funções de grande importância, como senador, Ministro do Supremo Tribunal Militar e Ministro da Marinha.

De acordo com a AASA em 29 de abril de 1954, o prédio foi adquirido pelo Ministério da Marinha e, posteriormente, em 31 de agosto de 1962, seu uso foi transferido para o Ministério da Educação e Cultura, através do Decreto 1.340, destinando ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No entanto, a transferência oficial para a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreu apenas em 28 de julho de 1970. Sem uso por décadas, o imóvel passou por intervenções de conservação e restauro no final da década de 1970 para abrigar o Museu Municipal Barão de Santo Ângelo, criado em 1940 funcionava precariamente em um imóvel particular. As obras de restauro foram concluídas em 1982 e o museu foi instalado no edifício após um acordo entre a Prefeitura Municipal e a extinta Fundação Nacional Pró-Memória. O prédio abrigou o museu até 2016, com sua manutenção sob a responsabilidade do poder público municipal de Rio Pardo.

O Museu Barão de Santo Ângelo abrigou uma coleção de artefatos relacionados à Revolução Farroupilha, além de itens indígenas e armas utilizadas por pioneiros. O sobrado contém uma senzala doméstica e possuía uma mobília de jacarandá datada de 1811. Na época de sua inauguração, o acervo incluía aproximadamente 950 peças que retratavam a história de Rio Pardo e do Rio Grande do Sul, após o seu fechamento em 2016 as peças foram transferidas para o Centro Regional de Cultura.

Figura 25 - Remanescentes da arquitetura colonial



Fonte: Associação de Amigos do Solar do Almirante (AASA)

Em 2019, um grupo de moradores e pessoas com laços profundos com a cidade e a história de Rio Pardo formou a Associação de Amigos do Solar do Almirante (AASA). A iniciativa surgiu da preocupação com o estado de abandono e degradação do Solar do Almirante Alexandrino, um importante marco histórico e arquitetônico. Desde sua fundação, a AASA tem se dedicado a arrecadar recursos, tanto do setor público quanto privado, para restaurar o edifício em fases, com o objetivo de transformá-lo em um espaço autossustentável que possa abrigar eventos culturais, exposições e outras atividades artísticas, revitalizando o patrimônio da cidade e garantindo sua preservação para futuras gerações.

Figura 26 - Solar do Almirante



Fonte: Associação de Amigos do Solar do Almirante (AASA).

- **Igreja São Francisco de Assis**

De acordo com Vogt e Romero (2010) no ano de 1806 teve início às obras de construção da capela-mor custeada por importantes membros da vida política de Rio Pardo, Manuel de Macedo Brum e Mateus Simões Pires. Em janeiro de 1812 a capela foi inaugurada após receber a imagem de São Francisco das Chagas.

Em 1853 a capela foi consumida por um incêndio e no ano de 1857 o altar-mor foi reconstruído com recursos fornecidos pelo governo provincial e membros da irmandade, como apontam os pesquisadores mencionados anteriormente.

Segundo a Prefeitura Municipal de Rio Pardo a capela foi tombada pelo município no ano de 2007 e abriga o acervo do Museu de Arte Sacra de Rio Pardo composto por um valioso conjunto de obras, incluindo imagens barrocas do século XVII esculpidas em madeira policromada e em tamanho natural, representando Jesus Cristo na Via Sacra. No altar principal, destaca-se uma imagem de São Francisco de Assis com os Estigmas, conhecida como o "Êxtase de São Francisco". Além disso, o altar abriga as representações de Nossa Senhora da Boa Morte e Nossa Senhora da Assunção, também chamada de Nossa Senhora da Glória, ambas em tamanho

natural. Fundado em 1975 pelo rio-pardense Biágio Soares Tarantino, o museu também conta com peças missioneiras, estátuas, missais, bíblias locais e uma série de objetos religiosos da época, preservando a riqueza do patrimônio sacro da região.

Uma das histórias mais antigas e populares da cidade envolvendo a Igreja São Francisco é a Lenda da Noiva. Segundo a lenda, uma jovem, filha de uma das famílias mais nobres de Rio Pardo, frequentava as missas aos domingos, onde conheceu um jovem soldado que se tornou o amor de sua vida. O romance foi proibido pela família devido ao status social do rapaz, e, por influência da família da jovem, ele foi transferido para longe da cidade.

A jovem fez uma promessa de que, caso conseguisse se casar, iria doar seu vestido de noiva para que as vestes de Nossa Senhora da Boa Morte fossem trocadas. Como forma de protesto e para pressionar sua família, ela iniciou uma greve de fome que se alastrou e acabou debilitando sua saúde. Os pais da jovem perceberam que ela não abriria mão de viver seu grande amor e mandaram buscar o jovem soldado, autorizando o casamento.

De acordo com a lenda, o estado de saúde da jovem era tão grave que, após trocar as alianças, ela faleceu nos braços de seu amado na porta da igreja. Mesmo com a tragédia, a família da jovem doou seu vestido para a Santa. Ainda hoje, muitas jovens, com o desejo de se casar, fazem promessas e doam seus vestidos para a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte localizada no interior da igreja.

Figura 27 - Acervo de vestidos da Igreja São Francisco de Assis



Fonte: Portal Gaz: O museu que guarda a história e a fé de Rio Pardo.

Figura 28 - Igreja São Francisco de Assis



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo.

Rio Pardo abriga outros importantes prédios tombados que já foram mencionados no início deste capítulo, como o atual Centro de Cultura e Antiga Escola Militar, o Forte Jesus Maria José, a histórica Rua da Ladeira e o conjunto de Estações Férreas.

A Estação Férrea de Rio Pardo é hoje um importante patrimônio histórico da cidade. Ela representa uma era significativa do desenvolvimento regional e nacional. Apesar de não estar mais em operação, a estação e suas instalações continuam sendo um símbolo do passado ferroviário da região que infelizmente passa por um processo de abandono e deterioração.

Ao longo das décadas seguintes ao seu fechamento para passageiros, houve algumas tentativas pontuais de restauro da estação. Essas iniciativas foram em grande parte movidas pela comunidade local e por grupos interessados em preservar a história ferroviária e cultural de Rio Pardo. No entanto, devido à falta de recursos e de apoio governamental contínuo, esses esforços foram limitados e muitas vezes interrompidos.

De acordo com a reportagem “Incêndio atinge prédio histórico da Estação Férrea de Rio Pardo” (2020) em 2005 a ALL então concessionária responsável pela ferrovia investiu cerca de R\$ 76 mil reais somados ao valor de R\$ 3,2 mil disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Rio Pardo para a reforma da edificação. No ano de 2009 outras reformas foram realizadas quando a Secretaria de Turismo passou a atuar no prédio até 2014.

Em 2010 a Estação Ferroviária de Rio Pardo foi tombada pelo IPHAN devido sua importância como patrimônio cultural ferroviário nacional segundo o decreto de tombamento da Lei nº 11.483/07 e Portaria IPHAN Nº 407/ 2010.

Figura 29 - Incêndio atinge a Estação Férrea de Rio Pardo (2020)



Fonte: Portal Gaz (2020).

Como informa a reportagem mencionada anteriormente, um incêndio atingiu a estação, que já estava abandonada. Nos últimos anos, o local havia sido ocupado por usuários de drogas e pessoas em situação de rua. De acordo com a reportagem desde 2016 a cedência do prédio não foi concedida para a Prefeitura Municipal que atualmente está sob responsabilidade do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

Em janeiro de 2024 o veículo de comunicação Portal Gaz (2024) informou através da reportagem “Dnit aguarda projeto para recuperar edificações da antiga estação férrea de Rio Pardo” que um novo projeto de restauração estava sendo elaborado pelo IPHAN. A conclusão do projeto era prevista para 26 de maio daquele ano, após a qual o Dnit planejava licitar a execução das obras. O Município de Rio Pardo demonstrou interesse em receber os imóveis após a restauração, e o Dnit está em negociações com a Prefeitura para a cessão de uso gratuito. O IPHAN informou que o projeto executivo está quase finalizado, com o plano arquitetônico e complementares já entregues e o orçamento detalhado em elaboração. A empresa IS2 Arquitetura e Construções Ltda é responsável pelo desenvolvimento do projeto. A expectativa é que todas as etapas necessárias fossem concluídas até o primeiro trimestre de 2024, permitindo o início das obras de restauro.

Esses locais representam marcos significativos do patrimônio cultural da cidade, onde deveriam preservar tanto a arquitetura quanto os relatos históricos que compõem a identidade de Rio Pardo. Cada um desses espaços reflete momentos distintos da história regional e nacional, reforçando a importância da conservação desses bens para futuras gerações.

A preservação deste patrimônio histórico é essencial para manter viva a memória coletiva e cultural da comunidade, além de promover o turismo. Restaurar a estação significa preservar um legado que testemunha o papel significativo que Rio Pardo desempenhou no contexto regional e nacional.

O Mapa do Centro Histórico de Rio Pardo de 2016, apresentado anteriormente na Figura 18, serve não só como uma ferramenta de planejamento urbano e preservação, mas também como um material educativo e turístico, promovendo o conhecimento sobre a importância desses espaços para a identidade cultural do município e do estado.

Esse levantamento deveria auxiliar a direcionar as políticas públicas de preservação e obtenção de recursos para a manutenção e restauração dos prédios, além de estimular o turismo cultural na cidade, contribuindo para o desenvolvimento local.

Pouco resta da arquitetura original em Rio Pardo, porque os sobrados e casarões de linhas com suas janelas arqueadas, eiras e beiras e cachorradas (beiradas de madeira) foram se transformando ao longo do tempo e sofrendo influências de outras correntes arquitetônicas.

Provavelmente, a característica mais marcante que ainda resta são as suas igrejas, prova do apego religioso dos primeiros colonizadores.

A partir do século XX, numa tendência global, as importações tornam-se recorrentes e facilitadas. Importam-se, então, além de mercadorias, tendências e estilos. Passa-se a valorizar tudo o que é novo em detrimento das tradições do passado, o que se reflete visivelmente na arquitetura urbana, que, além de trazer linhas diferenciadas para as construções, associa ao aniquilamento de prédios "velhos" em nome do progresso e desenvolvimento, provocando a substituição de prédios antigos por projetos novos que se utilizam de materiais diferenciados.

Aquelas edificações que não foram substituídas, em sua maioria acabaram abandonadas ao descaso e às degradações do tempo em função da dificuldade e custos de manutenção. (Mello, 2011, p. 43).

Como destacado por Mello (2011) este processo de abandono é agravado pela falta de recursos financeiros para manutenção, a deterioração causada pela ação do tempo e o abandono de edificações que não foram substituídas. Além disso, a influência de novas correntes arquitetônicas e a burocracia no processo de preservação contribuem para a dificuldade de manter a identidade histórica da cidade.

O desinteresse público e a pressão do desenvolvimento urbano também aceleram a substituição dos antigos prédios por novos projetos, comprometendo ainda mais a conservação do patrimônio.

Atualmente, uma série de obras ocupa o centro da cidade de Rio Pardo. Em março de 2024, integramos uma equipe de pesquisa, coordenada pelo professor Rogério Silveira, que realizou uma saída de campo à cidade para conduzir entrevistas que serão utilizadas nos trabalhos de pesquisa sobre cidades pequenas, desenvolvidos pela Rede Mikripoli.

Durante esta visita, pudemos observar o início das obras. Entre elas, destacava-se a troca da pavimentação da rua Andrade Neves, rua central da cidade de Rio Pardo, onde se localizam 26 prédios listados no Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul, além da Antiga Escola Militar, tombada pelo IPHAE em 1987. Nessa rua, além dos antigos sobrados e prédios históricos, encontra-se a maior parte do comércio local.

Figura 30 - Troca de pavimentação da Rua Andrade Neves



Fonte: Imagem capturada por Rogério Silveira (2024).

A implementação de políticas de preservação do patrimônio histórico enfrenta desafios significativos, como evidenciado pelo caso de Rio Pardo. A falta de recursos financeiros, a deterioração natural das construções, e o desinteresse público dificultam a manutenção desses bens culturais. Além disso, a pressão da urbanização

e do mercado imobiliário, e a burocracia envolvida no processo de preservação contribuem para o descaso com o patrimônio histórico.

No contexto das recentes obras de revitalização na cidade, o conflito entre modernização e preservação torna-se evidente, com debates acalorados entre os que defendem o progresso econômico e aqueles que temem pela integridade dos prédios históricos. A intervenção judicial e a suspensão das obras em diversas ocasiões demonstram como esse processo é complexo, expondo a dificuldade de equilibrar os interesses de desenvolvimento com a preservação da identidade histórica da cidade.

4 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS RECENTES E AS RELAÇÕES REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO

Nas últimas três décadas, Rio Pardo passou por importantes transformações urbanas que refletem tanto sua trajetória de estagnação econômica quanto um relativo crescimento urbano. Apesar da falta de um dinamismo econômico significativo decorrente do aumento da atividade econômica, a cidade experimentou um certo avanço na infraestrutura urbana, especialmente na ampliação de áreas residenciais e melhorias nos serviços básicos. Essas mudanças, entretanto, não foram suficientes para atrair novos investimentos ou reverter o quadro de estagnação, resultando em um crescimento modesto e desigual.

Ao mesmo tempo, Rio Pardo vem enfrentando uma diminuição constante de sua população, fenômeno associado à migração de moradores para centros urbanos maiores em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida. Esse esvaziamento populacional trouxe desafios adicionais, como a necessidade de readequar a oferta de serviços públicos. No contexto regional, a cidade perdeu parte de sua influência, mas ainda desempenha um papel importante no Vale do Rio Pardo principalmente por conta da sua relevância histórica e cultural.

Diante desse cenário, compreender as transformações urbanas recentes e as relações regionais de Rio Pardo é essencial para analisar as estratégias adotadas para enfrentar a estagnação econômica, promover o desenvolvimento urbano e fortalecer suas conexões com os municípios vizinhos.

4.1 Dinâmicas urbanas e econômicas recentes

Nas últimas três décadas, a cidade de Rio Pardo continuou a se expandir a partir de seu núcleo original, adaptando-se às necessidades de crescimento econômico. Essa expansão refletiu uma dinâmica de urbanização em que novas áreas passaram a ser ocupadas e integradas ao tecido urbano, a despeito da redução da sua população. Revelando a influência do mercado imobiliário na produção de novos loteamentos residenciais em outros bairros da cidade. Com o avanço das décadas, a cidade foi gradualmente se estendendo para além do núcleo central, englobando a "Parte Baixa" como evidenciado na primeira planta de Rio Pardo (Figura 9) e outras

áreas da cidade que começaram a desenvolver funções distintas, como áreas residenciais, comerciais e industriais.

As mudanças na organização espacial e na função das áreas urbanas ao longo dos anos refletem o papel dos diferentes agentes sociais e econômicos envolvidos no processo de urbanização. Conforme discutido por Corrêa (1989), os usos da terra e a estrutura urbana são influenciados por diversos agentes, como proprietários de terras, agentes imobiliários, o Estado e os grupos sociais que habitam a cidade. Esses agentes, em interação com as transformações socioeconômicas, moldaram a forma urbana de Rio Pardo, gerando uma cidade mais diversificada, fragmentada e complexa.

A planta urbana de 1986 ilustra claramente essas mudanças, apresentando um cenário em que a cidade já havia expandido significativamente em relação ao traçado original de 1829. Essa nova configuração revela a evolução dos bairros e a diversificação do uso do solo, indicando as direções em que o crescimento urbano se deu e como o espaço urbano foi sendo transformado para acomodar as novas demandas sociais e econômicas.

Figura 31- Planta Urbana de Rio Pardo 1986



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo- Secretaria de Obras e serviços urbanos (1986).

A planta urbana de Rio Pardo de 1986 mostra a estrutura da cidade com a área central bem definida sendo possível observar a confluência dos rios Pardo e Jacuí e o traçado das primeiras ruas delimitadas a partir do Forte em direção à área central.

Ao longo das décadas de 80 e 90, com o aumento populacional e mudanças no desenvolvimento econômico, as áreas residenciais começaram a se expandir para além do centro histórico, como indicado na figura 32. As ruas e quadras ao redor da área central mostram a expansão urbana em direções diferentes, seguindo vias principais que conectam o centro com outras partes do município. É de extrema importância destacar a BR-471 que corta a cidade, e permite identificar os novos bairros que se constituíram a leste da rodovia.

A leste da rodovia estão localizados os bairros Jardim Boa Vista (representado na cor marrom), Boa Vista (representado na cor cinza) e Ramiz Galvão (representado na cor lilás), atualmente os bairros mais populosos do município.

histórico. Bairros como Jardim Boa Vista e Ramiz Galvão mostram como a cidade cresceu para além do centro histórico.

A colorização dos bairros indica uma organização clara por setores, cada um com sua própria delimitação. Isso facilita o planejamento e a gestão da cidade, permitindo uma abordagem mais estratégica para questões como infraestrutura, serviços públicos e moradia.

O mapa destaca uma diversidade de zonas, que inclui áreas residenciais estabelecidas, novos loteamentos, além de zonas industriais ou comerciais. Essa divisão por cores facilita a visualização das diferentes funções que cada parte da cidade exerce, como, por exemplo, a região ao leste da cidade, onde bairros como Ramiz Galvão têm uma configuração diferente de áreas mais centrais como Centro e São João.

A área central da cidade, onde se encontra o bairro Centro, ainda mantém a característica de ser o núcleo original, ao redor do qual a cidade foi expandindo. No entanto, bairros como Rosário, Bom Fim e São João também mostram uma evolução significativa em termos de infraestrutura.

A direção da expansão urbana segue padrões semelhantes aos dos mapas anteriores, com crescimento para o leste e sudoeste da cidade. Bairros como Jardim Boa Vista (à esquerda do mapa) e o Balneário João Ferreira (ao sul, em amarelo) são bons exemplos de áreas que se desenvolveram à medida que a cidade expandiu seus limites urbanos.

Rio Pardo, uma cidade de rica importância histórica no Rio Grande do Sul, desenvolveu ao longo dos séculos relações regionais profundas e interdependentes, moldadas por suas características geográficas, econômicas e culturais. Desde a sua fundação, a cidade atuou como um ponto estratégico na expansão territorial e nas trocas comerciais, especialmente durante o período colonial e imperial.

A infraestrutura de transporte tem sido um fator essencial nas relações regionais de Rio Pardo. Desde os tempos coloniais, o rio Jacuí foi uma via de transporte fundamental, ligando a cidade a Porto Alegre e outras cidades importantes do estado. A implementação de rodovias, como a BR-471 e a RS-403, também aproximou Rio Pardo de centros urbanos maiores, como Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul, favorecendo o fluxo de mercadorias, serviços e pessoas.

Economicamente como será abordado de forma mais detalhada nos próximos tópicos, Rio Pardo mantém relações fortes com seus municípios vizinhos,

particularmente através da produção agrícola. A cidade é inserida em uma rede de municípios que têm na agricultura e pecuária sua principal fonte de riqueza, com destaque para o cultivo de arroz, soja e fumo nos últimos anos. Essas atividades conectam Rio Pardo aos mercados locais e regionais, gerando uma dinâmica de interdependência econômica. Além disso, a proximidade com Santa Cruz do Sul, um importante polo do setor de tabaco, impacta diretamente a economia de Rio Pardo. A cidade participa das cadeias produtivas dessa cultura, principalmente por meio da oferta de mão de obra para o setor industrial durante o período de safra. Esse fluxo de trabalhadores reforça um movimento pendular significativo entre Rio Pardo e Santa Cruz do Sul, evidenciando a forte interdependência econômica entre as duas cidades.

Culturalmente, Rio Pardo possui um grande potencial para vincular sua rica história e patrimônio ao desenvolvimento econômico e social da comunidade local, fortalecendo cada vez mais sua integração com os municípios vizinhos. A cidade também tem condições de ampliar sua participação no turismo regional, integrando-se a circuitos de ecoturismo e turismo cultural, o que pode aumentar sua relevância no cenário turístico estadual.

Embora Rio Pardo tenha um legado de relevância regional, a cidade enfrenta desafios contemporâneos em relação à qualificação dos espaços urbanos, à acessibilidade e à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, que exigem atenção.

Além da troca de pavimentação, outra importante obra acontece no Largo da Rua Almirante Alexandrino. De acordo com veículo de comunicação regional, Portal Arauto, informando através da reportagem: “Largo da Rua Almirante Alexandrino será revitalizado em Rio Pardo” (2024), o projeto está sendo executado com o devido cuidado em relação aos prédios históricos presentes na via. O plano prevê que a quadra entre as ruas Andrade Neves e Arthur Falkenback terá uma rua coberta, sem alterar a circulação de veículos. Em frente ao Solar do Almirante, a calçada será reformada, com a remoção do canteiro existente. Esta obra integra o projeto de requalificação do centro da cidade, que inclui, além do novo pavimento, a instalação de arcos e iluminação moderna. O veículo de comunicação ainda ressalta que segundo o atual gestor municipal Rogério Monteiro a obra é uma forma de “modernizar sem deixar o histórico de lado” tendo em vista que a atual estrutura do local sofre com o desuso e o processo de deterioração.

Figura 33 - Projeto de revitalização do Largo do Almirante Alexandrino



Fonte: Portal Arauto (2024).

O projeto de revitalização tem sido alvo de intensos debates no município, dividindo a opinião da comunidade. De um lado, há quem defenda a obra como uma oportunidade para impulsionar a economia local, fomentar o turismo e criar novos espaços de lazer. No entanto, outra parcela da população manifesta preocupação com os possíveis danos aos prédios históricos da região, temendo que a intervenção comprometa o patrimônio cultural e arquitetônico da cidade. Essas divergências

refletem a tensão entre o desejo de modernização e a necessidade de preservar a identidade histórica de Rio Pardo.

As obras iniciadas no mês de Março de 2024 foram paralisadas algumas vezes após ações judiciais movidas pelo Ministério Público gaúcho (MP-RS), como informado pelo Portal Rádio Santa Cruz através da reportagem “Justiça manda suspender construção de “Rua Coberta em Rio Pardo” a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do estado (TJ-RS) determinou a suspensão das obras do projeto "Rua Coberta" no centro de Rio Pardo. A decisão permanecerá em aberto até o julgamento definitivo de uma ação civil movida pela promotoria.

O processo aponta indícios de possíveis danos ao patrimônio histórico e cultural da cidade, com prédios tombados, como o Clube Literário, o prédio Raul Silveira, a Casa dos Azulejos e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, podendo ser afetados. A ação, ajuizada em abril, pede a suspensão das obras até que o projeto de revitalização seja aprovado pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de Rio Pardo (Depharp) e seja apresentado um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), visando proteger os moradores, a paisagem urbana e o patrimônio cultural da rua Almirante Alexandrino.

Após esta suspensão o desembargador relator da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJ) indeferiu o pedido de suspensão das obras dando o prazo de 72 horas para a Prefeitura Municipal apresentar as solicitações realizadas pela promotora de justiça do município. De acordo com a reportagem “Tribunal de Justiça o pedido de suspender as obras no centro de Rio Pardo” o município apresentou toda a documentação necessária para que as obras fossem finalizadas, mas a promotora do município informou que irá recorrer da decisão.

Essas mudanças observadas nos mapas analisados anteriormente refletem também o que foi relatado pelos profissionais nas entrevistas. Ao longo das últimas décadas, a expansão urbana de Rio Pardo foi marcada por uma combinação de crescimento desordenado e algumas iniciativas planejadas, como os novos loteamentos nos bairros. Os relatos dos entrevistados a seguir, feitos a partir do seguinte questionamento: "Como você percebe a urbanização e a expansão urbana da cidade, especialmente nos últimos 20 anos? Houve expansão ou não?", destacam a falta de programas habitacionais para acompanhar essa expansão, além da dificuldade em atrair investimentos e indústrias para o município. Esses aspectos ajudam a contextualizar as diferenças observadas nos mapas, fornecendo uma

perspectiva mais ampla sobre o processo de urbanização e os desafios enfrentados pela cidade em termos de desenvolvimento econômico e social.

As entrevistas com representantes de diferentes setores em Rio Pardo como o Secretário Municipal de Planejamento, o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Rio Pardo-ACIS e um Engenheiro Civil da prefeitura e uma Corretora de Imóveis revelam perspectivas complementares sobre o desenvolvimento urbano da cidade e seus principais desafios.

O Secretário de Planejamento comenta que, embora Rio Pardo tenha passado por uma expansão urbana nos últimos 20 anos, essa expansão foi desorganizada e marcada pela falta de áreas legalizadas. Ele destaca que muitos dos novos loteamentos foram desenvolvidos sem programas habitacionais e sem regulamentação, resultando em ocupações espontâneas. Outro ponto levantado é o paradoxo entre o crescimento de novas residências e a diminuição da população, o que sugere que a cidade carece de atrativos suficientes para reter seus habitantes, uma situação que ele atribui ao envelhecimento da população e à falta de oportunidades econômicas (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo, 11 de março de 2024).

O Presidente da ACIS em sua entrevista destacou que:

O mercado imobiliário local tem se tornado cada vez mais relevante e valorizado. Ele coloca que o preço da terra, dos imóveis e dos aluguéis aumentou significativamente nos últimos 20 anos, um imóvel na rua principal de Rio Pardo, que há duas décadas custava bem menos, hoje está avaliado em até cinco vezes mais, devido à oferta limitada. Atualmente, encontrar um imóvel à venda no centro é raro, e os últimos foram adquiridos por investidores de fora da cidade (Entrevista com o Presidente da ACIS de Rio Pardo, 11 de março de 2024).

Esse cenário impacta diretamente o comércio, pois estabelecimentos antigos com contratos de aluguel mais baixos conseguem operar melhor em comparação com novos negócios que enfrentam aluguéis elevados. De forma geral, o valor do aluguel comercial gira em torno de 1% do valor do imóvel, enquanto o residencial fica em torno de 0,5%. Contudo, os aluguéis comerciais são mais disputados devido à baixa oferta de espaços disponíveis, o que pressiona os preços para cima.

O engenheiro civil, com uma visão mais crítica coloca:

Rio Pardo como uma cidade em decadência desde o início dos anos 2000, atribuindo a estagnação à falta de investimentos, políticas públicas ineficazes e disputas políticas locais. Apesar das vantagens geográficas, como a proximidade de rodovias e um rio, essas características não foram aproveitadas para o desenvolvimento econômico. Ele observa que o setor

industrial é praticamente inexistente, o que resulta em uma dependência quase total do setor de serviços. Além disso, há uma notável expansão periférica, contrastando com a falta de compradores no núcleo urbano, o que, segundo ele, reflete o aumento da pobreza e a carência de um plano urbano que leve em consideração o potencial de crescimento sustentável (Entrevista com o Engenheiro Civil de Rio Pardo, 11 de março de 2024).

Por outro lado, a corretora de imóveis:

Observa transformações sutis e localizadas, como a pavimentação de vias e a revitalização de praças nos últimos dois anos. Ela vê essas melhorias com bons olhos, mas destaca que não houve um crescimento urbano significativo nem a implementação de um plano diretor atualizado para promover o desenvolvimento em áreas além do centro. Como profissional do setor, ela percebe a demanda por novas áreas residenciais e comerciais, especialmente por parte de jovens e famílias locais, mas ressalta a ausência de uma infraestrutura adequada para atrair compradores e investidores de fora (Entrevista com a Corretora de Imóveis de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Outro ponto importante apontado pela corretora é:

A ausência de planejamento urbano e políticas de sustentabilidade. Segundo ela, o desenvolvimento sustentável exige a participação ativa dos moradores, que deveriam zelar pela manutenção dos espaços públicos e dos próprios imóveis, contribuindo para a qualidade de vida urbana. Ela sugere medidas como a instalação de lixeiras comunitárias e a imposição de penalidades para incentivar a preservação do ambiente urbano, observando que o descaso dos moradores também afeta o desenvolvimento.

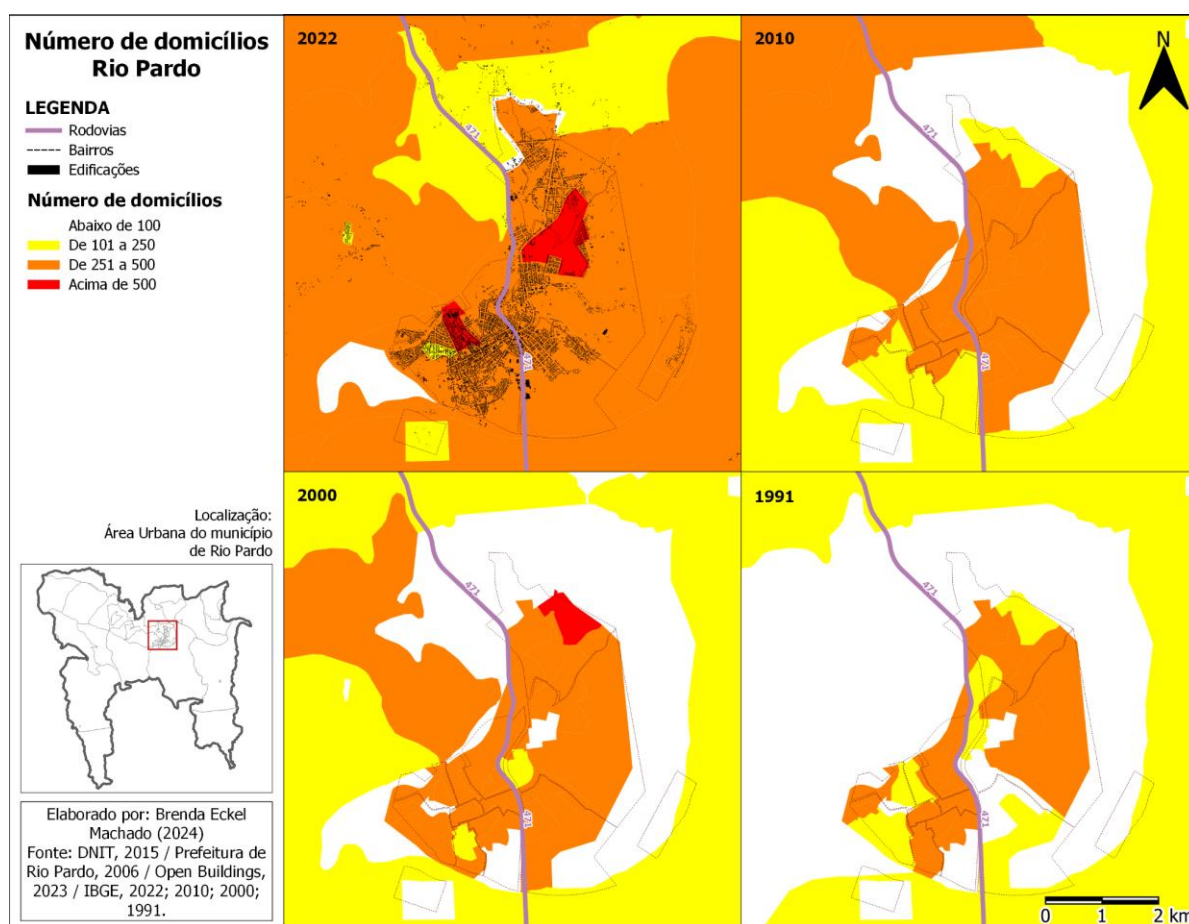
Em termos de mercado imobiliário, a corretora vê o futuro com pessimismo devido à falta de inovação e de um plano econômico que garanta a rotatividade de receita municipal. Ela comenta que, enquanto investidores externos compram imóveis comerciais no centro, o mercado residencial é dominado por investidores locais que buscam moradia própria. Ambos os perfis, no entanto, sofrem com a ausência de um planejamento urbano de longo prazo e com a falta de melhorias na infraestrutura que tornariam Rio Pardo mais atraente (Entrevista com a Corretora de Imóveis de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

A análise conjunta dessas entrevistas revela uma cidade com potencial, mas que enfrenta barreiras significativas para alcançar o crescimento urbano e econômico. A falta de um plano diretor atualizado tendo em vista que o plano em vigor é de 2006, a ausência de investimentos e o declínio das oportunidades econômicas são temas recorrentes. Além disso, a necessidade de uma política urbana que envolva a comunidade local e promova uma responsabilidade compartilhada pela conservação e pelo desenvolvimento sustentável se mostra essencial. A partir dessas observações, fica claro que um planejamento colaborativo e uma visão integrada entre o setor

público, privado e a comunidade podem ser caminhos para reverter a estagnação e impulsionar Rio Pardo rumo a um futuro mais próspero e organizado.

Ao observar a evolução do número de domicílios em Rio Pardo, apresentadas a seguir nos mapas de 1991 a 2022, oferece uma base visual para entender as transformações urbanas que a cidade vivenciou ao longo das últimas décadas. Esse crescimento, marcado pela expansão das áreas residenciais e pela concentração de pessoas no núcleo urbano, contrasta com os desafios identificados nas entrevistas com os profissionais locais.

Figura 34 - Número de domicílios Rio Pardo



Fonte: Machado (2024).

O mapa apresenta a evolução do número de domicílios na área urbana de Rio Pardo entre os anos de 1991 e 2022, dividida em quatro períodos distintos: 1991, 2000, 2010 e 2022. Essa sequência temporal permite uma análise detalhada das mudanças na distribuição e na concentração de domicílios, evidenciando o crescimento urbano e a expansão das áreas habitadas na cidade.

Em 1991, observa-se que a maior parte da área urbana de Rio Pardo possuía entre 101 e 250 domicílios, representada pela cor laranja no mapa. Algumas áreas periféricas apresentavam menos de 100 domicílios, indicadas pela cor amarela, caracterizando uma urbanização ainda incipiente. As áreas com mais de 500 domicílios, representadas em vermelho, eram escassas e localizadas no núcleo mais central da cidade, revelando um nível de densidade habitacional relativamente baixo.

No ano de 2000, nota-se uma expansão no número de domicílios, especialmente nas áreas centrais. As regiões com mais de 500 domicílios cresceram levemente em relação ao período anterior, indicando o desenvolvimento gradual do núcleo urbano. A área laranja, que representa de 101 a 250 domicílios, expandiu-se significativamente, cobrindo uma porção maior da área urbana e refletindo o crescimento de zonas residenciais ao redor do centro. Em contraste, as áreas com menos de 100 domicílios reduziram-se, ocupando espaços cada vez mais periféricos.

Em 2010, observa-se uma expansão ainda mais acentuada das áreas com mais de 500 domicílios, que se tornaram mais numerosas e mais amplas. O aumento na extensão das áreas laranjas ao redor do núcleo urbano sugere que o crescimento habitacional continuou a ocorrer em todas as direções, consolidando o processo de expansão urbana. As áreas amarelas, que representam menos de 100 domicílios, praticamente desapareceram do núcleo urbano consolidado, indicando que a urbanização alcançou a maior parte da região.

Em 2022, o mapa revela um crescimento urbano ainda mais expressivo. As áreas com mais de 500 domicílios se expandiram para regiões que anteriormente apresentavam menor densidade habitacional, sinalizando um aumento considerável na ocupação residencial. A cor laranja, que abrange áreas com 101 a 250 domicílios, predomina nas periferias, mostrando que a expansão do núcleo urbano foi acompanhada de um adensamento populacional nas regiões periféricas. O amarelo, representando áreas com menos de 100 domicílios, restringe-se às partes mais afastadas, sugerindo que a urbanização da cidade se intensificou, ocupando quase todo o território urbano disponível.

De maneira geral, entre 1991 e 2022, Rio Pardo passou por um processo significativo de expansão urbana, com o aumento de áreas densamente habitadas e a diminuição das regiões de baixa densidade habitacional. A ampliação das áreas acima de 500 domicílios ao longo do tempo reflete uma urbanização acelerada, resultando em uma concentração de pessoas em determinados bairros. A distribuição

espacial dos domicílios demonstra que o crescimento começou pelo centro e, progressivamente, expandiu-se para as periferias, consolidando um padrão de ocupação contínua e intensa.

Essa análise aponta que, nas últimas duas décadas, Rio Pardo experimentou um crescimento urbano considerável. Esse fenômeno de urbanização e expansão das áreas habitadas reflete a evolução da cidade, que se adaptou às novas demandas habitacionais e ampliou sua área urbana para acomodar um número crescente de domicílios.

O processo de urbanização e expansão habitacional observado em Rio Pardo nas últimas décadas reflete diretamente as transformações econômicas vivenciadas pelo município ao longo desse período. À medida que o espaço urbano se expandiu e a população se concentrou em áreas mais densamente habitadas, a estrutura econômica local também passou por mudanças significativas. Essas transformações não ocorreram de forma isolada; o setor agropecuário, por exemplo, registrou uma intensificação no cultivo da soja, substituindo áreas antes destinadas ao arroz e à criação de gado, o que impactou a demanda por serviços e comércio na zona urbana. Para compreender a economia do município nos últimos 30 anos, é essencial analisar dados sobre o Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial, PIB, principais empresas e produção agropecuária, informações estas que revelam a composição econômica atual e as forças motrizes do crescimento de Rio Pardo.

Quadro 5 - PIB e VAB Setorial de Rio Pardo entre 1990 e 2020

Ano	PIB	VAB	VAB agropecuária	VAB indústria	VAB Serviços	VAB Administração pública
1990	Cr\$ 8.039,007	Cr\$ 7.702,883	Cr\$ 2.708,509	Cr\$ 1.610,013	Cr\$ 2.862,811	
2000	R\$ 1.850,18	R\$ 1.559,22	R\$ 37.118,00	R\$ 571.911,00		
2010	R\$ 11.678,78	R\$ 407.419,00	R\$ 105.502,00	R\$ 47.454,00	R\$ 166.325,00	R\$ 88.137,00
2020	R\$ 24.114,03	R\$ 865.199,00	R\$ 231.612,00	R\$ 93.325,00	R\$ 334.824,00	R\$ 205.437,00

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de DEEDADOS.

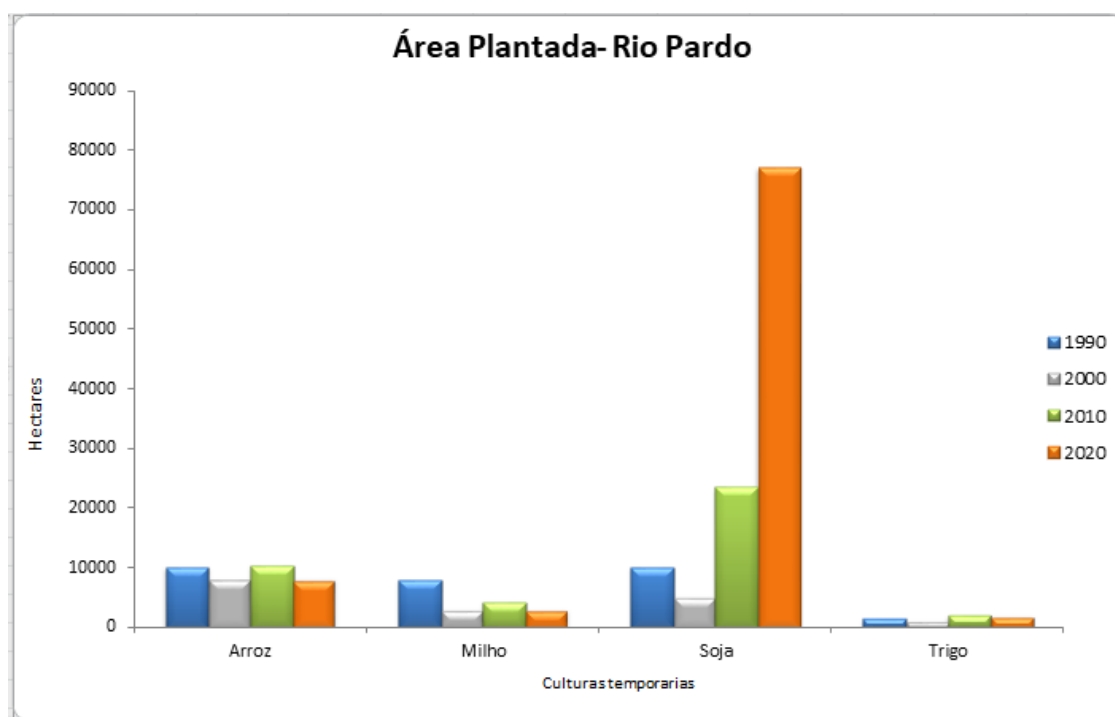
O Quadro 5 apresenta os dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB) da cidade de Rio Pardo, para os anos de 1990, 2000, 2010 e 2020, divididos entre os setores de agropecuária, indústria, serviços e administração pública. A análise desses dados permite observar o desenvolvimento econômico da cidade ao longo dessas três décadas.

É importante destacar que ao longo desses anos, ocorreram mudanças monetárias (de cruzeiros para reais) e variações inflacionárias, o que impacta a comparação direta entre os valores de cada período. Primeiramente, é notável o crescimento do PIB de Rio Pardo, que passou de Cr\$ 8.039,007 em 1990 para R\$ 24.114,03 em 2020. Esse aumento reflete o avanço da economia local, demonstrando um processo de expansão e fortalecimento dos setores produtivos.

O Valor Adicionado Bruto (VAB) total também acompanhou essa tendência de crescimento, passando de Cr\$ 7.702,883 em 1990 para R\$ 865.199,00 em 2020. Quando analisamos o desempenho de cada setor, percebemos algumas tendências importantes. O setor agropecuário, por exemplo, sempre foi uma parte significativa da economia local. Em 1990, o VAB da agropecuária era de Cr\$ 2.708,509 e, em 2020, alcançou R\$ 231.612,00, o que demonstra o crescimento e a importância desse setor para a cidade.

Para aprofundar a compreensão sobre a economia de Rio Pardo, é relevante observar de forma mais detalhada algumas variáveis que compõem os dados apresentados como significativos em cada um dos setores do VAB.

Gráfico 4 - Área Plantada entre 1990 e 2020- Rio Pardo



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de DEEDADOS.

Essas variáveis demonstram o papel significativo da agropecuária na economia de Rio Pardo, setor que, conforme analisado anteriormente, contribui expressivamente para o Valor Adicionado Bruto (VAB). Observa-se que a produção de soja cresceu consideravelmente ao longo dos anos, passando de 10.000 toneladas em 1990 para 77.200 toneladas em 2020, consolidando-se como uma das culturas de maior relevância no cenário agrícola local. Esse aumento é reflexo de investimentos no setor e da expansão da soja como um dos principais produtos de exportação do Brasil.

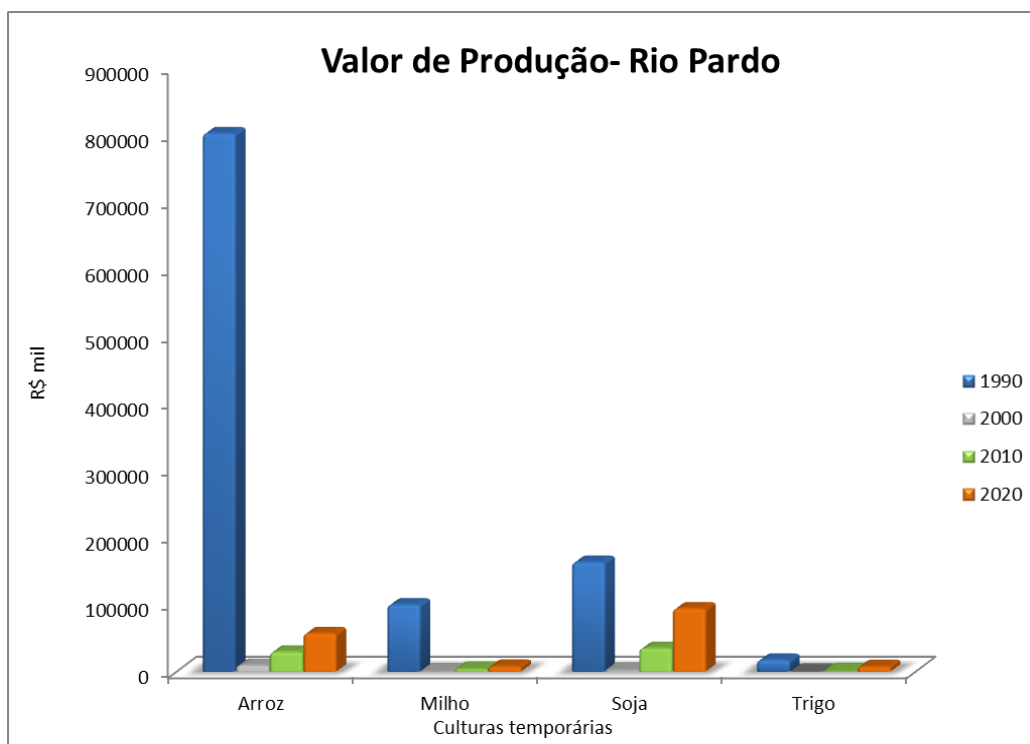
Por outro lado, culturas como arroz e milho apresentam variações, mas não exibem o mesmo crescimento expressivo que a soja. A produção de arroz, por exemplo, era de 10.100 toneladas em 1990, com uma leve alta em 2010 (10.320 toneladas), mas apresentou redução para 8.100 toneladas em 2020. Já o milho, que começou com 10.100 toneladas em 1990, sofreu uma redução significativa ao longo dos anos, atingindo 2.990 toneladas em 2020.

A produção de trigo também se manteve relativamente estável ao longo dos anos, com pequenas variações, passando de 1.500 toneladas em 1990 para 1.880 toneladas em 2020. Embora tenha crescido levemente, o trigo não apresenta um impacto econômico tão expressivo quanto a soja.

Outro indicador que permite identificar as transformações econômicas de Rio Pardo no setor agrícola é a análise referente aos valores de produção, como é possível observar no Gráfico 5.

A análise do valor de produção agrícola em Rio Pardo nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2020, revela tendências econômicas e mudanças de foco nas atividades agrícolas da cidade. Importante notar que os valores de 1990 estão em cruzeiros (Cr\$), enquanto os anos subsequentes (2000, 2010 e 2020) estão em reais (R\$) o que reflete uma mudança monetária e, possivelmente, um impacto da inflação e das transformações econômicas nacionais.

Em 1990, o arroz era uma das culturas de maior valor, com um total de Cr\$ 802.300 mil. Esse valor elevado indica uma forte relevância do arroz para a economia agrícola local no período. No entanto, a partir de 2000, o valor de produção do arroz caiu significativamente para R\$ 9.458 mil e apresentou uma recuperação em 2020, chegando a R\$ 57.147 mil. Apesar dessa recuperação, o arroz não retoma o mesmo protagonismo que tinha em 1990.

Gráfico 5 - Valor de Produção entre 1990 e 2020- Rio Pardo

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de DEEDADOS

O milho também era importante em 1990, com um valor de produção de Cr\$ 99.840 mil. No entanto, a produção sofreu uma queda acentuada nos anos seguintes, com apenas R\$ 999 mil em 2000, e, embora tenha subido para R\$ 8.011 mil em 2020, ainda permanece consideravelmente abaixo dos níveis de 1990. Essa

A soja mostra um crescimento impressionante no período analisado, começando com um valor de produção de Cr\$ 163.200 mil em 1990 e alcançando R\$.93.982 mil em 2020. Esse aumento significativo destaca a soja como a cultura de maior expansão em Rio Pardo, provavelmente devido ao alto valor de mercado e à demanda global, fazendo dela uma das principais fontes de renda para o setor agropecuário da cidade.

A produção de trigo, por sua vez, mostra estabilidade, com um valor de Cr\$.17.348 mil em 1990 e R\$.7.650 mil em 2020. Embora o trigo não tenha experimentado o mesmo crescimento que a soja, ele se mantém como uma cultura relevante, contribuindo para a diversificação da produção agrícola da cidade.

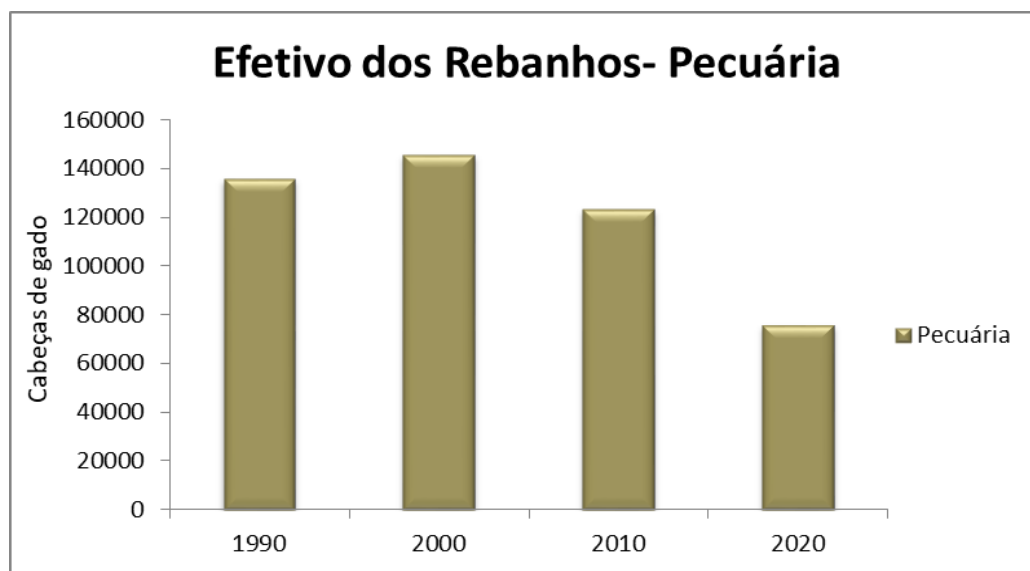
O Secretário de Planejamento ao ser entrevistado e questionado sobre o desenvolvimento econômico do município destaca:

O agronegócio representa 57% da economia e que nos últimos 20 anos, houve uma consolidação significativa da lavoura de soja, que ocupa entre 90 e 95 mil hectares e tem potencial para expandir em mais 20 mil hectares. O crescimento da soja levou à substituição gradual da pecuária, que antes era um setor forte no município, devido ao retorno econômico superior da soja (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Com o declínio da produção de arroz, devido a fatores econômicos e dificuldades enfrentadas pelos agricultores, a soja tornou-se uma alternativa mais viável, atraindo novos produtores de outras regiões, especialmente do norte do Rio Grande do Sul. A localização estratégica de Rio Pardo, entre a metade norte e sul do estado, favoreceu esse crescimento, e há agricultores realizando dois plantios de soja por ano.

As cooperativas tiveram um papel essencial nesse processo, como a Cotribá e a Cotrijal, que se instalaram no município e fortaleceram a cadeia da soja. Apesar do avanço da soja, ainda restam entre 100 mil e 120 mil cabeças de gado, mas a pecuária, bem como a produção de milho, perde espaço.

Gráfico 6 - Efetivo de rebanho entre 1990 e 2020- Rio Pardo



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de DEEDADOS.

A análise dos dados do efetivo de rebanho pecuário em Rio Pardo reforça as observações do Secretário de Planejamento.

Sobre a transformação econômica e a diminuição da pecuária no município devido ao avanço da soja. Em 1990, o rebanho era de 135.810 cabeças, aumentando para 145.558 em 2000. No entanto, a partir de 2010, o número

de cabeças de gado começou a diminuir, passando para 123.350 e, em 2020, caindo drasticamente para 75.800 (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

O Presidente da ACIS faz apontamentos sobre a relação direta entre o setor agrícola e o comércio em Rio Pardo, mostrando como o sucesso no campo influencia a economia urbana.

Observa-se que quando a produção agrícola, especialmente de soja, apresenta um superávit, isso gera um impacto positivo no comércio local, pois os produtores rurais aumentam seus gastos, investindo no comércio da cidade.

Além da soja, a criação de gado e o cultivo de fumo (tabaco) também são atividades que beneficiam a economia local. Embora o tabaco seja mais forte em regiões próximas, como Santa Cruz do Sul, ele ainda influencia parcialmente a economia de Rio Pardo (Entrevista com o Presidente da ACIS de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Esses dados reforçam a importância da agropecuária para a economia de Rio Pardo, especialmente pela expansão da produção de soja, que alavanca o setor agrícola e contribui para o aumento do VAB agropecuário. A diversificação das culturas agrícolas e o destaque para a soja refletem as transformações econômicas locais e a adaptação da cidade às demandas do mercado agrícola ao longo das décadas.

Outro dado que precisa ser retomado refere-se a indústria em Rio Pardo, que mostrou um avanço contínuo ao longo dos anos, com um crescimento moderado em seu Valor Adicionado Bruto (VAB). Apesar de ter um papel menor em relação à agropecuária e aos serviços, o setor industrial permanece como uma parte importante da economia local.

O VAB da indústria passou de Cr\$ 1.610,013 em 1990 para R\$ 93.325,00 em 2020, indicando que a indústria continua sendo um componente relevante da economia, ainda que com um peso menor em comparação à agropecuária e ao setor de serviços.

Três indústrias do gênero alimentício e de transformação destacam-se em Rio Pardo devido a sua produção e número total de funcionários.

Uma das mais antigas empresas instaladas no município é a Bistex Alimentos Ltda, inaugurada no ano de 1998, atualmente conta com uma equipe de aproximadamente 200 funcionários diretos e 34 representantes comerciais, a empresa oferece cerca de 40 produtos entre salgadinhos e biscoitos. Atende mercados do sul do Brasil, Bahia, além de exportar para América Latina e Europa.

Figura 35 - Bistex Alimentos Ltda.



Fonte: acervo pessoal

Outra empresa vinculada ao ramo alimentício instalada no município é a Superpan com sede em Viamão (RS), Palhoça (SC) e Pinhais (PR) a fábrica localizada na BR-471 em Rio Pardo teve a partir de 2017 uma série de investimentos para ampliar sua área estrutura e gerar aproximadamente mais 300 empregos diretos que serão somados aos 764 vínculos empregatícios ativos. De acordo com o diretor presidente Arildo Bennech em entrevista para o veículo de comunicação Gaúcha ZH “Será a maior fábrica de pães do país, considerando a quantidade de farinha gasta por dia e a quantidade de pães produzidos. Atualmente, produzimos o equivalente a quatro milhões de pães. Com a ampliação, serão sete milhões”.

O Secretário de Planejamento do município em sua entrevista destacou que:

Um dos principais desafios desta empresa que atualmente se destaca com cerca de 1.000 funcionários, operando 24 horas por dia na produção de pães congelados, movimentando intensamente a economia local. No entanto, a empresa enfrenta um grande desafio compartilhado por muitas indústrias da região: o alto índice de afastamentos por motivos de saúde. Para manter sua produção estável, a Superpan precisa de uma equipe adicional de aproximadamente 40 funcionários para cobrir as ausências causadas por atestados médicos. Esse elevado índice de afastamentos não apenas impacta diretamente a operação da empresa, mas também representa um obstáculo para a atração de novas indústrias, que podem ver nessa questão um entrave à operação contínua e ao desenvolvimento econômico da cidade (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Figura 36 - Superpan

Fonte: acervo pessoal.

Outra indústria classificada como grande porte segundo dados disponibilizados pelo Econodata, é a Helfrig Meat Group Indústria e Comércio de Alimentos Ltda que possui como foco principal de atuação - Frigoríficos com abate de bovinos. Uma indústria que fornece entre 300 a 500 empregos diretos e indiretos.

Figura 37- Helfrig Meat Group Indústria e Comércio de Alimentos Ltda

Fonte: acervo pessoal.

A associação comercial em Rio Pardo é composta por cerca de 150 empresas locais, ou seja, aproximadamente 150 CNPJs integram a base de associados. A associação abrange os setores de comércio, indústria e serviços da cidade, permitindo que profissionais de diversas áreas, como advogados e outros prestadores de serviço, participem. De acordo com o mesmo, o comércio é bem desenvolvido, incluindo lojas de redes comuns em grandes cidades, mas o município tem poucas indústrias, o que é visto como um desafio para o crescimento econômico local. A associação reconhece que, para fomentar o desenvolvimento, Rio Pardo precisaria de uma base industrial mais robusta, que atualmente é uma das principais carências econômicas do município (Entrevista com o Presidente da ACIS de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Cabe destacar que o entrevistado além de Presidente da associação é gestor de uma das empresas familiares mais antigas e reconhecidas do município. Desta forma, o mesmo destaca que:

A cidade possui um caráter tradicional, e as atividades comerciais ocorrem principalmente nas ruas Andrade Neves e João Pessoa, e empresas que se instalam fora desse eixo central tendem a ter dificuldades para prosperar. Ele ainda coloca que embora o número de CNPJs ativos tenha crescido nos últimos 20 anos, muitas empresas familiares mantiveram-se no tamanho original, sem experimentar uma expansão expressiva. Esse cenário reflete o perfil conservador de desenvolvimento econômico local, onde as novas empresas enfrentam o desafio de romper com a centralização do comércio e ampliar a base industrial, que ainda é limitada na cidade (Entrevista com o Presidente da ACIS de Rio Pardo. 11 de Março de 2024).

De acordo com dados disponibilizados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) de Rio Pardo, RS, alcançou R\$ 1.306,14 milhões, representando 0,26% da economia estadual, ocupando a 79ª posição no Rio Grande do Sul. A indústria contribuiu com R\$ 106,58 milhões desse total, equivalente a 0,09% do PIB industrial estadual, colocando a cidade em 131º lugar no ranking das economias industriais do estado. Rio Pardo contava com 59 indústrias, o que corresponde a 0,11% do total estadual, e gerou 1.601 empregos industriais, representando 0,19% dos postos de trabalho na indústria no estado, ocupando a 107ª posição nesse critério. Esses dados refletem a importância moderada da indústria na economia local e sua contribuição para o mercado de trabalho regional.

O setor de serviços, por sua vez, teve um crescimento expressivo, refletindo uma tendência de ampliação do setor terciário na economia de Rio Pardo. O VAB de serviços aumentou de Cr\$ 2.862,811 em 1990 para R\$ 334.824,00 em 2020, mostrando que esse setor se consolidou como um dos pilares da economia local.

Por fim, ao analisar o Quadro 5 é possível observar que o setor de administração pública, que começou a ser contabilizado na tabela a partir de 2010, também apresentou um crescimento relevante. Em 2010, o VAB da administração pública era de R\$ 88.137,00 e, em 2020, chegou a R\$ 205.437,00. Esse aumento indica uma maior participação do setor público na economia da cidade, possivelmente relacionado ao fortalecimento de políticas e serviços públicos.

De acordo com o Secretário de Planejamento:

A partir de 2021, o município implementou uma nova legislação para atrair investimentos e incentivar empresas, criando uma política de incentivos que antes não existia. Até então, o apoio a empresas era feito de forma aleatória, sem um padrão estabelecido. Com essa legislação, foi criado também um programa de “Juros Zero” para ajudar micro e pequenas empresas, especialmente durante a pandemia, onde a prefeitura assumiu os custos dos juros. Além disso, a cidade modernizou a lei do berçário industrial, unindo-se à incubadora de serviços para atender melhor aos empreendimentos locais, que são majoritariamente prestadores de serviços (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Para fortalecer o comércio local, a administração incentivou os empresários a participarem das compras públicas, desmistificando barreiras como atrasos e possíveis favorecimentos. Esse esforço resultou no reconhecimento do município com o Prêmio Sebrae de Prefeitura Empreendedora na área de compras públicas.

Atualmente, o distrito industrial da cidade está sem capacidade para novas empresas, e a quantidade de energia disponível tem sido um desafio para a atração de novos negócios.

O Secretário de Planejamento enfatiza que as limitações de energia dificultam a atração de novas empresas, ele destacou que recentemente, duas grandes empresas desistiram de se instalar na cidade devido a essa restrição energética. A gestão municipal realizou um mapeamento das áreas com potencial para expansão industrial, incluindo a construção de uma nova usina de energia fotovoltaica próxima à rodovia que liga a cidade a Santa Cruz do Sul em parceria com o Sicredi, que já possui uma instalação de energia solar na região, tendo em vista que atualmente, a subestação de Rio Pardo tem capacidade de 20 megawatts, enquanto o consumo total da cidade gira em torno de 19 megawatts, mantendo o fornecimento de energia dentro de uma margem limitada de oscilação entre 20 e 22 megawatts. Isso significa que há pouco espaço para suportar o aumento de demanda de novas indústrias, comprometendo o desenvolvimento econômico local e a capacidade de atração de empresas que dependem de um fornecimento energético mais robusto. (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Alternativas como redes de transmissão adicionais foram avaliadas, mas o alto custo de expansão em torno de R\$ 22 milhões para 17 quilômetros de extensão, com 50% cobertos pelo investidor, tornou a instalação inviável. Para aliviar esse problema, foi solicitado apoio ao governo estadual, e a cidade promove o uso do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM-RS), que permite que empresas novas obtenham até 57% de desconto sobre o ICMS devido, facilitando a entrada de novos investimentos no município.

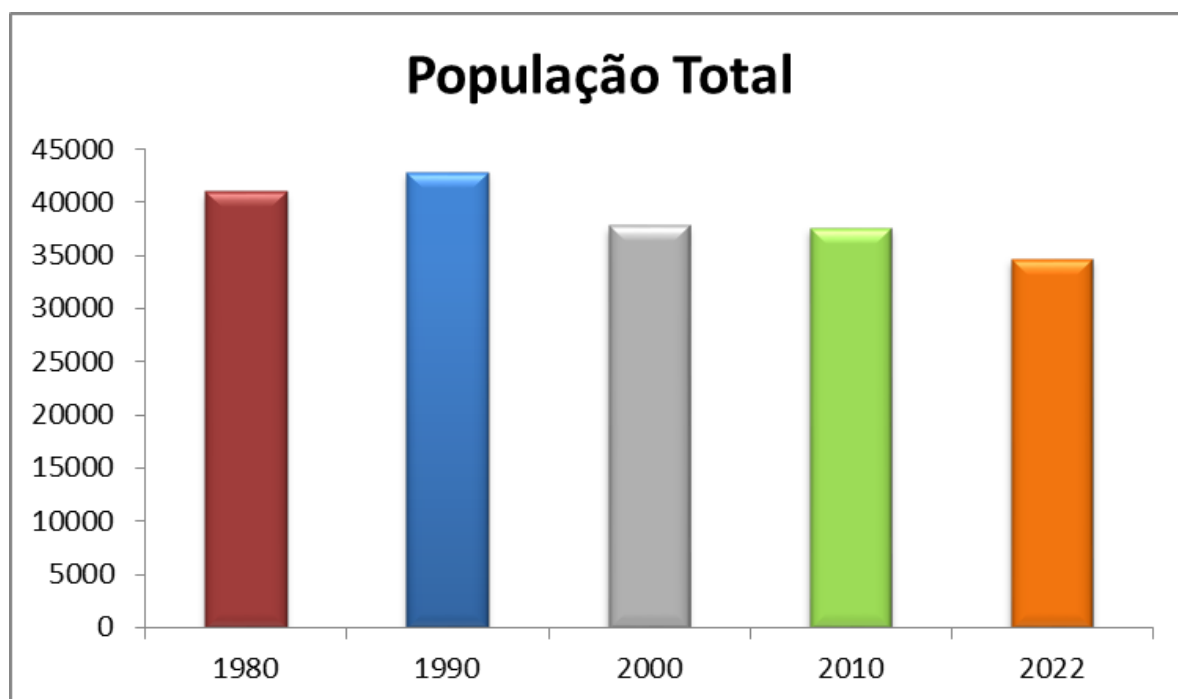
Por fim, o Secretário de Planejamento (2024) destaca a necessidade de uma ação mais integrada entre os municípios, como Santa Cruz e Rio Pardo, para apoiar

os pequenos negócios. A crítica é direcionada à falta de uma abordagem regional que permita o crescimento equilibrado e sustentável, sem que os municípios pequenos dependam exclusivamente dos centros urbanos maiores. Em relação a Rio Pardo, destaca-se a busca por uma identidade turística e histórica, com investimentos no centro da cidade e em programas de empreendedorismo para promover o desenvolvimento local.

4.2 As dinâmicas demográficas

As dinâmicas demográficas de Rio Pardo refletem um processo de transformações contínuas, que acompanham tanto o crescimento populacional em um primeiro momento como o decréscimo da população registrado nos últimos anos, quanto às mudanças nas atividades econômicas e na organização do espaço urbano. Entre 1991 e 2022, o município passou por uma série de reconfigurações que podem ser observadas na distribuição espacial da população, marcadas pela expansão das áreas urbanas e o adensamento em regiões centrais e periféricas.

Gráfico 7 - População total de Rio Pardo entre 1980 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do IBGE- Censos demográficos

A população do município de Rio Pardo passou por uma leve variação ao longo das décadas de 1980 e 1990, conforme dados do IBGE. Essa leve variação demográfica reflete os impactos de fatores econômicos, sociais e migratórios que influenciaram a dinâmica populacional do município, evidenciando a necessidade de compreender os contextos locais para planejar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento mais assertivas.

Em 1980, Rio Pardo possuía uma população total de 41.038 habitantes. Em 1991, esse número aumentou para 42.838 pessoas, com 21.183 homens e 21.655 mulheres, refletindo um ligeiro crescimento populacional e uma distribuição equilibrada entre os gêneros. O crescimento anual durante esse período foi de 0,39%, uma taxa modesta que indicava certa estabilidade demográfica.

Em 2000, a população total do município sofreu uma queda significativa, totalizando 37.783 habitantes. Desses, 18.320 eram homens e 19.282 mulheres, mantendo a tendência de maior número de mulheres. Além disso, a população urbana foi registrada em 25.614 habitantes, enquanto a população rural somou 11.988, indicando que a maior parte dos moradores vivia na área urbana.

Entre 2000 e 2010, a população passou de 37.783 para 37.591, uma redução pequena de 192 habitantes (-0,5%). Destes 25.614 habitantes viviam na área urbana e 11.977 na área rural do município. Esses dados revelam uma predominância da população urbana em relação à rural, acompanhada por uma leve redução demográfica no período analisado. Esse comportamento populacional sugere tendências de estabilidade demográfica, ainda que acompanhadas por dinâmicas específicas que podem refletir fatores como migração, mudanças econômicas e transformações no uso e ocupação do território.

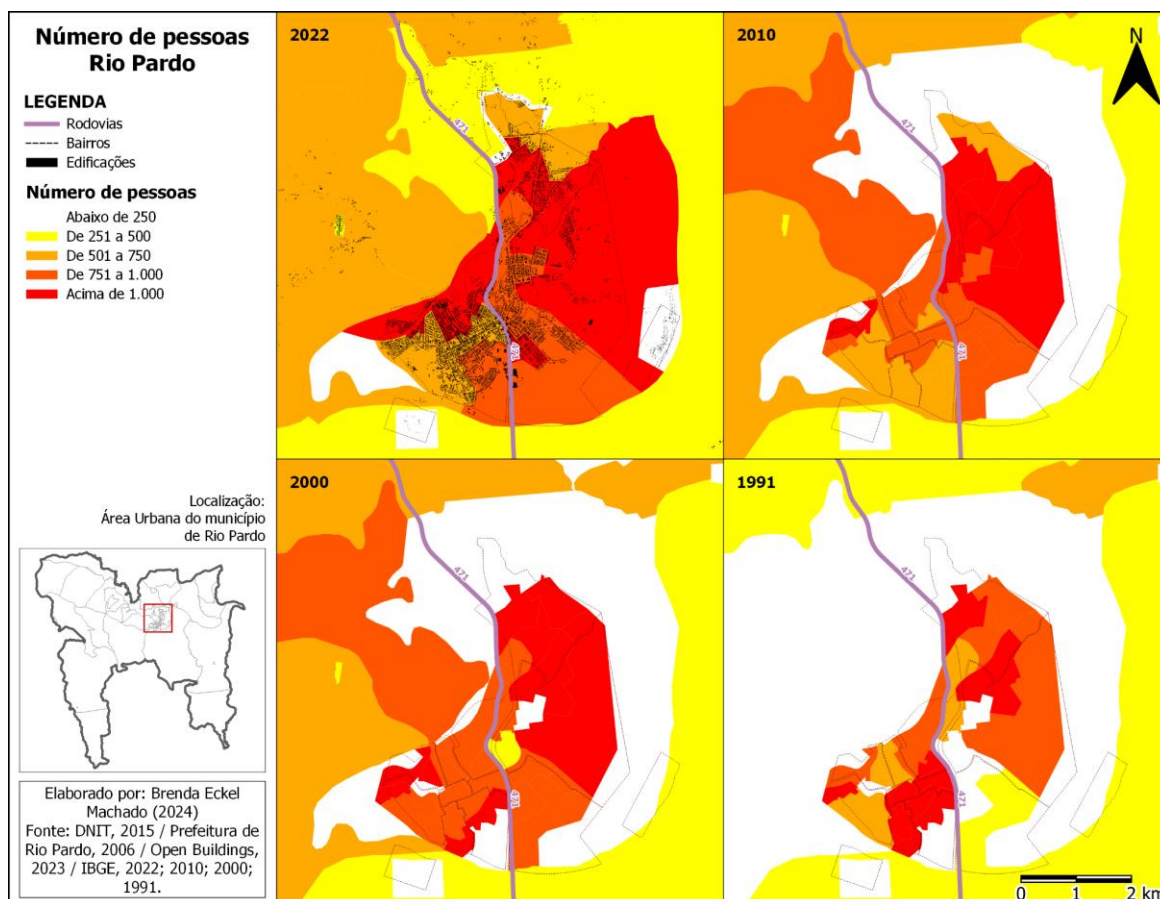
Em 2022, o município voltou a apresentar declínio populacional significativo, chegando a 34.654 habitantes, o que representa uma redução de 7,8% em relação ao censo anterior. Evidenciando os desafios enfrentados pelo município com relação a perda de habitantes.

Com relação a esta nova dinâmica demográfica o Secretário de Planejamento chama atenção para:

Um paradoxo interessante na dinâmica recente de Rio Pardo que se evidencia ao comparar a evolução do número de domicílios por bairros (Figura 34) e a evolução dos dados sobre a população total também por bairros (Figura 38), é possível observar o crescimento do número de residências ao mesmo tempo em que a população diminuiu no último censo.

Esse fenômeno reflete mudanças estruturais nas composições familiares, com o encolhimento do tamanho médio das famílias, algo que tem sido observado em diversas regiões do Brasil. (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Figura 38 - Número de pessoas de Rio Pardo entre 1991 a 2022



Fonte: Machado (2024).

Essa contradição evidencia que a redução populacional não implica necessariamente na estagnação do espaço físico ou na infraestrutura urbana da cidade. Pelo contrário, ela aponta para uma reorganização do espaço urbano, onde o crescimento do número de domicílios pode estar associado à maior prevalência de famílias menores ou até de moradores individuais. Assim, um dos grandes desafios para Rio Pardo é equilibrar essa expansão territorial com políticas que possam atrair e reter população, garantindo não apenas infraestrutura, mas também qualidade de vida e oportunidades econômicas.

A análise do mapa da dinâmica demográfica de Rio Pardo entre 1991 e 2022 permite identificar padrões e transformações relevantes na distribuição da população no espaço urbano do município (Figura 38).

Em 1991, as áreas com maior densidade populacional estavam concentradas em um núcleo reduzido, próximo à região central. Ao longo das décadas, observa-se uma expansão significativa dessa concentração para as áreas periféricas, especialmente ao norte e ao oeste.

O crescimento populacional entre 2000 e 2010 mostra a ampliação das áreas com densidade intermediária, sugerindo que o aumento da população ocorreu tanto por ocupação de novas áreas quanto pela intensificação nas já ocupadas. O mapa de 2022 confirma essa tendência, com uma redistribuição mais uniforme da densidade populacional no entorno da área central e ao longo das vias de acesso.

É de extrema importância destacar que as rodovias, especialmente a BR-471, têm papel fundamental como vetores de crescimento urbano. As áreas de maior densidade acompanham o traçado viário.

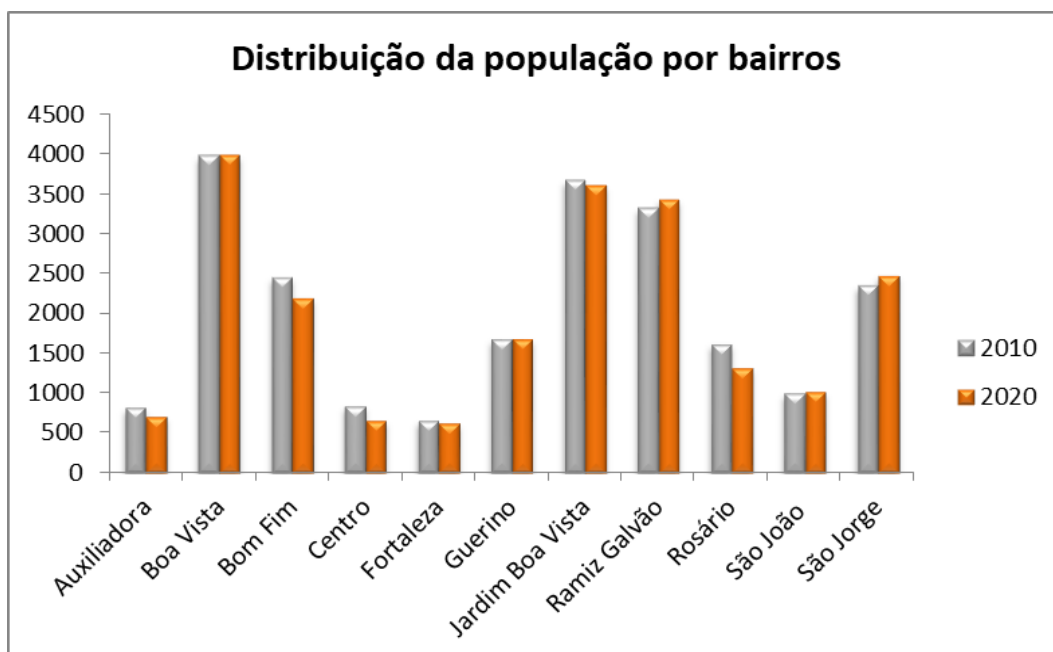
No município a Lei Nº 1.494 dispõe sobre o uso e ocupação do solo considerando a seguinte organização do território:

- I. Área Urbana - O espaço territorial destinado à implantação de atividades, usos e funções urbanas assim declarados em Lei Municipal e subdividido em zonas definidas no Plano Diretor;
- II. Área Rural - O espaço territorial do município, não incluído na área urbana e destinado essencialmente às atividades agropecuárias, ao reflorestamento e à mineração;
- III. Área Especial de Interesse Ambiental - O espaço territorial assim declarado por Lei Municipal, de acordo com normas federais, estaduais ou municipais, com o objetivo de manter o equilíbrio ecológico através da preservação e recuperação da fauna, da flora e dos monumentos naturais, paisagísticos e do patrimônio histórico cultural;
- IV. Área Verde de Lazer e Recreação - O espaço destinado às atividades sociais, cívicas, esportivas, culturais e contemplativas da população, tais como: praças, parques, bosques e jardins;
- V. Áreas Institucionais - Aquela área de uso público especial é destinada à instalação de equipamentos comunitários;
- VI. Equipamentos Comunitários - Os destinados às atividades de educação e cultura, lazer, administração e similares;
- VII. Equipamentos Urbanos - Os componentes de infra-estrutura tais como: equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, iluminação pública e pavimentação. [...] (Lei Nº 1.494, de 10 de outubro de 2006).

O zoneamento do município organiza o território em oito distritos, sendo o primeiro distrito a sede urbana onde se localiza a maior concentração populacional. De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE os habitantes do município estão distribuídos da seguinte maneira: a área urbana do município denominada 1º Distrito/Centro está subdividida em onze bairros, listados no gráfico 8 com o

contingente populacional registrado em 2010 e 2020.

Gráfico 8 - Rio Pardo: Distribuição da população por bairros



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do IBGE (2000 e 2010)

A análise da distribuição populacional por bairros em Rio Pardo evidencia as diferentes dinâmicas demográficas que cada localidade enfrentou ao longo desses 12 anos. Esses dados não apenas refletem o movimento natural da população, mas também indicam as condições econômicas, de infraestrutura e a atratividade de cada bairro para seus moradores.

Seis bairros apresentaram queda da população nos últimos anos, o bairro Auxiliadora teve uma redução de 816 para 707 habitantes, o bairro apresentou uma queda significativa de 13,4%. O bairro Bom Fim enfrentou uma redução de 2.454 para 2.195 habitantes (-10,5%), o bairro Centro teve uma expressiva redução populacional, passando de 837 para 656 habitantes (-21,7%) e o bairro Rosário viu sua população diminuir de 1.618 para 1.313 habitantes (-18,8%).

O bairro Fortaleza apresentou uma leve queda de população, de 655 para 615 habitantes (-6,2%) e o bairro Jardim Boa Vista teve uma redução de 3.673 para 3.605 habitantes (-1,8%).

Dois bairros apresentaram estabilidade populacional, o bairro Boa Vista manteve quase a mesma população, com uma leve alta de apenas 1 habitante (de 3.981 para 3.982) e o bairro Guerino apresentou uma leve alta populacional, de

1.676 para 1.681 habitantes (+0,3%).

Apenas três bairros apresentaram crescimento demográfico significativo, o bairro São João com uma população crescente de 997 para 1.017 habitantes (+2%), o bairro São Jorge com um crescimento de 2.348 para 2.473 habitantes (+5,3%), sendo um dos mais significativos aumentos percentuais e o bairro Ramiz Galvão com um acréscimo de 3.323 para 3.431 habitantes (+3,2%).

É importante destacar que os três bairros com maior número de habitantes estão localizados norte e a oeste da BR-471 sentindo oposto do qual o núcleo inicial da cidade teve origem. Um dos fatores relacionados a esta expansão está relacionado à questão geográfica do município, tendo em vista que em direção ao leste da BR-471 o município se limita com o Rio Pardo e Jacuí.

Um fator importante é destacado pela Corretora de Imóveis:

Os investimentos que esta região da cidade tem recebido nos últimos anos, passando a atrair novos empreendimentos e moradores devido às melhorias urbanas implementadas. Entre os destaques está o Loteamento Lispenz, o primeiro do município a contar com infraestrutura completa, como pavimentação, redes de água e esgoto, iluminação pública e áreas destinadas ao lazer. (Entrevista com a Corretora de Imóveis de Rio Pardo. 11 de março de 2024).

Figura 39 - Loteamento Lispenz

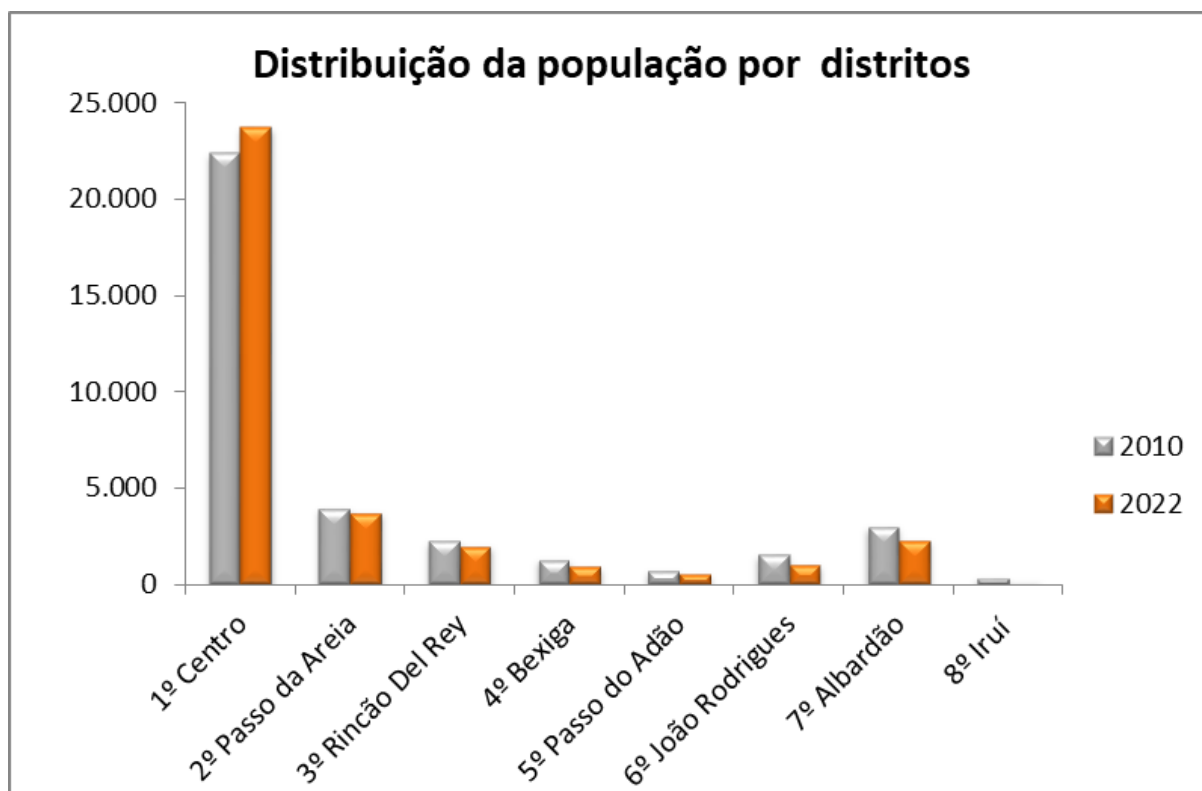


Fonte: Odaci imóveis

Esses avanços não apenas impulsionaram a valorização imobiliária da região, mas também estimularam o crescimento demográfico em direção ao oeste, expandindo os limites urbanos de Rio Pardo. O movimento representa uma mudança significativa no padrão de ocupação da cidade.

Com relação a distribuição da população pelos demais distritos do município é possível observar a seguinte configuração.

Gráfico 9 - Distribuição da população por distritos de Rio Pardo



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do IBGE (2000 e 2010).

A distribuição da população por distritos de Rio Pardo entre 2010 e 2022 reflete as dinâmicas econômicas, sociais e geográficas que moldam o município. A análise dos números revela tendências de crescimento em áreas urbanas consolidadas e declínio em regiões mais rurais.

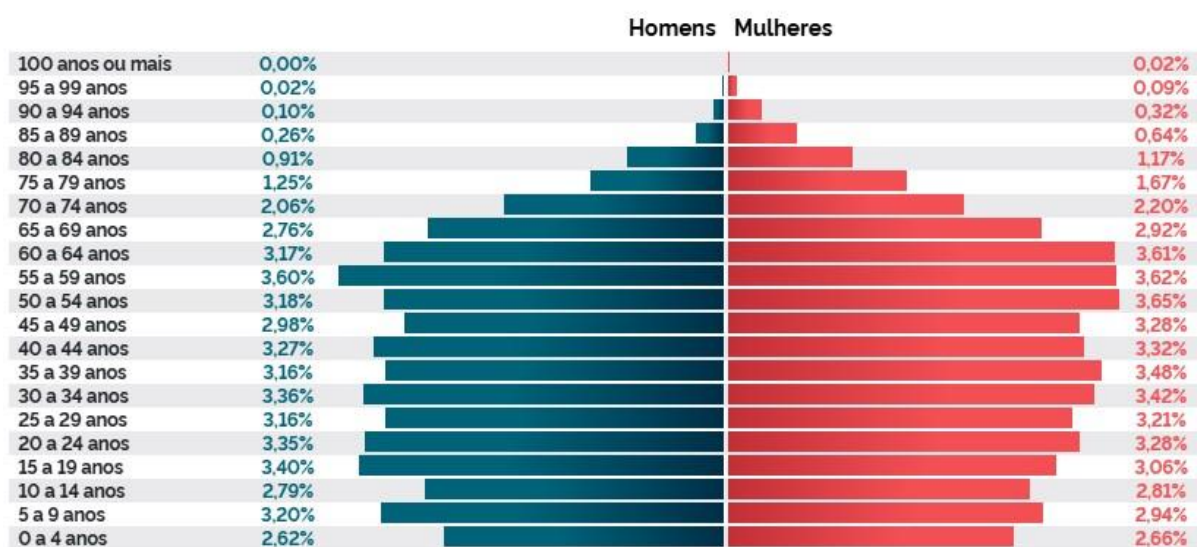
O distrito central como apresentado anteriormente teve um aumento de 22.378 para 23.734 habitantes (+6%), consolidando-se como o principal núcleo populacional de Rio Pardo. No 2º Distrito Passo da Areia a população diminuiu ligeiramente de 3.982 para 3.767 habitantes (-5,4%), o 3º Distrito Rincão Del Rey apresentou declínio de 2.291 para 2.042 habitantes (-10,9%) apontando para uma queda significativa.

O 4º Distrito Bexiga teve uma queda acentuada de 1.338 para 951 habitantes (-28,9%), é importante destacar que esta região está localizada a aproximadamente 40 KM de distância da sede do município. O 5º Distrito Passo do Adão também apresentou queda significativa no número de habitantes, passando de 740 para 568 (-23,2%).

O 6º Distrito de João Rodrigues registrou uma queda de 1.580 para 1.074 habitantes (-32%) também localizado a aproximadamente 27 KM da sede municipal, o 7º Distrito Albardão está localizado 39 KM da sede municipal com um declínio da população de 3.031 para 2.339 habitantes (-22,8%). E por fim o 8º Distrito Iruí localizado a 58 KM de distância da sede do município apresentou a maior redução proporcional, de 364 para 189 habitantes (-48%) esse declínio reflete o isolamento geográfico.

Com relação ao perfil da população de Rio Pardo segundo dados disponibilizados pelo último censo demográfico do IBGE é possível observar a seguinte composição demográfica.

Figura 40 - Pirâmide etária de Rio Pardo



Fonte: IBGE- Censo (2022).

Rio Pardo mostra sinais de uma população envelhecida, com um contingente significativo de pessoas acima de 60 anos. Grupos expressivos nas faixas de 80 a 84 anos e 85 a 89 anos indicam um aumento na expectativa de vida, especialmente entre as mulheres.

A maior parte da população encontra-se nas faixas entre 30 e 59 anos, compondo a base economicamente ativa do município. Apesar da presença considerável de jovens, nota-se uma redução gradual na população infantil entre 0 e 4 anos. Esse declínio pode ser um indicativo de menores taxas de natalidade nos últimos anos, refletindo mudanças nos padrões familiares e sociais, como famílias menores.

Até os 60 anos, a população masculina e feminina apresenta equilíbrio, com pequenas variações. Contudo, em faixas etárias mais altas, as mulheres tornam-se maioria, devido à maior longevidade feminina, especialmente evidente na faixa de 80 a 84 anos.

Outro dado importante em relação às características demográficas do município, disponibilizado no Censo de 2022, é o número de quilombolas declarados: 214 pessoas. Vale salientar que no interior do município mais precisamente na localidade de Arroio das Pedras está localizada atualmente a Comunidade Quilombola Rincão dos Negros, Quilombo reconhecido pela Fundação Palmares devido à riqueza cultural preservada no local pelos descendentes quilombolas.

O Rincão dos Negros fica localizado no Interior de Rio Pardo, na localidade de Arroio das Pedras, é uma comunidade quilombola reconhecida Pela Fundação Palmares e destaca-se no cenário cultural, através da relevante história deste povo. No local formou-se no final do século XVIII um Quilombo, sendo sua origem a doação de terras que a Fazendeira Jacinta Souza doou aos seus 87 escravos alforriados, formando o então Rincão dos Negros. Desde essa época a comunidade vem seguindo as tradições católicas, de uma comunidade quilombola, que preza pelas origens e se orgulha de sua ancestralidade. Atualmente a comunidade é formada por 40 famílias de pequenos agricultores. Esta é a única comunidade Quilombola do Brasil que tem duas Igrejas da mesma Padroeira, porém separadas, a dos Brancos e a dos Pretos (Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 2018).

A comunidade busca ao longo dos anos preservar a herança cultural deixada por seus descendentes, evidenciando para a população rio-pardense a relevância deste povo na construção da identidade local.

Figura 41 - Comunidade Quilombola Rincão dos Negros



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 2018.

Pode-se concluir que de modo geral a população total apresenta um declínio gradual nas últimas décadas evidenciando uma concentração nas áreas urbanas, especialmente em bairros mais centrais e com maior infraestrutura, enquanto os distritos rurais enfrentam um esvaziamento progressivo. A composição etária destaca o envelhecimento populacional, com uma parcela significativa de idosos e uma redução na base jovem, apontando para a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde, assistência social e renovação populacional.

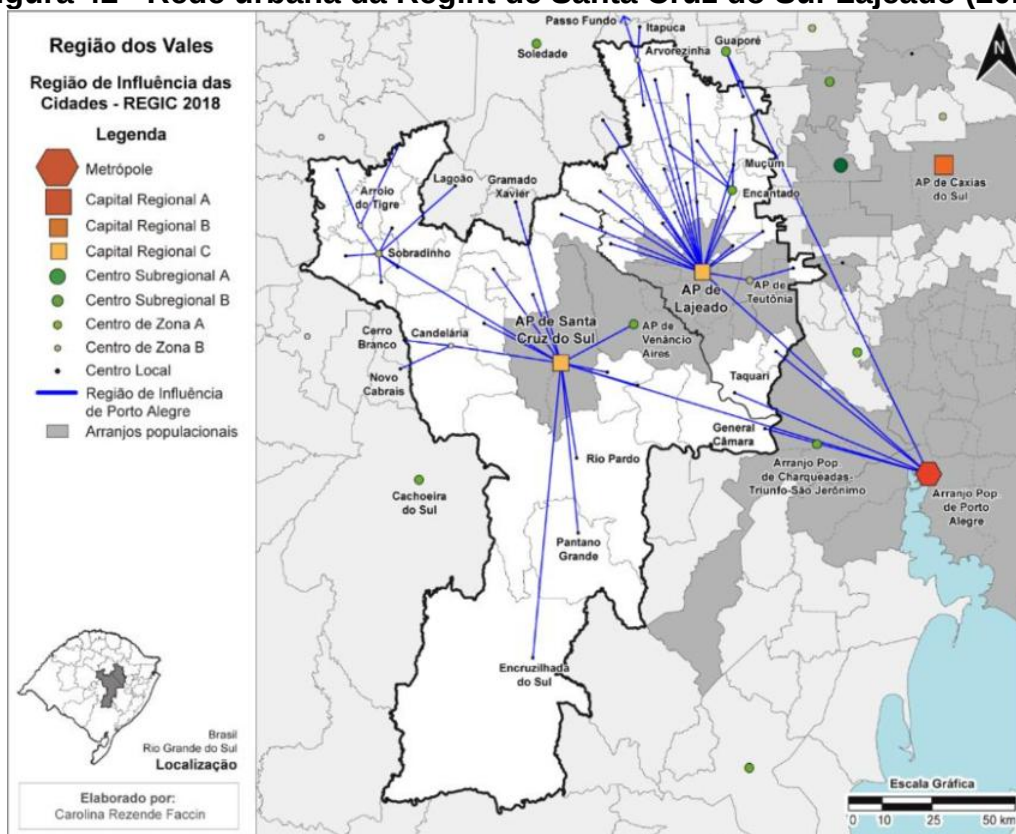
Esses dados evidenciam que o município enfrenta um grande desafio para equilibrar o crescimento urbano com o desenvolvimento rural, sendo necessário desenvolver estratégias para reter sua população jovem e fortalecer sua base econômica. Rio Pardo, com sua história rica e características demográficas diversificadas, precisa de planejamento estratégico para aproveitar suas potencialidades e enfrentar os desafios impostos pelas mudanças demográficas.

4.3 As relações e interações regionais da cidade de Rio Pardo

Apesar de ser uma cidade de pequeno porte dentro da hierarquia urbana brasileira, Rio Pardo apresenta conexões significativas que evidenciam sua importância na região, tanto no aspecto econômico quanto social.

Rio Pardo está localizada na região de influência da sub-região intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado, conforme delimitado pelo estudo REGIC-IBGE (Regiões de Influência das Cidades). Esta sub-região é caracterizada pela presença de cidades médias que exercem papel centralizador na oferta de bens e serviços de maior complexidade, conectando cidades menores, como Rio Pardo, a uma rede regional mais ampla.

Figura 42 - Rede urbana da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado (2018)



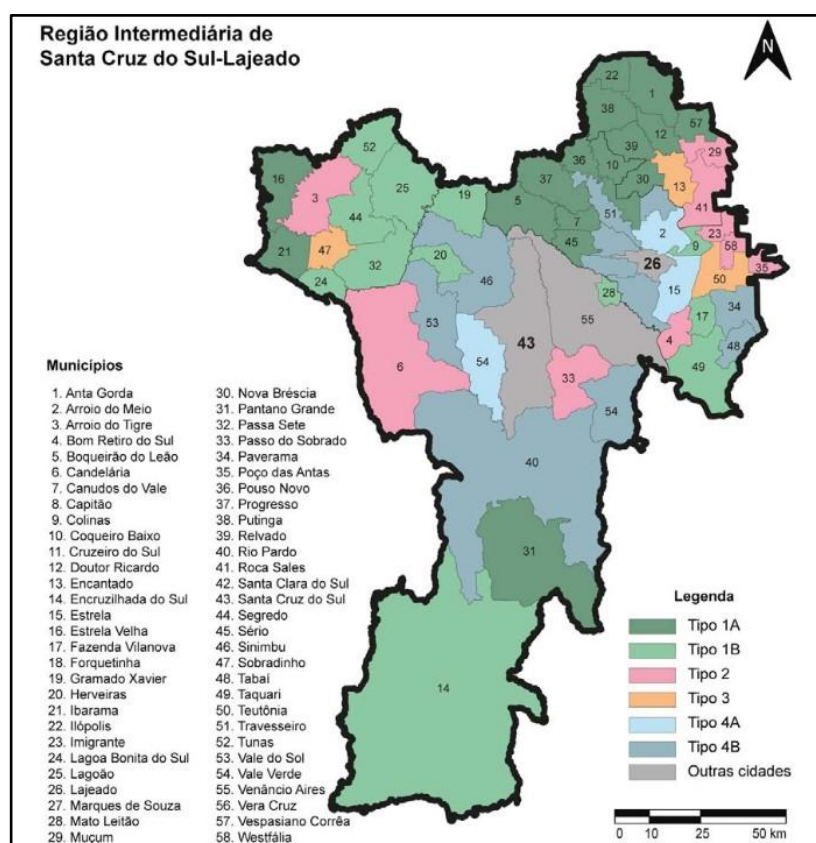
Fonte: Faccin (2020).

Dentro dessa configuração, Rio Pardo é classificada como um centro local, desempenhando funções urbanas que atendem às necessidades básicas de sua população e de áreas rurais vizinhas. Contudo, sua proximidade com Santa Cruz do Sul, um dos pólos mais dinâmicos da região, fortalece as interações entre as duas cidades, especialmente por meio dos movimentos pendulares de trabalhadores e estudantes.

Silveira, Faccin e Detoni (2024) com o objetivo de oferecer uma compreensão mais detalhada e precisa sobre as dinâmicas que caracterizam os centros urbanos no contexto regional criaram uma tipologia para as cidades pequenas na Regint de Santa

Cruz do Sul-Lajeado. Essa abordagem busca superar as limitações das generalizações baseadas exclusivamente no tamanho demográfico, evidenciando as especificidades de cada cidade em relação à urbanização, economia, estrutura fundiária e interações espaciais. A classificação desenvolvida pelos autores propõe quatro tipos e quatro subtipos de pequenas cidades na Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado, com o objetivo de refletir as principais dinâmicas de urbanização e as interações dessas cidades com a região e a rede urbana.

Figura 43 - Tipologia para pequenas cidades na Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado



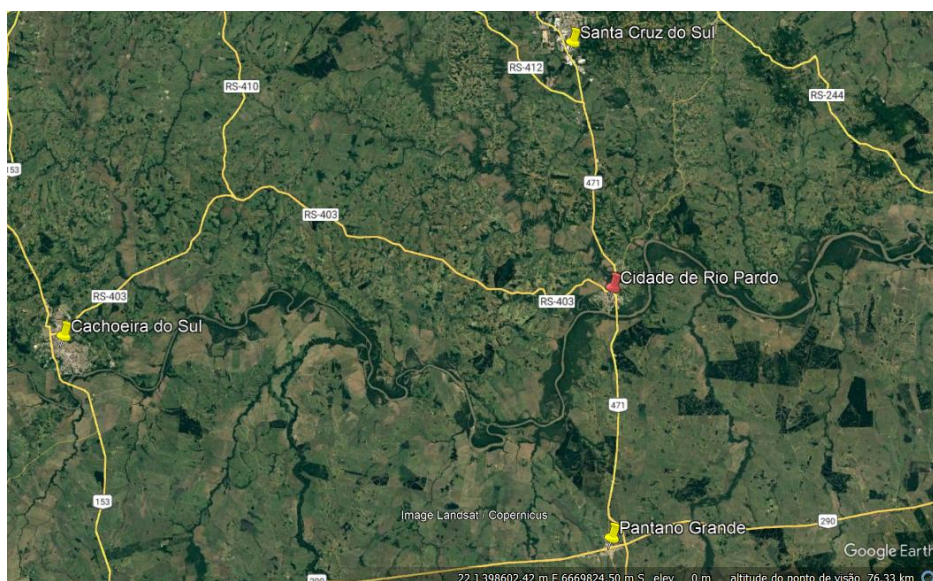
Fonte: Silveira, Faccin e Detoni (2024)

De acordo com Silveira, Faccin e Detoni (2024) Rio Pardo está caracterizada na tipologia 4B, descrita pelos pesquisadores como uma cidade pequena que funciona predominantemente como cidade-dormitório ou reservatório de força de trabalho. Essa classificação reflete um dinamismo econômico limitado já destacado no subcapítulo 4.1 ao analisar as dinâmicas econômicas recentes do município. Com a economia urbana centrada principalmente em atividades de comércio e serviços não especializados, além de uma reduzida presença de atividades industriais. Como

consequência, a cidade apresenta uma insuficiente capacidade de geração de empregos para atender à sua população local.

A proximidade espacial e a conectividade rodoviária, aliadas à disponibilidade de transporte coletivo intermunicipal, favorecem os deslocamentos diários, consolidando o papel de Rio Pardo como parte integrante dos aglomerados urbanos da região.

Figura 44 - Principais rodovias de ligação a Rio Pardo (2024)



Fonte: Google Maps- Elaborado por Camila Menezes.

A BR-471 é uma das principais rodovias que atravessam Rio Pardo, conectando a cidade de Santa Cruz do Sul ao norte e a Pantano Grande e Encruzilhada do Sul ao sul. Essa rodovia se liga à BR-290, que é uma rota fundamental para a região, ligando-a à capital do estado, Porto Alegre, e sendo essencial para o transporte de cargas e o deslocamento de passageiros, além de proporcionar importantes conexões com outras partes do estado. Outra rodovia significativa que atende diretamente Rio Pardo é a RS-403, uma via importante para o tráfego local e para a movimentação dentro da região central do estado, conectando Rio Pardo a Cachoeira do Sul.

De acordo com os dados do Censo 2010, o município registrava, diariamente, 3.650 movimentos pendulares relacionados a estudo ou trabalho. Desse total, a maior parte, 2.841 deslocamentos, tinha como destino Santa Cruz do Sul, destacando a forte relação de dependência econômica e educacional entre as duas cidades. Outros 157

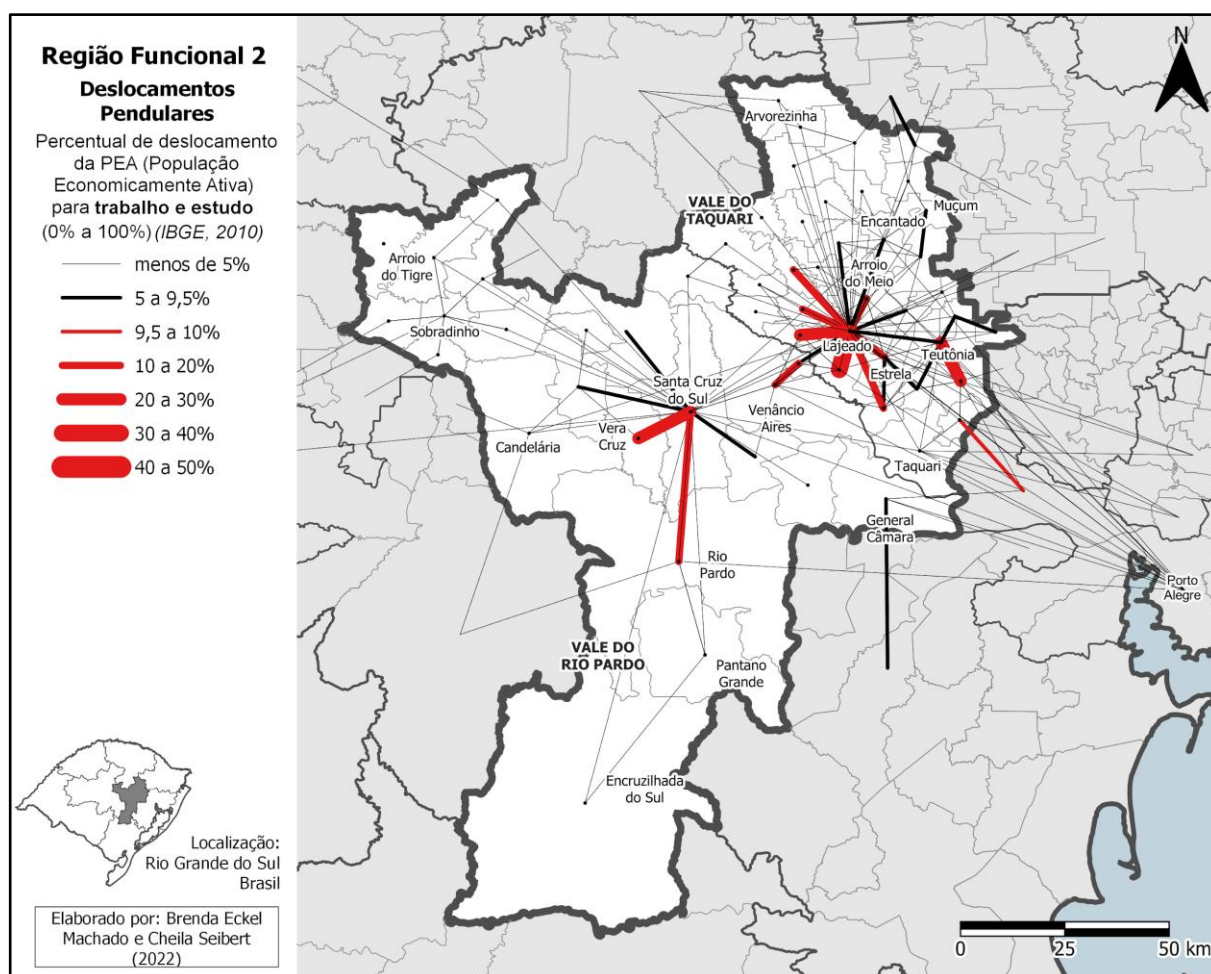
deslocamentos eram direcionados para Pantano Grande, enquanto os demais se dividiam entre diferentes destinos. Esses números refletem a dinâmica regional, com Rio Pardo funcionando como um ponto de partida para trabalhadores e estudantes que buscam oportunidades em municípios vizinhos. Os microdados referentes a essa variável no Censo de 2022 ainda não foram disponibilizados, o que impede a realização de uma comparação com os movimentos registrados anteriormente.

A dinâmica econômica restrita mencionada anteriormente resulta em fluxos pendulares regulares, nos quais os moradores de Rio Pardo se deslocam diariamente para cidades médias próximas, como Santa Cruz do Sul, em busca de oportunidades de trabalho e estudo. Os trabalhadores costumam se inserir em setores como comércio, construção civil e indústria de transformação, enquanto estudantes frequentam universidades e cursos superiores oferecidos nessas cidades médias.

A figura 45 sobre os fluxos pendulares para trabalho e estudo entre municípios da região permite verificar a importância dos fluxos de pessoas oriundos de Rio Pardo e demais cidades pequenas da região para a cidade média de Santa Cruz do Sul.

Os fluxos pendulares originados de Rio Pardo para Santa Cruz do Sul correspondem ao deslocamento de um total de 2.959 pessoas (sendo 2.118 pessoas para trabalho e 771 para estudo). O montante de pessoas que se deslocam de Rio Pardo para trabalhar em Santa Cruz do Sul correspondia em 2010 a 17,43% da população economicamente ativa daquele município, e colocava a cidade atrás apenas de Vera Cruz, como principal núcleo de origem dos deslocamentos internos para trabalho na região (Silveira *et al*, 2017).

Figura 45 - Fluxos pendulares para trabalho e estudo na região dos vales do Rio pardo e Taquari-RS - 2010



Fonte: Machado e Seibert (2022), com base nos dados do IBGE-2010.

Rio Pardo exerce certa centralidade regional na medida em que nela estão localizadas importantes sedes institucionais e empresariais, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região. No âmbito da saúde, Rio Pardo conta com um hospital regional que se tornou referência ao oferecer atendimento e infraestrutura para suprir as necessidades não apenas da população local, mas também de municípios vizinhos.

Figura 46 - Hospital Regional do Vale do Rio Pardo



Fonte: Portal Arauto.

No dia 06 de fevereiro de 2024 o veículo de comunicação Portal Gaz (2024) relatou através de uma reportagem fatos importantes que marcam os dez anos de atuação do Hospital Regional em Rio Pardo. De acordo com o meio de comunicação, o Hospital Regional do Vale do Rio Pardo celebrou uma década de atuação como referência em serviços de média complexidade para 13 municípios da região, atendendo cerca de 145 mil pessoas. Com uma estrutura de 101 leitos e 200 profissionais, oferece serviços em diversas áreas, como traumatologia, ginecologia, pediatria e saúde mental, sendo 100% voltado ao atendimento via SUS. Sua história é marcada por desafios e mudanças significativas.

A estrutura física do hospital existe há 94 anos e, inicialmente, foi gerida pela Irmandade de Caridade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Em 2014, a gestão foi assumida pela Fundação Hospitalar Getúlio Vargas, iniciando um processo de reorganização para ampliar o atendimento. Em 2020, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde (IAHCS), assumiu a administração. Nesse mesmo ano, o hospital enfrentou um caso de corrupção e desvio de recursos públicos investigado pela Operação Camilo. Posteriormente, enfrentou atrasos no pagamento de salários médicos, agravando sua crise.

Em 2023, como parte de uma reestruturação, a administração foi transferida ao Hospital Ana Nery, de Santa Cruz do Sul, em um contrato de 20 anos firmado pelo governo estadual. Desde então, o hospital passou a ser gerido de forma mais eficiente,

garantindo estabilidade administrativa, melhoria nos serviços e reafirmando seu papel estratégico na saúde regional do Vale do Rio Pardo.

O Secretário de Planejamento destacou:

O hospital regional é muito importante para a economia local, classificando-o como o segundo maior empregador da cidade, logo após a prefeitura. Ele ressaltou que, apesar dos desafios enfrentados ao longo das últimas duas décadas, há um sentimento de otimismo em relação ao futuro da instituição. “O hospital já teve vários problemas nesses últimos 20 anos, mas agora a gente acredita que, com a gestão do Hospital Ana Nery, essas questões serão resolvidas. Já é possível perceber melhorias significativas, o que nos dá esperança de que ele continuará sendo um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico de Rio Pardo,” afirmou (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo, 11 de março de 2024).

Entre as sedes regionais instaladas no município estão o IRGA (Instituto Rio Grandense do Arroz), referência estadual em pesquisa e inovação na rizicultura, com impacto direto na modernização e aumento da produtividade agrícola, especialmente no cultivo de arroz, uma das bases econômicas locais. Complementando a relevância no setor primário, a cidade também abriga a Coordenadoria Regional de Agricultura, que desempenha um papel essencial no suporte técnico e administrativo aos produtores rurais.

Na composição geral do VAB de Rio Pardo, o setor Agropecuário representa a segunda maior receita evidenciando que o setor possui um importante suporte econômico e social para o município. Desta forma, chama atenção a quantidade de cooperativas agrícolas instaladas em sua região. Estas organizações desempenham um papel fundamental no fortalecimento da agricultura e no desenvolvimento da economia local, proporcionando apoio técnico, comercialização de produtos e incentivo à inovação no campo.

A Cotribá, a cooperativa agropecuária mais antiga do Brasil, possui 112 anos de história e 24 anos de presença em Rio Pardo, consolidando-se como um dos principais pilares do agronegócio na região. Com sede administrativa em Ibirubá e atuação em mais de 400 municípios da região Sul, a cooperativa é referência na comercialização de produtos agrícolas, assistência técnica e produção animal, abrangendo desde a agricultura familiar até grandes propriedades rurais.

Figura 47- Cotribá

Fonte: Cotribá.

Em Rio Pardo, a unidade da Cotribá, localizada na BR-471, desempenha um papel fundamental no suporte aos produtores locais, oferecendo insumos, armazenagem de grãos, consultoria técnica e uma ampla variedade de serviços e produtos.

Além da Cotribá se destaca no município a Cotriel, fundada em 1959, é um exemplo de sucesso do cooperativismo agrícola no Rio Grande do Sul, destacando-se pela união de produtores para impulsionar a comercialização de trigo e o armazenamento de grãos. Hoje, com mais de 7.600 associados, a cooperativa promove o desenvolvimento regional, gerando 1.500 empregos diretos e sustentando comunidades através de suas atividades econômicas.

Figura 48 - Cotriel

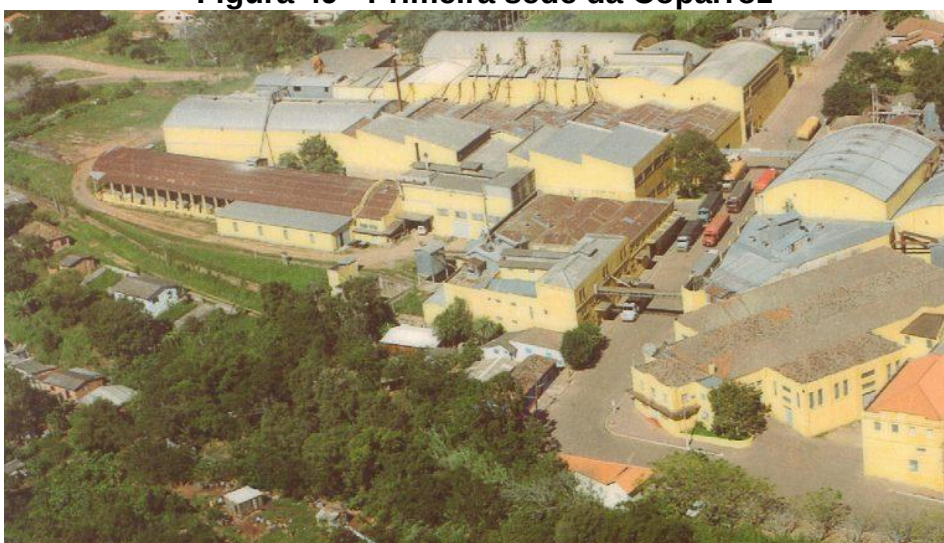
Fonte: Cotriel

Em Rio Pardo, a Cotriel está presente desde 1994, com uma unidade localizada no 4º Distrito de Bexiga. A estrutura conta com escritórios e serviços voltados à venda de insumos agrícolas, além de uma capacidade de armazenagem de 21.000 toneladas de grãos, contribuindo significativamente para a logística e o suporte aos agricultores locais.

Além das já mencionadas merece destaque a Coparroz (Cooperativa Agroindustrial Rio Pardo), cooperativa que tem suas origens no município de Rio Pardo. Fundada em 1950, é uma referência no setor rizícola do Rio Grande do Sul, criada por 14 produtores locais, a cooperativa começou suas atividades com um engenho movido a vapor, sendo pioneira no beneficiamento de arroz em Rio Pardo. Atualmente, conta com 493 associados e apresenta uma impressionante infraestrutura, recebendo e secando 25.000 sacos de arroz por dia, armazenando até 1.000.000 de sacos a granel e beneficiando 360 fardos de 30 kg de arroz por hora.

A sede da cooperativa inicialmente estava localizada nas proximidades do Rio Pardo próximo a estação Férrea Central e a região central da cidade, ocupando uma expressiva área territorial. Com a evolução da área urbana da cidade nos últimos anos o pó gerado pelo beneficiamento dos grãos e a dificuldade de acesso às principais vias do município contribuíram para que a cooperativa construísse uma nova sede.

Figura 49 - Primeira sede da Coparroz



Fonte: Coparroz

Atualmente, o antigo prédio é utilizado como depósito e abriga uma pequena loja onde o arroz produzido pela cooperativa é comercializado no município. A maior parte da produção, no entanto, tem como principal destino a região Sudeste do Brasil.

Em comemoração aos seus 72 anos, a cooperativa inaugurou um moderno prédio administrativo em Rio Pardo, com 745 m², que abriga o setor administrativo e uma nova infraestrutura industrial. Tendo em vista sua atuação em diversos municípios da região como: Rio Pardo, Arroio dos Ratos, Butiá, Candelária, Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Santa Cruz do Sul, São Jerônimo, Venâncio Aires, Vera Cruz, Minas do Leão, Agudo, Vale Verde, Vale do Sol, Cachoeira do Sul, Taquari, Pantano Grande, Faxinal do Soturno e Passo do Sobrado, a Coparroz desempenha um papel crucial na economia local, fortalecendo a cadeia produtiva do arroz e promovendo desenvolvimento regional.

Figura 50 - Sede atual da Coparroz



Fonte: Coparroz

Merece destaque além das cooperativas mencionadas o Engenho de Arroz Líder do Sul, fundado em 1955 teve sua sede inicial na área central de Rio Pardo. Na imagem a seguir é possível observar um descampado na região com o prédio onde está localizado o Hospital Regional do Vale do Rio Pardo ao fundo.

Figura 51 - Engenho de Arroz Líder do Sul em Rio Pardo



Fonte: Líder do Sul.

Criado em 1955 como parte da Importadora e Exportadora de Cereais S/A, o Grupo Ibec expandiu seus negócios ao longo das décadas, abrangendo os setores de varejo e produção alimentícia. Além do Engenho Líder do Sul, o grupo opera 17 supermercados da marca Ibec, 11 atacados Desco e uma indústria de panificação Italianinho Alimentos, consolidando sua presença em diversas regiões do estado. O engenho desempenha um papel estratégico na economia de Rio Pardo. A empresa atende a todas as regiões do Brasil e está entre os 50 maiores beneficiadores de arroz do Rio Grande do Sul, segundo o ranking do IRGA.

Cabe ressaltar que, além das cooperativas mencionadas anteriormente, outras empresas ligadas ao setor agrário também contribuem significativamente para a economia do município. Entre elas, destaca-se a APROMILK (Associação dos Produtores de Leite do Passo da Areia), que fortalece a produção leiteira local, e a Cotrijal, recentemente instalada às margens da BR-471, cuja importância foi enfatizada pelo secretário durante sua entrevista.

O Secretário de Planejamento enfatizou:

A importância das cooperativas para a economia de Rio Pardo, destacando as transformações no setor agropecuário do município. “Houve uma redução significativa na criação de gado e, ao mesmo tempo, um aumento expressivo no cultivo de soja. As cooperativas desempenharam um papel crucial nesse processo. A Cotribá, que veio de Ibirubá, foi pioneira na região, fortalecendo a cadeia produtiva da soja e trazendo desenvolvimento para os produtores locais,” destacou.

Ele também mencionou a chegada da Cotrijal, uma das maiores cooperativas agropecuárias do Brasil, que assumiu as operações da antiga Abrisol. “A Cotrijal está instalada em Rio Pardo, consolidando ainda mais a relevância da soja para a economia do município. O impacto dessas cooperativas vai além da produção; elas geram empregos, movimentam o comércio e contribuem diretamente para o crescimento sustentável da nossa região,” acrescentou (Entrevista com o Secretário de Planejamento de Rio Pardo, 11 de março de 2024).

Rio Pardo, apesar de ser uma cidade de pequeno porte, desempenha um papel relevante dentro da rede urbana da sub-região intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado. Seu dinamismo econômico é limitado, com destaque para o setor agropecuário e um expressivo papel de cooperativas como Cotribá, Cotriel e Coparroz, que modernizam e fortalecem as cadeias produtivas, especialmente na rizicultura e na soja. O hospital regional, referência em saúde para a região, e a presença de instituições como o IRGA também reforçam sua centralidade institucional.

As cooperativas são fundamentais para a economia local, gerando empregos e incentivando inovações no campo. Além disso, empresas como o Engenho Líder do Sul e associações produtivas fortalecem o setor agrário. Assim, Rio Pardo se configura como uma cidade-dormitório e reservatório de força de trabalho, mas com contribuições estratégicas para o desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa, alguns conceitos foram fundamentais para compreender as relações existentes entre o espaço, os processos históricos e as dinâmicas socioeconômicas que moldam a cidade de Rio Pardo, merece destaque três conceitos iniciais que permitiram compreender a importância central: cidade, urbanização e rede urbana.

As cidades representam um espaço onde as dinâmicas humanas se manifestam em interações que estruturam o território e refletem a organização da sociedade em diferentes momentos históricos. No contexto brasileiro, as cidades assumem múltiplos papéis, desde centros de poder e inovação até núcleos de integração regional, conectando-se a uma diversidade de funções e escalas. Nessa perspectiva a compreensão das cidades deve considerar suas especificidades locais e suas conexões com sistemas mais amplos, reconhecendo-a como um espaço dinâmico em constante transformação.

A urbanização como um processo dinâmico e transformador, que reflete a concentração de pessoas, a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento da infraestrutura nas cidades. Mas, mais do que um fenômeno técnico, é uma expressão da vida em sociedade, marcada por mudanças contínuas e interações humanas, exigindo análises que considerem sua complexidade e impacto na organização do território. No Brasil, este fenômeno ocorreu de forma acelerada e desigual, refletindo as contradições de um país de vasto território e profundas desigualdades regionais. Nas pequenas cidades, a urbanização assume características próprias, revelando tanto as potencialidades quanto os desafios para o desenvolvimento socioeconômico.

E o conceito de rede urbana configurando-se como o conjunto de cidades interligadas por fluxos econômicos, culturais e sociais, estruturando o território e possibilitando a articulação entre diferentes escalas de desenvolvimento. No Brasil, a rede é marcada por desigualdades e hierarquias que refletem as dinâmicas históricas de ocupação e desenvolvimento do país. As pequenas cidades desempenham um papel fundamental nessa estrutura, atuando como elos que conectam áreas rurais a centros maiores e dinamizam as regiões em que estão inseridas. Compreender a rede urbana é essencial para analisar as interações espaciais e identificar estratégias que potencializam o desenvolvimento integrado e equilibrado do território.

Esses conceitos de cidade, urbanização e rede urbana são fundamentais para entender o papel das pequenas cidades no contexto do desenvolvimento regional.

Podendo se perceber que as pequenas cidades desempenham um papel crucial na rede urbana brasileira, sendo caracterizadas não apenas pelo tamanho de sua população, mas principalmente por sua centralidade e relevância regional. Contudo, como aponta a geógrafa Ângela Endlich (2006), o estudo dessas cidades ainda é negligenciado na Geografia Urbana, que tradicionalmente direciona seu foco para fenômenos de segregação, centralidade e fluxos urbanos relacionados às grandes metrópoles. Essa lacuna de interesse compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana, visto que as pequenas cidades são peças fundamentais para entender as dinâmicas socioespaciais, econômicas e territoriais que conectam diferentes regiões do país. Nesse cenário, o trabalho do grupo de pesquisa MIKRIPOLI é essencial, pois não apenas traz visibilidade a esses núcleos urbanos, mas também enaltece sua importância na rede urbana brasileira. Ao reunir pesquisadores de diversas áreas e promover estudos sobre a interação entre pequenas cidades, o campo e as regiões vizinhas, o grupo de pesquisas MIKRIPOLI contribui para uma visão mais abrangente e inclusiva da urbanização no Brasil. Assim, resgata-se uma parte significativa da realidade urbana brasileira, evidenciando o papel estratégico das pequenas cidades no desenvolvimento regional e na integração de diferentes espaços.

Sendo assim, foram definidos para esta pesquisa três objetivos específicos que buscam contribuir para o entendimento de um objetivo geral com a finalidade de analisar como ocorreram os processos de urbanização e de desenvolvimento socioeconômico na pequena cidade de Rio Pardo nos últimos trinta anos e as decorrentes relações espaciais que a cidade estabelece com a região. Com relação ao primeiro objetivo específico, que teve por finalidade examinar a origem e as principais etapas do processo de urbanização do município de Rio Pardo, as informações obtidas revelam que sua urbanização está ligada a seu papel histórico e estratégico na região. Fundada em um contexto de colonização e expansão territorial, Rio Pardo destacou-se como um ponto de apoio militar e administrativo no período colonial. Posteriormente, a cidade passou a desempenhar funções comerciais e agrícolas, o que impulsionou o desenvolvimento de sua infraestrutura urbana e de transporte. As etapas de urbanização evidenciam transformações socioeconômicas significativas, marcadas pelo crescimento demográfico em um primeiro momento, pela

consolidação de atividades econômicas relacionadas principalmente ao setor agropecuário e de serviços, a expansão urbana para além do seu núcleo de fundação e o papel central que a cidade desempenhou na integração regional ao longo do tempo.

O segundo objetivo buscou analisar os processos de desenvolvimento econômico e social municipal nos últimos trinta anos, o que pode-se observar que a economia de Rio Pardo passou por importantes transformações ao longo das últimas décadas, evidenciadas pelos dados de crescimento do PIB e do Valor Adicionado Bruto (VAB). Embora o município tenha diversificado suas atividades econômicas, a agropecuária continua a desempenhar papel central, especialmente com o avanço significativo da produção de soja, que consolidou sua relevância econômica e substituiu parcialmente atividades tradicionais, como a pecuária e a produção de arroz.

O setor agropecuário, liderado pela soja, tem sido impulsionado por investimentos em tecnologia e infraestrutura, além de cooperativas que fortalecem sua cadeia produtiva no município de Rio Pardo.

A indústria também apresentou crescimento nos últimos anos, com destaque para empresas alimentícias como Bistex, Superpan e Helfrig Meat Group, que geram empregos e contribuem para a economia local. Contudo, o setor enfrenta barreiras significativas, como limitações energéticas e altos índices de afastamentos por questões de saúde, que comprometem a atratividade e a expansão industrial.

O setor de serviços mostrou expressivo crescimento, refletindo a expansão do terciário como pilar econômico. Além disso, a administração pública apresentou aumento relevante de participação no VAB, evidenciando o fortalecimento de políticas públicas e serviços municipais.

Os principais desafios enfrentados atualmente pelo município estão relacionados à dificuldade de atrair investidores e à necessidade de atualizar legislações municipais, como o Plano Diretor, que já não atende às demandas das mudanças atuais. Além disso, a limitação energética, a dependência de setores específicos e a carência de uma maior integração regional como destacado pelo Secretário de Planejamento representam obstáculos significativos ao desenvolvimento municipal. Para o futuro, torna-se fundamental investir na diversificação econômica, no fortalecimento da base industrial e na consolidação de uma identidade turística e histórica, elementos essenciais para impulsionar Rio Pardo.

Além das questões econômicas analisadas neste objetivo é importante destacar as questões sociais relacionadas às dinâmicas demográficas de Rio Pardo que revelam desafios marcados principalmente pelo declínio populacional nas últimas décadas. Enquanto é possível observar através dos dados que a área rural enfrenta esvaziamento progressivo e o núcleo urbano se fortalece como centro de atração, especialmente em bairros com maior infraestrutura e investimento. A reorganização do espaço urbano, com o aumento de domicílios mesmo diante da queda populacional, reflete mudanças na composição familiar e na ocupação territorial. Paralelamente, o envelhecimento da população, com uma base jovem reduzida e um contingente expressivo de idosos, reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à retenção de jovens, inclusão social e fortalecimento da economia.

É importante estacar a necessidade de uma valorização do patrimônio cultural, como o Quilombo Rincão dos Negros, que pode ser um eixo estratégico para integrar identidade e desenvolvimento. Rio Pardo, portanto, precisa de planejamento integrado para equilibrar crescimento urbano, desenvolvimento rural e qualidade de vida para sua população com políticas de atração voltadas para crianças e adolescentes visando o futuro do município.

O terceiro objetivo específico buscou verificar como se apresentam as relações espaciais da cidade de Rio Pardo com a região, através dos fluxos de pessoas, de gestão territorial, empresarial e de gestão dos serviços públicos. O que pode se constatar que a economia de Rio Pardo reflete a posição estratégica do município na REGIC de Santa Cruz do Sul-Lajeado, com destaque para o setor agropecuário e a atuação de cooperativas que impulsionam o desenvolvimento local. Embora seja classificada como uma cidade-dormitório devido à sua limitada capacidade de geração de empregos e dinamismo econômico restrito, Rio Pardo desempenha um papel essencial como centro local, conectando áreas rurais a serviços e infraestrutura.

A presença de instituições como o Hospital Regional do Vale do Rio Pardo e sedes regionais de entidades como o IRGA fortalece a relevância do município na oferta de serviços de saúde e suporte ao setor agrícola. Além disso, cooperativas como Cotribá, Cotriel e Coparroz destacam-se pela modernização das atividades agropecuárias, principalmente na rizicultura e no cultivo de soja, gerando empregos e contribuindo para a economia regional.

Apesar dos desafios econômicos, como a dependência de setores específicos e a necessidade de diversificação produtiva, as interações regionais, facilitadas por

uma boa conectividade rodoviária, e o fortalecimento das cadeias produtivas agrícolas reforçam o potencial de Rio Pardo como um polo estratégico de integração econômica e social.

O método do materialismo histórico e dialético revelou-se plenamente adequado para os objetivos desta pesquisa. Sua base teórica, fundamentada na análise das relações sociais e econômicas em sua historicidade e contradições, permitiu uma compreensão aprofundada e crítica do objeto de estudo.

Por meio do materialismo histórico, foi possível contextualizar os fenômenos investigados em suas dimensões temporais e sociais, destacando os processos de transformação que os moldaram. Ao mesmo tempo, a abordagem dialética possibilitou a identificação e análise das contradições internas desses fenômenos, evidenciando os elementos de mudança e continuidade que os caracterizam.

Esse método foi essencial para transcender análises superficiais ou puramente descritivas, oferecendo uma perspectiva crítica que integra as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais. Assim, o uso do materialismo histórico e dialético não apenas orientou a construção do conhecimento ao longo da pesquisa, mas também confirmou sua relevância e suficiência enquanto ferramenta teórico-metodológica para interpretar a realidade de maneira crítica e transformadora.

Cabe ressaltar a importância das entrevistas para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. As entrevistas com o Secretário de Planejamento, o Presidente da ACIS, o engenheiro civil e a corretora de imóveis trouxeram contribuições valiosas para a compreensão dos desafios e das possibilidades de desenvolvimento urbano de Rio Pardo. O Secretário de Planejamento destacou as falhas na organização da expansão urbana, com a falta de regulamentação e de áreas legalizadas, além da escassez de atrativos para manter a população jovem na cidade. O Presidente da ACIS, por sua vez, abordou o crescimento do mercado imobiliário, com a valorização dos imóveis e o impacto dessa valorização no comércio local, principalmente devido ao aumento dos aluguéis comerciais. O engenheiro civil fez uma crítica à estagnação da cidade, atribuindo a falta de investimentos e políticas públicas eficientes à decadência do município desde os anos 2000. Já a corretora de imóveis, embora reconhecendo algumas melhorias pontuais, como a pavimentação central e a revitalização de praças, enfatizou a ausência de um planejamento urbano estratégico e de políticas de sustentabilidade, o que compromete o potencial de crescimento e atratividade da cidade.

Destaco o desejo de ter ampliado o número de entrevistas, especialmente com pessoas diretamente relacionadas à preservação e valorização do patrimônio histórico de Rio Pardo. Acredito que essas vozes poderiam ter proporcionado um olhar ainda mais profundo sobre os desafios e oportunidades para o desenvolvimento urbano da cidade, especialmente no que tange à integração entre o planejamento urbano e a conservação histórica.

Além disso, algumas dificuldades foram enfrentadas no acesso a dados oficiais junto à prefeitura, o que limitou parte da análise. Grande parte das informações utilizadas na pesquisa foi obtida por meio de veículos de comunicação locais, que, apesar de essenciais para o desenvolvimento do estudo, não substituem a importância de dados institucionais mais detalhados e sistematizados. Essa limitação reforça a necessidade de maior transparência e acessibilidade por parte do poder público no que diz respeito às informações urbanísticas e patrimoniais.

O estudo de cidades pequenas com origem histórica é fundamental para compreender as dinâmicas de urbanização que, embora ocorram em menor escala do que nas grandes metrópoles, apresentam particularidades significativas. Essas cidades, muitas vezes marcadas por um legado arquitetônico, cultural e histórico, enfrentam desafios específicos na tentativa de equilibrar o desenvolvimento urbano recente com a preservação de sua identidade.

O processo de urbanização recente em cidades históricas frequentemente resulta de pressões demográficas, econômicas e sociais que impulsionam transformações na ocupação do solo e na infraestrutura urbana. No entanto, a expansão desordenada e a falta de planejamento estratégico podem comprometer tanto o patrimônio histórico quanto os valores culturais que fazem parte da memória coletiva local. Nesse contexto, é essencial refletir sobre os impactos das mudanças urbanas para evitar que o crescimento comprometa a autenticidade e a atratividade dessas localidades.

Um dos maiores desafios enfrentados por essas cidades é a preservação da memória local, que reside não apenas nos monumentos históricos e nas edificações de valor arquitetônico, mas também nas tradições, narrativas e práticas sociais que conferem identidade ao espaço. A negligência ou destruição do patrimônio histórico, seja por falta de políticas públicas, descaso da sociedade ou interesses econômicos, representa uma perda irreparável, pois desconecta a população de suas raízes culturais.

Assim, o estudo das pequenas cidades históricas e de seus processos de urbanização recente não é apenas uma forma de registrar mudanças físicas e sociais, mas também de identificar caminhos que integrem memória e modernidade. É por meio dessa análise que se torna possível propor políticas e ações que valorizem o patrimônio, fortaleçam a identidade local e promovam um crescimento urbano mais equilibrado e sustentável.

A ação do poder público desempenhou um papel crucial na criação, nas transformações e no desenvolvimento de Rio Pardo ao longo de sua história, em diferentes instâncias governamentais: imperial, provincial, estadual e federal. Desde sua fundação, o Estado esteve presente na definição de seu papel estratégico, seja como ponto de defesa durante o período colonial, seja como centro administrativo e comercial durante o Império. No período provincial, políticas públicas influenciaram diretamente o desenvolvimento urbano e econômico, moldando a cidade como uma referência regional. Já nas esferas estadual e federal, investimentos, ou a ausência deles, determinaram os rumos do crescimento de Rio Pardo, evidenciando tanto avanços pontuais quanto lacunas estruturais que persistem até os dias de hoje. Essa interação entre as ações do Estado e as necessidades locais é essencial para compreender os desafios enfrentados pela cidade e as possibilidades para seu futuro.

Essas conclusões contribuem significativamente para a compreensão do objetivo geral do trabalho, pois permitem conectar os processos históricos e recentes de urbanização e desenvolvimento socioeconômico de Rio Pardo com as relações espaciais que a cidade estabelece com a região.

É evidente que o município de Rio Pardo enfrenta desafios profundos, cuja origem remonta a uma série de fatores interligados que contribuíram para sua estagnação. A falta de um planejamento urbano estruturado e a ausência de políticas públicas consistentes são aspectos centrais desse quadro, impedindo um crescimento econômico e a atração de investimentos. A dependência excessiva de setores específicos, como a agropecuária, sem uma diversificação significativa da economia, também limita as oportunidades de desenvolvimento. Além disso, o envelhecimento populacional e a escassez de iniciativas voltadas para a juventude dificultam a retenção de jovens na cidade. O futuro de Rio Pardo, portanto, passa pela necessidade urgente de um reequilíbrio entre o desenvolvimento urbano, a melhoria das condições de infraestrutura e a diversificação econômica. Uma das possibilidades para impulsionar esse crescimento é investir nos atrativos turísticos e históricos do

município, com o objetivo de integrá-lo a uma rota turística regional. A valorização de seu patrimônio cultural e natural pode não apenas atrair turistas, mas também gerar novas oportunidades de emprego, renda e negócios. Ao focar no turismo como um motor de desenvolvimento, Rio Pardo pode criar novos atrativos para jovens, investidores e empreendedores, restaurando seu papel central na região e promovendo um futuro mais próspero para seus habitantes.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina. **Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker, Rio Grande do Sul - 1868-1898**. 1976. 219f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.1976.tde-27012023-163055>. Acesso em: 02 mar. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Proposição 67/2024**. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/Diario/Proposicoes/PROP67.HTM>. Acesso em: 28 set. 2024.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. O Rio Grande de São Pedro sob o olhar de um português: Domingos José Marques Fernandes (1804). *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, supl., p. S209-S220, nov. 2012. Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul - 1809.

_____. O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil: o oeste como direção. **Estudos Históricos – CDHRP**, n. 2, 2009. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/edicion_2/vera_maciel.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

_____. O Rio Grande de São Pedro sobre o olhar de um português: Domingos José Marques Fernandes (1804). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 38, n. supl., 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2012.s.12468>. Acesso em: 10 maio 2024.

BASTOS, José. CASARIL, Carlos. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, v.31, n.62, 2016. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2016v31n62p271>. Acesso em: 29 out. 2024.

BECKER, Klaus (Org.). **O Rio Grande Antigo**. V.1. 2 ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora Enciclopédia Rio-Grandense, 1968.

BENTO, C.M.; GIORGIS, L.E.C. **Escolas militares de Rio Pardo 1859-1911**. Porto Alegre: Genesis, 2005. Disponível em: <https://ahimtb.org.br/Escolas%20Militares%20de%20Rio%20Pardo.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2024.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora UNIJUI, Associação de Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, 1997.

BRASIL. **Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001**. Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, institui o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 9 Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, Nº 30, p. 05-12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871> Acesso em: 29 nov. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede urbana**. 3 Ed. São Paulo: Ática, 1989.

CORREIO DO POVO. Incêndio atinge prédio histórico da Estação Férrea de Rio Pardo. **Correio do Povo**, 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/inc%C3%AAndio-atinge-pr%C3%A9dio-hist%C3%B3rico-da-esta%C3%A7%C3%A3o-f%C3%A9rrea-de-rio-pardo-1.411262>. Acesso em: 29 out. 2024.

COPARROZ. **Sobre nós**. Disponível em: <https://coparroz.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

COSTA, H.H.F.G.; LOUZADO, E.A. Centro Histórico de Rio Pardo: lembranças esquecidas ou esquecidas lembranças? **Ágora**, v.17, n.2, p. 42-51, jul./dez. 2015.

COTRIBÁ. **Unidade Rio Pardo**. Disponível em: <https://cotriba.com.br/unidade/unidade-rio-pardo/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

COTRIEL. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.cotriel.com.br/Home>. Acesso em: 29 nov. 2024.

DEEDADOS. **Departamento de Dados Estatísticos do Rio Grande do Sul**. Fonte de dados: PIB Municipal. Disponível em: <http://feedados.fee.tcche.br/feedados/#!pesquisa=0>. Acesso em: 28 nov. 2022.

DUMINIENSE. Antunes Paranhos. **Rio Pardo: Cidade-monumento**. Porto Alegre: Livraria O Globo, 1946.

ENDLICH, A.M. A relevância das pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento regional (e vice-versa). In: MANFIO, V; BENADUCE, G. M. C. (Orgs.). **A geografia das pequenas cidades**: estudos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Libroe, 2021.

_____. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, M. C. COSTA, F. R. (Orgs.). **Estudos Urbanos**. Campo Mourão: Editora Unespar, 2017. Disponível em: <https://campomourao.unespar.edu.br/editora/documentos/estudos-urbanos.pdf> . Acesso em: 29 nov. 2024.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. Presidente Prudente. 2006.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Estação Rio Pardo**. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/riopardo.htm. Acesso em: 28 de set. 2024.

FACCIN, Carolina Rezende. Rede urbana da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado, 2020. **Mapa Rede urbana da Regint de Santa Cruz do Sul-Lajeado 2018**.

FACCIN, C. R.; GIACOMETTI, N. B.; SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B. A Rede Urbana da Região dos Vales – RS: o papel das cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v.9, n. 1, p. 03-20, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/13312> Acesso em: 28 set. 2024.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte**. Santiago, Chile: RIMISP, 2006.

FRESCA, Tânia Maria. **Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias**. Londrina, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273619430006.pdf> Acesso em: 29 nov. 2024.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. **Geografia (Londrina)**, v. 10, n. 1, p. 27–34, 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10212>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FURINI, Luciano Antônio. **Os agentes urbanos: conceitos e características principais**. Revista Geografia e Pesquisa, UNESP, v. 8, no 1, p. 15-24, 2014. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalsystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/180>. Acesso em: 06.11.2021

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações Ferroviárias do Brasil**. 2019. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/ramiz.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.

GODOI, Cintia Neves; DEUS, João Batista de. A urbanização do Brasil as diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, v. 10, n. 30, p.128-141, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16035/9036>. Acesso em: 02 jan. 2024.

HEREDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v.10, n.94, 2001. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm> Acesso em: 02 jan. 2024.

HORTENCIO, Leonardo Marques; DA LUZ, Maturino Santos. **A influência da imigração portuguesa na criação das freguesias no século XVIII no Rio Grande do Sul: o caso de Rio Pardo.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. Disponível em: <https://anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT5-1108-1048-20110107001857.pdf> Acesso em: 13 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.** Disponível: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00> Acesso em: 15 out. 2022.

_____. **Censo Demográfico 2022.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 22 nov. 2024.

_____. **Biblioteca.** Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31468&view=detalhes>. Acesso em: 12 de jun. 2024.

_____. **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPHAÉ). **Rio Pardo, Igreja Nossa Senhora do Rosário.** Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/rio-pardo-igreja-matriz-nossa-senhora-do-rosario/#!/map=38329&loc=-29.9828362070245,-52.34305143356323,14>. Acesso em: 29 de Setembro. 202.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 28 de Setembro. 2024.

_____. **Inventário das Estações 1874-1959.** Brasília: IPHAN, 2002.

_____. **Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010.** Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria%20de%202010_12_21%20-%20No%20407%20\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria%20de%202010_12_21%20-%20No%20407%20(1).pdf). Acesso em: 29 out. 2024.

JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira. **Evolução da população do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000. Disponível em: https://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_6_jardim.pdf . Acesso em: 06 jun. 2024

JASKULSKI, Ana Luiza. **Rio Grande de São Pedro – história do Rio Grande do Sul.** [s.d.]. Disponível em: <https://historia-do-rio-grande-do-sul.webnode.page/sobre-a-professora/>. Acesso em: 12 jun. 2024

LAYTANO, Dante de. **Guia Histórico de Rio Pardo.** Porto Alegre: AGE - Assessoria Gráfica e Editorial Ltda., 1979.

LÍDER DO SUL. **Nossa história**. [s.d.]. Disponível em: <https://liderdosul.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

LIMA, Alcides. **História Popular do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Clube 20 de Setembro, 1882.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Arquitetura no Brasil de Araújo Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1984.

MACHADO, Brenda. **Mapa Número de domicílios Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul, 2024.

MACHADO, Brenda. **Mapa Número de pessoas de Rio Pardo entre 1991 a 2022**. Santa Cruz do Sul, 2024.

MACHADO, Brenda; SEIBERT, Cheila. **Mapa Fluxos pendulares para trabalho e estudo na região dos vales do Rio pardo e Taquari-RS – 2010**. Santa Cruz do Sul, 2022.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEISTER, Renata. **E assim nasceu Rio Pardo**. Prefeitura Municipal de Rio Pardo. Rio Pardo, RS, 2017. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1171/historia-do-municipio-de-rio-pardo>. Acesso em: 20 out. 2021.

MELLO, Aline Alegria. **Educação Patrimonial: um pensar pedagógico sobre a História de Rio Pardo**. Erechim: Gráfica Garten Ltda, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. O que é o Urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006

MOREIRA, Igor. **O espaço Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MOREIRA, João Carlos. SENE, Eustáquio de. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 1995.

OBSERVADR. **Vale do Rio Pardo**. [s.d.]. Disponível em: <https://observadr.org.br/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PEREIRA, Raquel. Formação socioespacial do Brasil Meridional: gênese e evolução. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 13, 2002, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, 2002.

PORTAL ARAUTO: Estado assina contrato com a nova administração do Hospital Regional do Vale do Rio Pardo. **Portal Arauto**, 13 de março de 2024. Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/20-03-2023/estado-assina-contrato->

com-a-nova-administracao-do-hospital-regional-do-vale-do-rio-pardo/ . Acesso em: 29 nov. 2024.

PORTAL GAZ. Dnit aguarda projeto para recuperar edificações da antiga estação férrea de Rio Pardo. **Portal Gaz**, 14 de janeiro de 2024. Santa Cruz do Sul, Disponível em: <https://www.gaz.com.br/dnit-aguarda-projeto-para-recuperar-edificacoes-da-antiga-estacao-ferrea-em-rio-pardo/#:~:text=No%20final%20de%202021%2C%20o,edifica%C3%A7%C3%A3o%20e%20do%20armaz%C3%A9m%20anexo> . Acesso em: 29 out. 2024.

_____. Hospital Regional completa dez anos como referência. **Portal Gaz**, 06 de fevereiro de 2024. Santa Cruz do Sul, Disponível em: <https://www.gaz.com.br/hospital-regional-completa-dez-anos-como-referencia/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

_____. O museu que guarda a história e a fé de Rio Pardo. **Portal Gaz**, 04 de Agosto de 2021. Santa Cruz do Sul, Disponível em: <https://www.gaz.com.br/video-o-museu-que-guarda-a-memoria-e-a-fe-de-rio-pardo/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

_____. Reforma histórica: camadas que revisitam o passado do Clube Literário de Rio Pardo. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 20 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/reforma-historica-camadas-que-revisitam-o-passado-do-clube-literario-de-rio-pardo/> . Acesso em: 14 set. 2024.

_____. Tribunal de Justiça indefere o pedido para suspender obras no centro de Rio Pardo. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 25 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/tribunal-de-justica-indefere-o-pedido-para-suspender-obras-no-centro-de-rio-pardo/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

PORTAL RÁDIO SANTA CRUZ. Justiça manda suspender construção de “Rua Coberta” em Rio Pardo. Rádio Santa Cruz, Santa Cruz do Sul, 02 de setembro de 2024. Disponível em: <https://portalradiosantacruz.com.br/justica-manda-suspender-construcao-de-rua-coberta-em-rio-pardo/> . Acesso em: 15 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO. **Igreja São Francisco de Assis**. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/turismo/0/9/1302/igreja-sao-francisco-de-assis>. Acesso em: 21 out. 2024.

_____. **Lei Municipal no 1.494, de 10 de outubro de 2006**. Disponível em: https://www.riopardo.instarbr.com.br/publicos/30_2006__lei_n_1494__parcelamento_do_solo_urbano.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. **Plano Diretor de Rio Pardo**, 2006. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/plano-diretor>. Acesso em: 20 de out. 2024.

_____. **Plano Diretor de Rio Pardo**. Mapa Centro Histórico, 2016. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/plano-diretor>. Acesso em: 20 de out. 2024.

_____. **Plano Diretor de Rio Pardo.** Mapa Urbano Bairros, 2006. Disponível em: https://www.riopardo.rs.gov.br/arquivos/5-5_mapa_urbano_bairros_13031504.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

_____. **Ponte do Couto 2017.** Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/2010/visitando-rio-pardo--ponte-do-couto>. Acesso em: 15 ago. 2024.

_____. **Quilombo Rincão dos Negros.** 2018. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1256/Quilombo-Rincao-dos-Negros-e-Homenageado-Pela-Secretaria-Municipal-de-Educacao-de-Rio-Pardo>. Acesso em: 21 nov. 2024.

_____. **Rua da Ladeira - Primeira Rua Calçada do Estado.** 2017. Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/turismo/0/9/1298/rua-da-ladeira---primeira-rua-calcada-do-estado>. Acesso em: 15 ago. 2024.

_____. **Planta Urbana de Rio Pardo 1986.** Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Rio Pardo, 1986.

_____. **Dados do município de Rio Pardo.** Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/servicos/1003/dados-d-municipio/>. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. **Centro Regional de Cultura.** Disponível em: <https://www.riopardo.rs.gov.br/portal/turismo/0/9/2022/centro-regional-de-cultura>. Acesso em: 08 ago. 2022.

POSSAMAI, Paulo. **A fundação da Colônia do Sacramento.** *MNEME Revista de Humanidades*, v.5, n.12, p. 32-59, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/download/254/232/661>. Acesso em: 02 jan. 2024.

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n. 19, p. 79-104, julho de 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000100004>. Acesso em: 04 maio 2024.

REDESCOBRINDO RIO PARDO. **Estação Férrea em Rio Pardo.** Disponível em: <https://redescobrindoriopardo.blogspot.com/2018/08/estacao-ferrea-em-rio-pardo.html>. Acesso em: 18 out. 2024.

REZENDE, Marina de Quadros. **Rio Pardo: Histórias, Recordações e Lendas.** 3.ed. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul.** Ocupação do território. Processo de ocupação do território – RS. SEPLAG/DEPLAN, 2020. Mapa Processo de Ocupação do território do Rio Grande do Sul.

_____. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. SEPLAG/DEPLAN, 2020. Mapa Evolução administrativa RS 1860.

_____. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEPLAG/DEPLAN, 2020. Mapa Taxa de Urbanização 2010 - RS.

_____. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEPLAG/DEPLAN, 2014. Mapa Divisão Municipal 2013.

_____. **Lei Ordinária nº 12.003**, de 12 de novembro de 2003. Declara integrante do patrimônio cultural do Estado a área histórica da cidade de Rio Pardo. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 12 nov. 2003.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2024.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Espaço e sociedade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, 1963.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n.54, ed.esp. “Sobre Teoria e Método”, junho/1977. Disponível em: https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo_MiltonSantos_1977.pdf. Acesso em: 07 jan. 2024

SANTOS, Milton. ARROYO, Monica. Globalização, regionalização: a proposta do MERCOSUL. In: **Industria e globalização da Economia** (Caderno Técnico 24). Brasília: Sesi/DN, 1997.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. **Rio Pardo: evolução urbana e patrimônio arquitetônico urbanístico**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. **Transformações na organização espacial do município de Rio Pardo - RS**. Universidade de Santa Maria. Santa Maria. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9308>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI—a história de um livro. **Acta Geográfica**, ed.esp. “Cidades na Amazônia Brasileira”, 2011. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/556>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SILVEIRA, R.L.L. Coesão territorial, policentrismo e redes urbanas regionais: Impressões sobre as políticas recentes de ordenamento territorial e desenvolvimento regional em Portugal. *In*: SILVEIRA, R.L.L.; DEPONTI, C.M. (Orgs.).

Desenvolvimento Regional: Processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020. p. 293-342.

_____. Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo - RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos de Rio Pardo. **Redes**, v. 13, n. 2, p. 104 - 128, mai/ago. 2008.

SILVEIRA, R. L. L *et al.* Policentrismo, Áreas Urbanas Funcionais (FUAs) e Dinâmica Territorial: Um estudo exploratório desde a região do Vale do Rio Pardo - RS - Brasil. **Redes**, v. 22, n. 1, p. 184-217, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v22i1.8641>. Acesso em: 11 set. 2021.

SILVEIRA, R.L.L.; FACCIN, C.R.; DETONI, L.P. Pequenas cidades, rede urbana e desenvolvimento regional na Região Intermediária de Santa Cruz do Sul-Lajeado. *In*: FERNANDES, P.H.C. *et al.* (Orgs.). **Reflexões geográficas sobre as pequenas cidades brasileiras**. 1.ed. Maringá, PR: Perfil Editora, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381768519_Pequenas_cidades_rede_urbana_e_desenvolvimento_regional_na_Regiao_Intermediaria_de_Santa_Cruz_do_Sul-Lajeado. Acesso em: 28 nov.2024.

SILVEIRA, R. L. L. *et al.* Cidades pequenas, rede urbana e desenvolvimento regional na região dos Vales - RS. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 40, p. 90-122, 2022.

SOLAR DO ALMIRANTE. **O resgate da nossa história**. Rio Pardo [s.d]. Disponível em: <https://www.solardoalmirante.com.br/aasa.html>. Acesso em: 07 out. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1963.

SPOSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p.111-130.

VIEIRA, A.B.; ROMA, C.M.; MYAZAKI, V.K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n. 29, p. 135-156, 2007.

VOGT, Olgário. ROMERO, Maria R. **Uma luz na história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos**: Cultura, arte e memória. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2010.

ZERO HORA. Fábricas de pães em Rio Pardo e Viamão serão ampliadas em R\$65 milhões. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2017/07/giane-guerra-fabricas-de-paes-em-rio-pardo-e-viamao-serao-ampliadas-com-r-65-milhoes-cj5wr3ygb214lxbj07qr9by36.html> . Acesso em: 17 nov. 2024.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Entrevistado 01: Secretário Municipal de Planejamento de Rio Pardo. Entrevista realizada no dia 11 de março de 2024;

Roteiro de perguntas:

- 0- É natural de, há quanto tempo você reside na cidade?
- 1- Como avalia o desenvolvimento do município e da cidade? Quais são os principais problemas, desafios e potencialidades?
- 2- Como percebe a centralidade e a importância da cidade de Rio Pardo para a região e para o desenvolvimento regional? Através de que processos ou dinâmicas essa centralidade se manifesta?
- 3- Como se apresenta as relações econômicas da cidade com as demais cidades da região? De onde vem os principais insumos, matéria-prima que as empresas do município necessitam para o seu desenvolvimento?
- 4- Como caracteriza a economia urbana da cidade? Quais são os principais setores econômicos ou ramos empresariais da economia local em termos de arrecadação e geração de impostos, e em termos de geração de empregos?
- 5- E em relação à oferta de emprego e à demanda por mão de obra, como elas se apresentam? Há demanda não atendida por trabalhadores em algum ramo específico? Há fluxos de trabalhadores que trabalham na cidade, mas que residem em outros municípios? Há fluxos de residentes locais para trabalhar em outras cidades?
- 6- Quais são as principais empresas que atuam na cidade? Dessas, quais são de capital local e que possuem filiais em outros municípios?
- 7- Há alguma política pública municipal de atração de empresas de fora ou de incentivo ao desenvolvimento econômico local? Qual o objetivo? Quais são os setores (prioritários) atendidos pela política? Quais têm sido os resultados?
- 8- Quais são hoje os principais produtos exportados e quais empresas lideram a pauta de exportação do município?
- 9- Como se apresenta o setor de serviços de apoio à atividade econômica industrial e agroindustrial e à exportação? Quais serviços se destacam? Há carências de determinados serviços especializados? Onde as empresas locais buscam esses serviços?
- 10- Quais os reflexos para a urbanização da cidade do processo recente de desenvolvimento econômico do município?

Entrevistado 02: Engenheiro da Prefeitura Municipal de Rio Pardo, Entrevista realizada em 11 de março de 2024;

Roteiro de perguntas:

- 0- É natural de, há quanto tempo você reside na cidade?
- 1- Como avalia o desenvolvimento do município e da cidade? Quais são os principais problemas, desafios e potencialidades?
- 2- Como percebe a centralidade e a importância da cidade de Rio Pardo para a região e para o desenvolvimento regional? Através de que processos ou dinâmicas essa centralidade se manifesta?
- 3- Como se apresenta as relações econômicas da cidade com as demais cidades da região? De onde vem os principais insumos, matéria-prima que as empresas do município necessitam para o seu desenvolvimento?
- 4- Como caracteriza a economia urbana da cidade? Quais são os principais setores econômicos ou ramos empresariais da economia local em termos de arrecadação e geração de impostos, e em termos de geração de empregos?
- 5- E em relação à oferta de emprego e à demanda por mão de obra, como elas se apresentam? Há demanda não atendida por trabalhadores em algum ramo específico? Há fluxos de trabalhadores que trabalham na cidade, mas que residem em outros municípios? Há fluxos de residentes locais para trabalhar em outras cidades?
- 6- Quais são as principais empresas que atuam na cidade? Dessas, quais são de capital local e que possuem filiais em outros municípios?
- 7- Há alguma política pública municipal de atração de empresas de fora ou de incentivo ao desenvolvimento econômico local? Qual o objetivo? Quais são os setores (prioritários) atendidos pela política? Quais têm sido os resultados?
- 8- Quais são hoje os principais produtos exportados e quais empresas lideram a pauta de exportação do município?
- 9- Como se apresenta o setor de serviços de apoio à atividade econômica industrial e agroindustrial e à exportação? Quais serviços se destacam? Há carências de determinados serviços especializados? Onde as empresas locais buscam esses serviços?
- 10- Quais os reflexos para a urbanização da cidade do processo recente de desenvolvimento econômico do município?

Entrevistado 03: Empresário local e Presidente da Associação Comercial e Industrial de Rio Pardo. Entrevista realizada no dia 11 de março de 2024;

Roteiro de perguntas:

- 0- É natural de, há quanto tempo você reside na cidade?
- 1- Qual é/são a(as) área(s) de atuação e de abrangência territorial da Associação?
- 2- Como avalia o desenvolvimento da região, do município e da cidade? Quais são os principais problemas, desafios e potencialidades?
- 3- Como percebe a centralidade e a importância da cidade de Rio Pardo para o desenvolvimento regional? Através de que processos ou dinâmicas essa centralidade se manifesta?
- 4- Como caracteriza a economia urbana da cidade? Quais são os principais setores econômicos ou ramos empresariais da economia local em termos de arrecadação e geração de impostos, e em termos de geração de empregos?
- 5- Como se apresenta a estrutura comercial e de serviços da cidade? Como se apresenta o setor de serviços de apoio à atividade econômica industrial e agroindustrial e à exportação? Quais serviços se destacam?
- 6- Há carências de determinados serviços especializados? Onde as empresas locais buscam esses serviços?
- 7- Como se apresenta as relações econômicas da cidade com as demais cidades da região? Qual o local de procedência dos consumidores do mercado local? De onde vem os insumos, matéria-prima que as empresas do município necessitam para o seu desenvolvimento?
- 8- E em relação à oferta de emprego e à demanda pela mão de obra, como elas se apresentam? Há demanda não atendida por trabalhadores em algum ramo específico? Há fluxos de trabalhadores que trabalham na cidade, mas que residem em outros municípios? Há fluxos de residentes locais para trabalhar em outras cidades?
- 09- De um modo geral, como se caracterizam as empresas que atuam na cidade? Quais são as principais empresas que mais empregam, que mais exportam seus produtos? Dessas, quais são de capital local e que possuem filiais em outros municípios?
- 10- Quais os reflexos para a urbanização da cidade do processo recente de desenvolvimento econômico do município?

Entrevistado 04: Corretora de Imóveis em Imobiliária da cidade de Rio Pardo,.
Entrevista realizada em 25 de outubro de 2024;
Roteiro de perguntas:

0 - É natural de, há quanto tempo você reside na cidade?

1. Como você descreveria as principais transformações urbanas que ocorreram em Rio Pardo nos últimos anos?
2. Quais áreas da cidade mais se beneficiaram com essas mudanças? Houve algum tipo de revitalização ou crescimento específico?
3. Você notou uma mudança no perfil dos compradores e moradores da cidade nos últimos anos?
4. Como a infraestrutura da cidade, como estradas, escolas e hospitais, tem acompanhado o desenvolvimento imobiliário?
5. Houve algum projeto urbano ou investimento público que você considera ter impactado significativamente o mercado imobiliário da cidade?
6. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pela cidade em termos de planejamento urbano para os próximos anos?
7. Você acredita que o crescimento imobiliário em Rio Pardo está sendo feito de maneira sustentável? Quais são as suas principais preocupações nesse aspecto?
8. Como se projeta o mercado imobiliário dada a dinâmica econômica do município e da região?
9. Os fluxos de investimentos na compra de imóveis são de caráter local? Saberia mencionar de onde vêm esses recursos?

APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Senhor (a) Claudinei Teixeira Rocha,

Eu, Camila Melo Menezes aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, estou desenvolvendo o projeto de pesquisa “URBANIZAÇÃO, DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E RELAÇÕES REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO-RS” sob a orientação do professor Rogério Leandro Lima da Silveira, e-mail: rlls@unisc.br e telefone para contato: 51-98112930.

Este trabalho tem como objetivo alisar como ocorreram os processos de urbanização e de desenvolvimento socioeconômico na pequena cidade de Rio Pardo nos últimos trinta anos e as decorrentes relações espaciais que a cidade estabelece com a região.

Como uma das etapas desta pesquisa, há a realização de entrevistas para levantamento de informações. As entrevistas a serem realizadas, caso haja a concordância dos entrevistados, serão gravadas e os dados serão utilizados de forma **totalmente confidencial**, ou seja, em **nenhum momento os entrevistados serão identificados**.

Pelo presente Termo de Consentimento, o entrevistado declara que autoriza a sua participação neste projeto de pesquisa, pois foi informado, de forma clara e detalhado, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa da pesquisa.

Declara que foi, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo de ordem alguma;
- da garantia de que não será identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a sua vontade em continuar participando;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa dentro das condições informadas, o entrevistado assina este termo, que também será mantida de forma **confidencial**, somente em poder do pesquisador responsável, e para o controle das entrevistas realizadas.

O presente termo foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou voluntário da pesquisa, ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Desde já agradecemos pela atenção e participação.

Data: 11 de Março de 2024.

Nome do entrevistador: Camila Melo Menezes

E-mail: cmenezes@unisc.br

Telefone: 51-999790194

Assinatura:



Documento assinado digitalmente

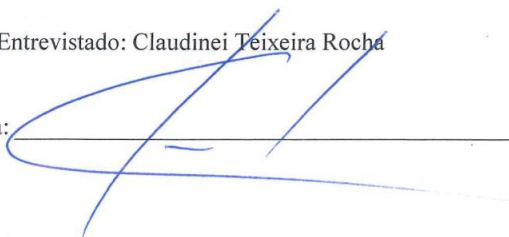
CAMILA MELO MENEZES

Data: 13/01/2025 11:10:54-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Nome do Entrevistado: Claudinei Teixeira Rocha

Assinatura:

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "CTR".



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Senhor (a) Luiz Elcides Cardoso da Silva,

Eu, Camila Melo Menezes aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, estou desenvolvendo o projeto de pesquisa “URBANIZAÇÃO, DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E RELAÇÕES REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO-RS ” sob a orientação do professor Rogério Leandro Lima da Silveira, e-mail: rlls@unisc.br e telefone para contato: 51-98112930.

Este trabalho tem como objetivo alisar como ocorreram os processos de urbanização e de desenvolvimento socioeconômico na pequena cidade de Rio Pardo nos últimos trinta anos e as decorrentes relações espaciais que a cidade estabelece com a região.

Como uma das etapas desta pesquisa, há a realização de entrevistas para levantamento de informações. As entrevistas a serem realizadas, caso haja a concordância dos entrevistados, serão gravadas e os dados serão utilizados de forma **totalmente confidencial**, ou seja, em **nenhum momento os entrevistados serão identificados**.

Pelo presente Termo de Consentimento, o entrevistado declara que autoriza a sua participação neste projeto de pesquisa, pois foi informado, de forma clara e detalhado, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa da pesquisa.

Declara que foi, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo de ordem alguma;
- da garantia de que não será identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a sua vontade em continuar participando;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa dentro das condições informadas, o entrevistado assina este termo, que também será mantida de forma **confidencial**, somente em poder do pesquisador responsável, e para o controle das entrevistas realizadas.

O presente termo foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou voluntário da pesquisa, ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Desde já agradecemos pela atenção e participação.

Data: 11 de Março de 2024.

Nome do entrevistador: Camila Melo Menezes

E-mail: cmenezes@unisc.br

Telefone: 51-999790194

Assinatura:  Documento assinado digitalmente
CAMILA MELO MENEZES
Data: 13/01/2025 11:13:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome do Entrevistado: Luiz Elcides Cardoso da Silva

Assinatura:  Documento assinado digitalmente
LUIZ ELCIDES CARDOSO DA SILVA
Data: 13/01/2025 11:51:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Senhor (a) Bianca Quoos,

Eu, Camila Melo Menezes aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, estou desenvolvendo o projeto de pesquisa “URBANIZAÇÃO, DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E RELAÇÕES REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO-RS ” sob a orientação do professor Rogério Leandro Lima da Silveira, e-mail: rlls@unisc.br e telefone para contato: 51-98112930.

Este trabalho tem como objetivo alisar como ocorreram os processos de urbanização e de desenvolvimento socioeconômico na pequena cidade de Rio Pardo nos últimos trinta anos e as decorrentes relações espaciais que a cidade estabelece com a região.

Como uma das etapas desta pesquisa, há a realização de entrevistas para levantamento de informações. As entrevistas a serem realizadas, caso haja a concordância dos entrevistados, serão gravadas e os dados serão utilizados de forma **totalmente confidencial**, ou seja, em **nenhum momento os entrevistados serão identificados**.

Pelo presente Termo de Consentimento, o entrevistado declara que autoriza a sua participação neste projeto de pesquisa, pois foi informado, de forma clara e detalhado, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa da pesquisa.

Declara que foi, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo de ordem alguma;
- da garantia de que não será identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a sua vontade em continuar participando;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa dentro das condições informadas, o entrevistado assina este termo, que também será mantida de forma **confidencial**, somente em poder do pesquisador responsável, e para o controle das entrevistas realizadas.

O presente termo foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou voluntário da pesquisa, ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Desde já agradecemos pela atenção e participação.

Data: 11 de Março de 2024.

Nome do entrevistador: Camila Melo Menezes

E-mail: cmenezes@unisc.br

Telefone: 51-999790194

Assinatura:  Documento assinado digitalmente
CAMILA MELO MENEZES
Data: 13/01/2025 10:51:33-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Nome do Entrevistado: Bianca Quoos

Assinatura:  Documento assinado digitalmente
BIANCA CATHERINE DA CRUZ QUOOS
Data: 13/01/2025 10:59:17-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Senhor (a) Mauricio Günther,

Eu, Camila Melo Menezes aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, estou desenvolvendo o projeto de pesquisa “URBANIZAÇÃO, DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E RELAÇÕES REGIONAIS DA PEQUENA CIDADE DE RIO PARDO-RS” sob a orientação do professor Rogério Leandro Lima da Silveira, e-mail: rlls@unisc.br e telefone para contato: 51-98112930.

Este trabalho tem como objetivo alisar como ocorreram os processos de urbanização e de desenvolvimento socioeconômico na pequena cidade de Rio Pardo nos últimos trinta anos e as decorrentes relações espaciais que a cidade estabelece com a região.

Como uma das etapas desta pesquisa, há a realização de entrevistas para levantamento de informações. As entrevistas a serem realizadas, caso haja a concordância dos entrevistados, serão gravadas e os dados serão utilizados de forma **totalmente confidencial**, ou seja, em **nenhum momento os entrevistados serão identificados**.

Pelo presente Termo de Consentimento, o entrevistado declara que autoriza a sua participação neste projeto de pesquisa, pois foi informado, de forma clara e detalhado, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa da pesquisa.

Declara que foi, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo de ordem alguma;
- da garantia de que não será identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a sua vontade em continuar participando;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa dentro das condições informadas, o entrevistado assina este termo, que também será mantida de forma **confidencial**, somente em poder do pesquisador responsável, e para o controle das entrevistas realizadas.

O presente termo foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou voluntário da pesquisa, ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Desde já agradecemos pela atenção e participação.

Data: 11 de Março de 2024.

Nome do entrevistador: Camila Melo Menezes
E-mail: cmenezes@unisc.br

Telefone: 51-999790194

Assinatura:  Documento assinado digitalmente
CAMILA MELO MENEZES
Data: 13/01/2025 10:51:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Nome do Entrevistado: Mauricio Günther

 Documento assinado digitalmente
MAURICIO BORGES GUNTHER
Data: 13/01/2025 11:24:59-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>
Assinatura: _____